



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília, DF / 2013



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações contidas no Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica (MCA 172-3).

UJ Consolidadora
Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS)
UJ Consolidadas
Academia da Força Aérea (AFA)
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR)
Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR)
Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR)
Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS)
Universidade da Força Aérea (UNIFA)

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.	19
1.1	RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	19
1.2	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	21
1.3	ORGANOGRAMA FUNCIONAL	25
1.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	28
1.5	MACROPROCESSOS DE APOIO	35
1.6	PRINCIPAIS PARCEIROS	40
2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.	41
2.1	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	41
2.2	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	46
2.3	EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	47
2.4	INDICADORES	57
3	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.	79
3.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	79
3.2	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	79
3.3	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	81
3.4	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	81
3.5	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	81
4	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	82
4.1	INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ..	82
4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	82
4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	82
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	83
4.1.4	Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	83
4.1.5	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	86
4.1.6	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	86
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	87
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	87
4.2.2	Programação de Despesas	87
4.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa	87
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	87
5	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	90
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	90
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	90
5.2.1	Análise Crítica.....	90
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	92
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	92

5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	93
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	93
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	94
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	94
5.3.6	Análise Crítica	95
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	95
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	95
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	95
6	GESTÃO DE PESSOAS, TERCERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	96
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	96
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	96
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	97
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	99
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	101
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	101
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	101
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	101
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	101
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	102
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão... ..	102
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	102
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	102
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	103
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	106
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	107
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	108
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	108
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	130
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	130
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	130
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	131
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CONHECIMENTO	142
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	142
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	144
9	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	145
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	145
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	146

10 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	148
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	148
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	148
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	148
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	149
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	153
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.	154
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93	154
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	154
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	154
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	155
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	155
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	155

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	19
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	79
QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	82
QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	83
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	83
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	87
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	87
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	89
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	90
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	92
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	93
QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	93
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	94
QUADRO A.5.7- VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.....	94
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	96
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	96
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	97
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	98
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	98
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	99
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	103
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	106
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	130
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	131
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	142
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	145
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	147
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	148
QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	149
QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	153
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	154

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1.	CATEGORIA DE OFICIAIS ESPECIALISTAS RELACIONADOS AO VOO.....	28
TABELA 2.	CATEGORIA DE SARGENTOS ESPECIALISTAS RELACIONADOS AO VOO	29
TABELA 3.	CATEGORIA DE OFICIAIS RELACIONADOS A SERVIÇOS.....	29
TABELA 4.	CATEGORIA DE SARGENTOS ESPECIALISTAS RELACIONADOS A SERVIÇOS	29
TABELA 5.	PREVISÃO DE APROVEITAMENTO	45
TABELA 6.	CPCAR - 2012	47
TABELA 7.	CFOAV - 2012.....	48
TABELA 8.	CFOINT - 2012.....	48
TABELA 9.	CFOINF - 2012	48
TABELA 10.	FORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS	49
TABELA 11.	TOTAL DE SARGENTOS ESPECIALISTAS FORMADOS	49
TABELA 12.	TOTAL DE SARGENTOS ESPECIALISTAS FORMADOS, POR ESPECIALIDADE.....	49
TABELA 13.	PÓS-GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE CARREIRA	50
TABELA 14.	APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS ESPECIALISTAS.....	50
TABELA 15.	EVOLUÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS	56
TABELA 16.	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE ANUAL DE AERONAVES	57
TABELA 17.	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE MISSÕES PROGRAMADAS.....	60
TABELA 18.	ÍNDICE DE AVALIAÇÃO PÓS-CURSO DE OFICIAIS	63
TABELA 19.	ÍNDICE DE AVALIAÇÃO PÓS-CURSO DE SARGENTOS ESPECIALISTAS	63
TABELA 20.	ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	65
TABELA 21.	CUSTO ANUAL DOS PROFESSORES.....	68
TABELA 22.	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA AV. - INT. - INF. NO ANO POR TURMA	71
TABELA 23.	ÍNDICE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DO SARGENTO ESPECIALISTA NO ANO POR TURMA ...	71
TABELA 24.	ÍNDICE EFICIÊNCIA ACADÊMICA CPCAR NO ANO POR TURMA.....	71
TABELA 25.	ÍNDICE EFICIÊNCIA ACADÊMICA NO CPEA	72
TABELA 26.	RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR NO ANO POR CURSO	74
TABELA 27.	CUSTO MÉDIO ANUAL DO ALUNO/CADETE	76
TABELA 28.	ÍNDICE AÇÕES JUDICIAIS	78
TABELA 29.	1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DO CIAAR	108
TABELA 30.	2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DO CIAAR.....	109
TABELA 31.	3º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESPECIALIZADO DO CIAAR.....	109
TABELA 32.	VEÍCULOS DISPONIBILIZADOS PARA ALIENAÇÃO DO CIAAR	110
TABELA 33.	(G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DO CIAAR	111
TABELA 34.	SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS (TVD) DO CIAAR	112
TABELA 35.	1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DA EEAR	113
TABELA 36.	2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DA EEAR.....	113
TABELA 37.	3º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA EEAR.....	114
TABELA 38.	PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA DA EEAR.....	114
TABELA 39.	(G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DA EEAR	115
TABELA 40.	SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS (TVD) NA EEAR	116
TABELA 41.	1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DA EPCAR.....	117
TABELA 42.	2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DA EPCAR.....	118
TABELA 43.	3º GRUPO: VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA EPCAR.....	118
TABELA 44.	(G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DA EPCAR.....	120
TABELA 45.	VEÍCULOS DISONIBILIZADOS PARA ALIENAÇÃO DA EPCAR	121
TABELA 46.	GRUPO Nº 1- TRANSPORTE DE PESSOAL DA UNIFA	121
TABELA 47.	GRUPO Nº 2- TRANSPORTE DE CARGA DA UNIFA.....	121
TABELA 48.	GRUPO Nº 3- TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA UNIFA	122
TABELA 49.	TOTALIZAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS DA UNIFA.....	122
TABELA 50.	MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS DA UNIFA.....	122
TABELA 51.	IDADE MÉDIA DA FROTA DA UNIFA.....	122
TABELA 52.	CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DA UNIFA	122
TABELA 53.	1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DA FAYS.....	123
TABELA 54.	2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DA FAYS.....	123
TABELA 55.	3º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA FAYS	123
TABELA 56.	VEÍCULOS DA FAYS DISPONIBILIZADOS PARA ALIENAÇÃO.....	124
TABELA 57.	(G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DA FAYS	125

TABELA 58. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS (TVD) DA FAYS	126
TABELA 59. IDADE MÉDIA DA FROTA DA AFA.....	128
TABELA 60. QUANTIDADE DE VEÍCULOS DA AFA.....	129

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DEPENS	16
FIGURA 2. ESTRUTURA FUNCIONAL INTERNA DO DEPENS.	25

ABREVIATURAS

ACI	Agente de Controle Interno
AFA	Academia da Força Aérea
ATI	Assessoria de Tecnologia da Informação
AV	Aviador
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
BCT	Básico em Controle de Tráfego Aéreo
CADAR	Curso de Adaptação de Oficiais Dentistas da Aeronáutica
CAFAR	Curso de Adaptação de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica
CAMAR	Curso de Adaptação de Oficiais Médicos da Aeronáutica
CAP	Curso de Aperfeiçoamento
CAPES/MEC	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação
CDA	Comissão de Desportos da Aeronáutica
CENCIAR	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CESD	Curso de Especialização de Soldados
CFC	Curso de Formação de Cabos
CFOAv	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOE	Curso de Formação de Oficiais Especialistas
CFOInf	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
CFOInt	Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFSD	Curso de Formação de Soldados
CFT	Curso de Formação de Taifeiros
CIAAR	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CIEAR	Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica
CIPAT	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho
CM	Currículo Mínimo
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMGEP	Comando-Geral de Pessoal
COPEMA	Comissão Permanente do Magistério da Aeronáutica
CPCAR	Curso Preparatório de Cadetes do Ar
CPEA	Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais
CPIEM	Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares
DEPENS	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIRAP	Diretoria de Administração de Pessoal
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino à Distância
EAGS	Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento
EAOAR	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica
EAOEAR	Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica
EAOF	Estágio de Adaptação ao Oficialato

EAOT	Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários
EARA	Estudo de Assuntos Relevantes para a Aeronáutica
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
EEAR	Escola de Especialistas de Aeronáutica
EIA	Esquadrão de Instrução Aérea
EIAC	Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
EPERM	Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar
ETA	Estação de Tratamento de Água
FATD	Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar
FAYS	Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga
GRU	Guia de Recolhimento da União
ICEA	Instituto de Controle do Espaço Aéreo
IN	Instrução Normativa
INF	Infantaria
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INT	Intendência
IPM	Inquérito Policial Militar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBA	Master of Business Administration
MOMAT	Mapa de Movimentação de Material
MUSAL	Museu Aeroespacial
OS	Ordem de Serviço
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAE	Programa Anual de Ensino
PAMA LS	Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PNR	Próprio Nacional Residencial
PPA	Programa Plurianual da Aeronáutica
PPO	Plano Plurianual de Obras
PTUG	Programa de Trabalho de Unidade Gestora
PUD	Plano de Unidades Didáticas
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP	Restos a Pagar
SEFA	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SGT	Sargento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios
SIE	Seção de Infraestrutura
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAA	Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SISTENS	Sistema de Ensino da Aeronáutica
SO	Suboficial
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNIFA	Universidade da Força Aérea

MISSÃO SÍNTESE DA AERONÁUTICA

“Manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria”.

Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2010-2031).

MISSÃO DO DEPENS

“Planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino, relativas à formação e à pós-formação do pessoal do Comando da Aeronáutica”.

Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica (ROCA 20-10/2008).

INTRODUÇÃO

O objetivo deste Relatório de Gestão é apresentar as ações realizadas no Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) em 2012, considerando sua função como Órgão Setorial do Comando da Aeronáutica responsável pela gestão das atividades e das Organizações militares de ensino alinhadas, precipuamente, à Missão Síntese da Aeronáutica.

Nesse escopo, apresenta os pontos mais importantes da gestão durante o exercício 2012, seguindo estrutura básica definida nos instrumentos regulatórios abaixo descritos:

- a) Instrução Normativa (IN) TCU nº. 63, de 1º de setembro de 2010, que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992;
- b) Decisão Normativa – TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2012, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010;
- c) Decisão Normativa – TCU nº121, de 13 de junho de 2012, que altera redação e inclui unidades no Anexo I, altera texto dos itens 10.1 e 10.2 da Parte A do Anexo II, altera texto do item 40 e inclui os itens 41, 42, 43, 44 e 45 na Parte B do Anexo II, altera itens da Parte C do Anexo II, todos da Decisão Normativa TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012;
- d) Portaria - TCU nº. 150, de 3 de julho de 2012 – que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012; e
- e) Instruções para o Processo de Contas 2012-2013, do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR).

Os seguintes itens não se aplicam ao DEPENS: 3.1 - Estrutura de Governança; 3.3 – Remuneração Paga a Administradores; 5.6 – Gestão de Precatórios; 8.2 - Análise Crítica; 10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais e 11.6 Parecer da Auditoria Independente; conforme estabelece a DN TCU nº 1119/2012.

Os itens 5.5 - Renúncias Tributárias Sob a Gestão da UJ, 6.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, 6.1.7 – Informações sobre os atos de Pessoal sujeitos a Registros e Comunicação, 6.2.3 – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de Concursos Públicos para substituição de terceirizados e 10.2 – Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Não ocorreram, no exercício de 2012, fatos referentes ao Recolhimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (item 5.1), Suprimento de Fundos (item 5.4), Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão (item 6.2.1), Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público (item 6.2.2) e Locação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão (item 6.2.5).

Com relação ao Sistema de Correição (item 3.4) e Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria Nº 1.043/2007 da CGU (item 3.5), o Comando Geral de Pessoal (COMGEP) é a unidade responsável, no Comando da Aeronáutica (COMAER), pelo Sistema de Correição e fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a estes itens.

As informações contábeis solicitadas no item 11 serão fornecidas pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

Podem-se destacar, como principais realizações da gestão no exercício 2012, o cumprimento das seguintes metas:

Na área acadêmica

- a) Formação de 120 Aspirantes a Oficial Aviador, 42 Aspirantes a Oficial Intendente e 18 Aspirantes a Oficial de Infantaria, na Academia da Força Aérea (AFA), Pirassununga, SP;
- b) Formação de 1443 Terceiros Sargentos Especialistas na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), em Guaratinguetá, SP;
- c) Formação de 493 Oficiais Especialistas, Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Engenheiros, Capelães e Oficiais Temporários, no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIAAR), em Belo Horizonte, MG;
- d) Conclusão do Ensino Médio de 174 alunos na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), em Barbacena, MG;
- e) Formação de 890 Cabos e especialização de 2.441 soldados, por meio dos Serviços Regionais de Ensino distribuídos nos sete Comandos Aéreos Regionais.
- f) Conclusão de 102 alunos do Ensino Fundamental e 95 do Ensino Médio da Escola Rego Barros, em Belém; e de 158 alunos do Ensino Fundamental e 85 do Ensino Médio da Escola Newton Braga, no Rio de Janeiro;
- g) Formação de 47 alunos no Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), 132 no Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), 219 no Curso de Aperfeiçoamento (CAP) e 940 alunos, nos 24 cursos ministrados pelo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIEAR);
- h) Curso de Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea (PPG-UNIFA), reconhecido e recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC);
- i) Conquista e classificação B4 no qualis da CAPES e início da adequação aos critérios ScieLO (Scientific Library Online) da Revista da UNIFA;
- j) Efetivação do MBA do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na UNIFA, utilizando-se os professores da Academia da Força Aérea;
- k) Reativação do Curso de Comando e Estado-Maior Semipresencial (CCEM SP) e readequação da metodologia de acesso ao CCEM;
- l) Reativação do Curso Básico de Proteção Radiológica (CBPR);
- m) Evolução do Curso de Medicina Aeroespacial, passando-o para Pós Graduação Latu Sensu;
- n) Implementação do modelo de gestão acadêmica da UNIFA em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAR) e com a Academia da Força Aérea (AFA);
- o) Atualização dos currículos dos cursos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR); do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIEAR); do Curso de Preparação de Instrutores (CPI) e do Curso de Administração de Ensino (CAE).
- p) Revisão do conteúdo dos currículos do Estágio de Adaptação para Oficiais (EAOF) com o do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), e revisão da duração dos Cursos de Adaptação de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica (CAMAR, CADAR e CAFAR) com a do Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT) e do Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC); e
- q) Inclusão de Prova de Redação para o Concurso de todas as especialidades do Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT).
- r) Aproveitamento de 60% dos cadetes desligados em voo na Academia da Força Aérea (AFA) para as especialidades de Intendência e de Infantaria. Há previsão de ampliação desse aproveitamento para os anos seguintes.
- s) Reativação da Especialidade de Bombeiros (SBO), na EEAR, para cursarem a especialidade em 2013.

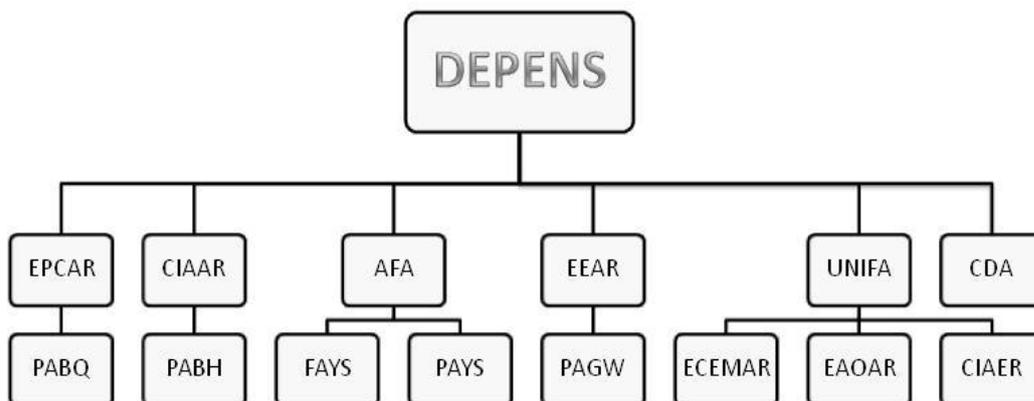
Na área de infraestrutura

- a) Recuperação dos alojamentos dos alunos da EPCAR; dos alojamentos dos alunos da EEAR, bem como a reforma de quatro dos seus 29 Pavilhões de Aula de Ensino Prático de Especialidade.
- b) Academia da Força Aérea: Conclusão da reforma do cinema (anfiteatro); recuperação do paiol da AFA; recuperação parcial da rede de esgoto do BINFA (Banda de Música e Auditório); elaboração do projeto executivo e execução da obra da linha de água fria de abastecimento do Ginásio de Esportes e Estádio Olímpico; substituição do sistema de esgotamento de águas pluviais do Ginásio de Esportes; manutenção das bombas d'água da Estação de Tratamento de Água (ETA); contratação de projeto executivo para a Seção de Instrução Militar do Corpo de Cadetes; recuperação do asfalto da pista do T25; e recuperação do pavimento asfáltico da pista de pouso do Setor Oeste (T27).
- c) Comissão de Desportos da Aeronáutica: reforma da sala histórica e manutenção do piso do ginásio da CDA.
- d) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica: reforma para sanar problemas hidráulicos na EAOAR.
- e) Escola de Especialistas de Aeronáutica: reforma da edificação E-030 (Pavilhão BSP); adaptação da Seção de Identificação (SIDOM); reforma das instalações elétricas da Divisão de Ensino; reforma da rede hidráulica; reforma da biblioteca da EEAR (E-020) e reforma da Divisão de Apoio Aéreo (DAA).
- f) Escola Preparatória de Cadetes do Ar: manutenção de telhados das edificações; manutenção geral de instalações diversas, incluindo o Comando; recuperação da cobertura do ginásio de esportes; reforma de estruturas metálicas e instalação de piso nos hangares do aeródromo.
- g) Prefeitura de Aeronáutica de Pirassununga: recuperação de telhados e telhas de armazenamento e galpões; instalação de barreira física de alambrado contra pombos na área de confinamento do gado leiteiro; instalação de fossa séptica na Colônia Coronel Mendes; desassoreamento das lagoas de decantação; reforma completa de 785 m² do alojamento da FAYS; colocação do alambrado de cercamento da Prefeitura de Aeronáutica de Pirassununga (PAYS); manutenção de sete Próprios Nacionais Residenciais (PNR); aquisição e instalação de caixas de correspondências;
- h) Universidade da Força Aérea: reforma elétrica do Cassino dos Oficiais (CASOF); adequação de instalações para o rancho provisório; reparação hidráulica no vestiário de suboficiais e sargentos masculino; serviço de restauração e recuperação do esgoto primário do Posto Médico; reparação da rede de águas pluviais do Auditório Tenente J. Kirk; readequação do Auditório Marechal Fontenelle (telhados, banheiros e entrada); adequação da fisioterapia e sala de recuperação da Seção de Saúde e da sala de estar do Cassino de Suboficiais e Sargentos; reparação no telhado da biblioteca central; serviço de reparação, adaptação e manutenção no vestiário dos graduados; serviço de reparação, adaptação e manutenção da Seção de Telecomunicações; serviço de reparação da drenagem de águas pluviais no estacionamento da cantina central; serviços complementares ao projeto de reforma do rancho da UNIFA; e
- i) Investimento de R\$ 34.371.194,93 (Trinta e quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e três centavos), na construção do novo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica em Lagoa Santa, MG (CIAAR-LS)

Podem-se citar, como principais dificuldades encontradas no atingimento das metas listadas, os seguintes eventos/acontecimentos:

- a) Contingenciamento de recursos orçamentários, em especial, na tradicional Ação 2000 (Apoio Administrativo) e na Ação 20S9 (Adequação de Instalação Militar); e
- b) Adequação às normativas ambientais, de contra incêndio e de vigilância sanitária.

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DEPENS



O Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) insere-se no Comando da Aeronáutica (COMAER) como Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pelo planejamento, gestão e controle do ensino na Aeronáutica.

O ensino na Aeronáutica visa qualificar e habilitar militares e civis para o exercício de cargos e funções do Comando da Aeronáutica, englobando nesse objetivo três níveis educacionais: básico, superior e profissional.

É desenvolvido seguindo duas fases: formação e pós-formação. A fase de formação é desenvolvida mediante as seguintes modalidades: profissionalização e adaptação; a fase de pós-formação é desenvolvida mediante as modalidades de: aperfeiçoamento, altos estudos, especialização e pós-graduação.

Para cumprir seu objetivo conta em sua linha direta de subordinação com as seguintes organizações militares:

- a) Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), sediada em Barbacena, MG;
- b) Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIAAR), sediada em Belo Horizonte, MG;
- c) Academia da Força Aérea (AFA), sediada em Pirassununga, SP;
- d) Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS), sediada em Pirassununga, SP;
- e) Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), sediada em Guaratinguetá, SP;
- f) Universidade da Força Aérea (UNIFA), sediada no Rio de Janeiro, RJ; e
- g) Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), sediada no Rio de Janeiro, RJ.

Existe, ainda, a modalidade assistencial que tem por finalidade principal proporcionar o ensino fundamental e médio a filhos de militares e civis do Comando da Aeronáutica, bem como a crianças da comunidade local. As Escolas Assistenciais estão localizadas no Rio de Janeiro/RJ, em Belém/PA, em Alcântara/MA e em São José dos Campos/SP.

A EPCAR é a instituição de ensino médio da Aeronáutica qualificada a preparar em três anos o aluno, futuro Cadete, com os valores da disciplina e da ética militar, moldando o seu caráter.

Com esse perfil, o aluno oriundo da EPCAR irá iniciar no ano seguinte, como Cadete, um dos Cursos de Formação de Oficiais da Aeronáutica, na AFA – Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes.

Para os alunos concluintes da EPCAR que não foram classificados como aptos para o voo, é disponibilizada a possibilidade de concurso interno para complementação das vagas disponíveis nos cursos de Intendência e de Infantaria.

Essa entrega, no entanto, não atende numericamente as necessidades de entrada de Cadetes na AFA, devido em parte a quatro motivos: escolha do próprio aluno concluinte do curso na EPCAR não querer prosseguir na carreira militar; não ter sido aprovado para cursar a especialidade

de voo e não se interessar por uma especialidade alternativa oferecida mediante concurso interno; ou ainda, ter sido considerado excedente nessas escolhas.

Assim, há sempre a necessidade de complementar o número de vagas oferecidas pela AFA, principalmente, para a especialidade de voo, o que é feito por intermédio de concurso público nacional oferecido para homens e mulheres brasileiros natos.

A AFA oferece anualmente os Cursos de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) e Intendentes (CFOInt), para ambos os sexos, e de Infantaria da Aeronáutica (CFOInf), para o sexo masculino, considerados de nível superior, constituindo-se como principal portão de entrada de recursos humanos qualificados para a sua atividade fim. Dessa vertente, nascem então os Oficiais que irão galgar os mais altos postos da Aeronáutica. Devido a esse propósito, a AFA é denominada, pelos que lá passaram, como “Ninho das Águias”.

Por intermédio de intercâmbios firmados a nível governamental, participa também da formação de cadetes de nações amigas.

A Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS) surge no contexto de Formação do Oficial de Carreira, na AFA, como uma organização *sui generis* da Força Aérea. Tem por finalidade ocupar as áreas destinadas à instalação da Academia da Força Aérea e ainda não utilizadas, de forma produtiva, na agricultura e na pecuária, produzindo gêneros alimentícios para complementar a alimentação do Cadete, cujo excedente é comercializado no âmbito civil. E, em decorrência dessa ocupação, a sua principal função: zelar pela autonomia e segurança da imensa área verde circundante à Academia.

Por outro lado, enquanto a AFA prepara os futuros comandantes e dirigentes da Aeronáutica, a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), forja o seu sustentáculo - recursos humanos qualificados em 27 diferentes especialidades, base das realizações alcançadas pela Aeronáutica, por isso mesmo reconhecida como “Berço do Especialista”.

A EEAR é o maior estabelecimento de ensino técnico militar da América do Sul, com a finalidade de formar e aperfeiçoar os sargentos da Aeronáutica para atendimento das necessidades do Comando da Aeronáutica, ministrando os seguintes cursos e estágios:

- a) Curso de Formação de Sargentos (CFS);
- b) Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento (EAGS);
- c) Curso de Preparação de Instrutores (CPI);
- d) Curso de Adaptação ao Idioma e à Cultura (CAIC-B); e
- e) Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS).

Embora a Aeronáutica tenha, nessas três Organizações citadas, EPCAR, AFA e EEAR, as principais organizações militares formadoras de pessoal especializado para viabilizar o cumprimento de sua missão constitucional, necessita, em curto prazo e com redução de custos, complementar as demandas emergenciais de pessoal especializado para aplicação imediata na modalidade de pronta resposta. Assim, para atender a essa demanda, o DEPENS conta com o suporte do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR).

O CIAAR tem como missão o planejamento, a coordenação, o controle e a execução dos planos e programas de ensino relativos à formação e adaptação militar de pessoal para a Aeronáutica, ministrando os seguintes cursos: Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE); Curso de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos (CAMAR/CADAR/CAFAR); Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (EAOEAR); Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC); Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT); e Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOE).

Visto o exposto e com a finalidade de inserir o ensino militar da Aeronáutica no mundo acadêmico, praticando as mais avançadas tecnologias e as melhores metodologias, a Universidade da Força Aérea (UNIFA), alinha-se a essas necessidades com o propósito de planejar, orientar, coordenar e controlar os cursos destinados a ministrar o ensino de aperfeiçoamento e o de altos estudos militares necessários à preparação para as funções de oficiais superiores e oficiais-generais, bem como os cursos de especialização.

E, assim, para cumprir suas atribuições finalísticas, conta no seu *campus* com a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR) e com o Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR)

Por fim, a Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), embora tenha suas instalações localizadas no *campus* da UNIFA, não tem papel relacionado ao ensino propriamente dito, atuando, preponderantemente, na fase de concursos de admissão de candidatos, no Exame de Avaliação das condições Físicas do candidato (EAF), para o público externo, e no Teste de Avaliação das Condições Físicas (TACF) do público interno do Comando da Aeronáutica (COMAER).

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.

1.1 Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica				Código SIORG: 48
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Departamento de Ensino da Aeronáutica				
Denominação Abreviada: DEPENS				
Código SIORG: 955	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120132	
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.429/0111-45		
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: 8422-1/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-2239	(061) 2023-2241	(061) 2023-2243	
Endereço Eletrônico: dg@depens.aer.mil.br				
Página na Internet: http://www.depens.aer.mil.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco 'M', Anexo, 1º andar, CEP: 70.045-900				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Academia da Força Aérea	00.394.429/0002-91	120060	Ativa	1024
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica	00.394.429/0113-07	120024	Ativa	9488
Escola de Especialistas de Aeronáutica	00.394.429/0053-31	120064	Ativa	9457
Escola Preparatória de Cadetes do Ar	00.394.429/0056-84	120025	Ativa	9421
Universidade da Força Aérea	00.394.429/0058-46	120054	Ativa	9323
Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga	00.394.429/0097-52	120065	Ativa	72999
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ensino da Aeronáutica – Portaria nº 608/GM3, de 20 de maio de 1981, que institui o Sistema de Ensino do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. Decreto 89.554, de 17 de abril de 1984 (criação). • Academia da Força Aérea – Decreto-lei nº 3.142, de 25 de março de 1941(criação) – Decreto 64.800, de 10 de julho de 1969 (alteração). • Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – Decreto nº 86.867, de 21 de janeiro de 1982 (criação) – Decreto nº 88.748, de 26 de setembro de 1983 (alteração). • Escola de Especialistas de Aeronáutica – Decreto-lei nº 3.141, de 25 de março de 1941 (criação). • Escola Preparatória de Cadetes - do - Ar – Decreto nº 26.514, 28 de março de 1949 (criação) – Lei nº 1.105, de 21 de maio de 1950 (alteração). • Universidade da Força Aérea – Decreto nº 88.749, de 26 de setembro de 1983 (criação). • Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga – Decreto nº 25.832, de 12 de novembro de 1948 (criação) – Decreto 6.843, de 30 de abril de 2009 (alteração). 				

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ensino da Aeronáutica – Regulamento aprovado pela Portaria nº 297/GC3, de 05 de maio de 2008, e publicado no BCA nº 088, de 05 de maio de 2008. Lei nº 12.464, de 05 de agosto de 2011, que dispõe sobre o ensino na Aeronáutica. • Academia da Força Aérea – Regulamento aprovado pela Portaria nº 318/GC3, de 11 de abril de 2002, no DOU 71, de 15 de abril de 2002. • Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – Regulamento aprovado pela Portaria nº 448/GC3, de 27 de abril de 2006, publicado no BCA nº 083, de 04 de maio de 2006, alterado pela Portaria nº 795/GC3, de 16 de agosto de 2006, publicada no BCA nº 156, de 21 de agosto de 2006. • Escola de Especialistas de Aeronáutica – Regulamento aprovado pela Portaria nº 298/GC3, de 05 de maio de 2008, publicada no BCA nº 088, de 12 de maio de 2008. • Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar – Regulamento aprovado pela Portaria nº 965/GC3, de 09 de outubro de 2009, publicada no DOU nº 195 S-1, de 13 de outubro de 2009. • Universidade da Força Aérea – Regulamento aprovado pela Portaria nº 335/GC3, de 27 de abril de 2009, publicada BCA nº 079, de 04 de maio de 2009. • Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga – Regulamento aprovado pela Portaria 748/GC3, de 12 de agosto de 2009, publicada no BCA nº 154, de 19 de agosto de 2009. 	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ensino da Aeronáutica – Regimento Interno aprovado pela Portaria DEPENS nº 165/DE-6 de 05 de setembro de 2008, publicada no BCA nº 172, de 11 de setembro de 2008. • Academia da Força Aérea – Regimento Interno aprovado pela Portaria DEPENS nº 111/DE-6, de 14 de abril de 2005, publicada no BCA nº 071, de 18 de abril de 2005. • Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – Regimento Interno aprovado pela Portaria DEPENS nº 98/DE-6, de 30 de maio de 2008, publicada no BCA nº 101, de 02 de junho de 2008. • Escola de Especialistas de Aeronáutica – Regimento Interno aprovado pela Portaria DEPENS nº 371/DE-6, de 14 de dezembro de 2009, publicada no BCA nº 234, de 16 de dezembro de 2009. • Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar – Regimento Interno aprovado pela Portaria EPCAR nº 003/CMDO, de 22 de setembro de 1989, publicada no Bol Int nº 177, de 22 de setembro de 1989. • Universidade da Força Aérea – Regimento Interno publicado no BMA nº 165, de 29 de agosto de 1989. • Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga – Regimento Interno aprovado pela Portaria AFA nº 15/CMDO, de 16 de fevereiro de 2007, publicada no Boletim Interno da AFA nº 54, de 20 de março de 2007. 	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120060	Academia da Força Aérea
120024	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
120064	Escola de Especialistas de Aeronáutica
120025	Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar
120054	Universidade da Força Aérea
120065	Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120060	00001
120024	
120064	
120025	
120054	
120065	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O DEPENS tem por finalidade planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino relativas à formação e pós-formação do pessoal do Comando da Aeronáutica (COMAER), proporcionando-lhes a necessária qualificação para o exercício dos cargos e para o desempenho das funções previstas na estrutura organizacional do COMAER, para o cumprimento de sua destinação constitucional, conforme estabelece a Lei 12.464 de 5 agosto de 2011, que dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica.

Nesse mister, listam-se a seguir as responsabilidades do DEPENS decorrentes desse objetivo e as competências das Organizações de Ensino Subordinadas, necessárias para o seu cumprimento:

- 1) Competências Institucionais do DEPENS, segundo o seu regulamento, aprovado pela portaria 297/GC3, de 05 de maio de 2008 são:
 - a) planejar, orientar, coordenar e avaliar os estudos, pesquisas e projetos na área de ensino da Aeronáutica;
 - b) orientar, coordenar e controlar as organizações subordinadas;
 - c) expedir diretrizes, normas, critérios, planos e demais disposições orientadoras de cursos, exames de admissão e de seleção, estágios, exames de suficiência, currículos e demais atividades;
 - d) realizar pesquisa sistemática com vistas ao estabelecimento de padrões desejáveis ao desempenho ocupacional, objetivando a efetividade do ensino e a formação de recursos humanos que atendam às necessidades do COMAER; e
 - e) intermediar a ligação com organizações congêneres, estranhas ao COMAER, nos assuntos de sua competência.

- 2) Competências Institucionais da EPCAR, segundo o seu regulamento, aprovado pela Portaria 965/GC3, de 9 de outubro de 2009 são:
 - a) ministrar aos alunos do Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar (CPCAR) o ensino médio do Sistema Federal de Ensino, ou equivalente, reconhecido pelo Ministério da Educação;
 - b) formar militar, cívica e moralmente os alunos matriculados nos cursos e estágios atribuídos;
 - c) elaborar e executar os planos e programas relativos ao ensino e às atividades a serem desenvolvidas; e
 - d) cumprir as instruções emanadas do DEPENS para os exames de admissão aos cursos e estágios que lhe são atribuídos.

- 3) Competências Institucionais da AFA, segundo o seu regulamento aprovado pela Portaria 318/GC3, de 11 de abril de 2002 são:
 - a) a formação militar, intelectual e profissional e o desenvolvimento dos padrões ético, moral, cívico e social do futuro Oficial da Aeronáutica, ministrando o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) e o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOInf);
 - b) a realização de outros cursos e estágios de interesse do COMAER que lhe forem atribuídos;
 - c) a elaboração e a execução dos planos e programas relativos ao ensino e às atividades a serem desenvolvidas na AFA;
 - d) a realização de simpósios, seminários e outros eventos necessários ao desenvolvimento de suas atividades de ensino; e
 - e) o cumprimento das instruções emanadas do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) referentes aos concursos de admissão aos cursos e estágios que lhe forem atribuídos.

- 4) Competências Institucionais da EEAR, segundo o seu regulamento aprovado pela Portaria 298/GC3, de 5 de maio de 2008, são:
 - a) formar militar, cívica, intelectual e moralmente os alunos matriculados nos cursos e estágios atribuídos, bem como aperfeiçoar os graduados do COMAER;
 - b) elaborar e executar os planos e programas relativos ao ensino e às atividades a serem desenvolvidas; e
 - c) cumprir as instruções emanadas do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) referentes aos exames de admissão e de seleção aos cursos e estágios que lhe são atribuídos.

- 5) Competências Institucionais do CIAAR, segundo o seu regulamento aprovado pela Portaria 448/GC3, de 27 de abril de 2006 são:
 - a) planejar, coordenar, controlar e executar os planos e programas de ensino relativos aos Cursos e Estágios de Instrução e Adaptação que lhe forem atribuídos;
 - b) elaborar e executar os planos e programas relativos ao ensino e às atividades a serem desenvolvidas; e
 - c) realizar e supervisionar os exames de admissão e exames de seleção para a matrícula nos Cursos e Estágios que lhe forem atribuídos, conforme instruções do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS).

- 6) Competências institucionais da UNIFA, segundo o seu regulamento aprovado pela Portaria 335/GC3, de 27 de abril de 2009 são:
 - a) desenvolver Programas de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais e em outras áreas de interesse do COMAER, compreendendo mestrado e doutorado;
 - b) supervisionar os cursos e estágios ministrados nas Organizações de Ensino (OE) subordinadas;
 - c) desenvolver atividades de extensão universitária, promovendo a divulgação dos conhecimentos culturais e científicos produzidos em seu Campus;
 - d) conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos;
 - e) compatibilizar e remeter ao DEPENS, para aprovação, os Currículos Mínimos e os Planos de Avaliação, além dos demais planos, programas e documentos relativos ao ensino e à avaliação dos cursos e estágios ministrados pelas OE subordinadas;
 - f) promover, coordenar e orientar os estudos e pesquisas que visem ao aperfeiçoamento ou à atualização dos seus cursos e estágios e dos cursos e estágios ministrados pelas OE subordinadas, bem como outros estudos e pesquisas de interesse do COMAER;
 - g) compatibilizar e remeter ao DEPENS, para apreciação e aprovação, os documentos normativos, administrativos, de ensino e outros elaborados pelas OE subordinadas, cuja aprovação extrapole o seu nível de competência;
 - h) promover intercâmbios com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária desenvolvidas na Universidade e “OE” subordinadas;
 - i) apoiar as atividades necessárias ao desenvolvimento dos sistemas de simulação para exercícios militares ministrados pelas OE subordinadas;
 - j) orientar e apoiar as OE subordinadas na condução dos assuntos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária;
 - k) fornecer o apoio administrativo, na qualidade de Unidade Gestora Executora (UGE), às OM subordinadas e apoiadas;
 - l) divulgar trabalhos científicos por meio do encaminhamento aos órgãos de Direção-Geral e Direção Setorial, quando pertinente, bem como por intermédio da publicação de livros e periódicos;

- m) fomentar a criação de grupos de pesquisa cujas investigações sejam de interesse para o COMAER;
 - n) submeter à aprovação do DEPENS as propostas do Plano de Missões de Ensino no Brasil e no Exterior (PLAMENS BR/EXT) e das Missões Técnico-Administrativas (PLAMTAX) referentes à UNIFA e OM subordinadas;
 - o) XV - zelar pela preservação do patrimônio histórico e cultural sob sua responsabilidade; e
 - p) orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de investigação e justiça da UNIFA e OM subordinadas e apoiadas.
- 7) Competências Institucionais da FAYS, segundo o seu regulamento aprovado pela Portaria 748/GC3, de 12 de agosto de 2009, são:
- a) ocupar produtivamente áreas sob sua responsabilidade com atividades agroindustriais;
 - b) suprir as Organizações Militares da área do IV COMAR sediadas no estado de São Paulo, com gêneros de sua produção e/ou beneficiamento;
 - c) abastecer o pessoal militar e civil da Guarnição de Pirassununga, através de um serviço de Reembolsável;
 - d) comercializar o excedente da produção; e
 - e) gerenciar e executar todo o processo de montagem das rações operacionais para o Comando da Aeronáutica.
- 8) Competências institucionais da CDA, segundo o seu regulamento aprovado pela Portaria 1.058/GC3, de 7 de novembro de 2006, são:
- a) orientar e controlar a instrução de educação física e a aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no COMAER;
 - b) promover os desportos militares no âmbito do COMAER, dando ênfase ao congraçamento;
 - c) representar o COMAER junto à Comissão Desportiva Militar do Brasil e demais entidades desportivas nacionais;
 - d) orientar e controlar os diversos cursos e programas de educação física, no âmbito do COMAER; e
 - e) gerenciar a aplicação dos Testes de Avaliação do Condicionamento Físico nos candidatos ao ingresso no COMAER.

Vistas as responsabilidades e as competências do DEPENS e de suas organizações de ensino subordinadas, acima elencadas, como processos capazes de imprimir ação realizadora do objetivo estratégico atribuído de ‘Modernizar os Sistemas de formação e de pós-formação de Recursos Humanos do COMAER’, é importante salientar que, decorrente desse objetivo estratégico, o DEPENS elencou para si quatro objetivos organizacionais, a saber:

- a) Capacitar as Organizações de Ensino da Aeronáutica em termos de infraestrutura adequada às necessidades estratégicas do COMAER;
- b) Capacitar e adequar a Capacitação Profissional às necessidades funcionais decorrentes do crescimento do COMAER;
- c) Aperfeiçoar o Sistema de Ensino da Aeronáutica com recursos necessários para a evolução do Sistema, mantendo-os de acordo com os avanços da tecnologia e da metodologia de Ensino; e
- d) Conhecer, normatizar e gerenciar os processos envolvidos nas atividades de Ensino do COMAER a fim de propor melhorias e aperfeiçoar os Processos de Ensino do SISTENS.

Dessa forma, e tendo em vista esse largo escopo, procurou-se realizar a gestão do Ensino no COMAER de maneira a descentralizar não só as ações executoras e atribuí-las às Escolas, como também algumas ações de planejamento afetas às medidas de ações locais. O planejamento de alto

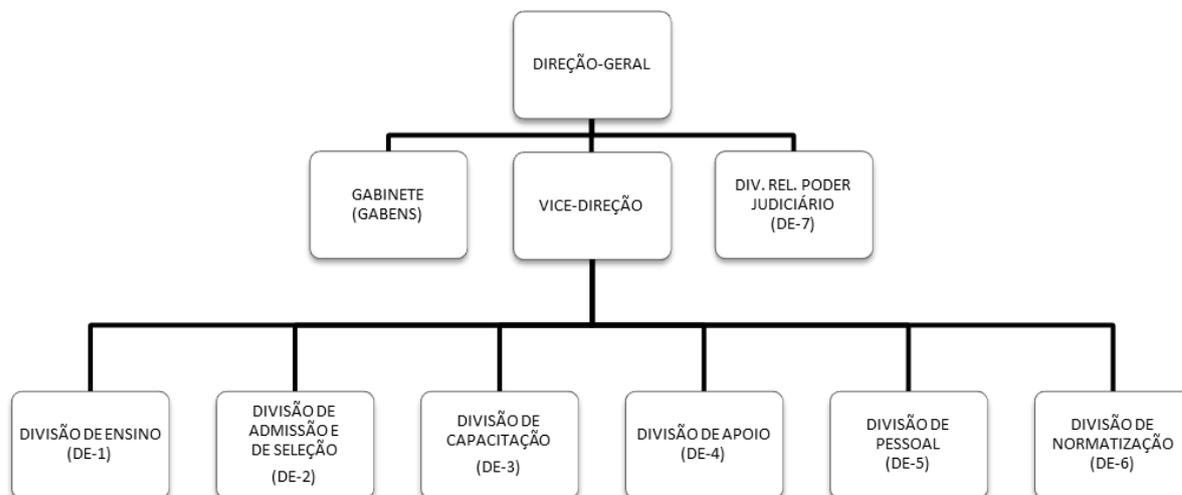
nível, em consonância com as Políticas de Pessoal e com as outras políticas decorrentes do COMAER, ficou com o DEPENS, enquanto Órgão Central do SISTENS, bem como o Acompanhamento e Controle das ações executadas.

Com o intuito de suprir a Aeronáutica com recursos humanos adequados, os vários concursos anuais foram realizados como programados, dentro da expectativa de quantidade e qualidade. A formação de novos pilotos foi concluída na Academia da Força Aérea, permitindo assim o vislumbre do cumprimento da atividade fim da Aeronáutica. Em complemento, Especialistas das diversas áreas foram formados na EEAR de forma a garantir, em conjunto com os aviadores, o cumprimento da missão do COMAER.

Igualmente, a pós- formação em número e qualificação necessária, foi realizada, proporcionando à Aeronáutica o fluxo necessário na renovação dos seus líderes e gestores de forma a adequar o COMAER ao novo contexto de expansão tecnológica de suas plataformas de guerra.

1.3 Organograma Funcional

FIGURA 2. ESTRUTURA FUNCIONAL INTERNA DO DEPENS.



Para o cumprimento das atribuições funcionais do DEPENS, o Diretor Geral (DG) do Departamento de Ensino da Aeronáutica conta com a seguinte estrutura básica:

- Direção;
- Vice - Direção;
- Gabinete;
- Divisão de Ensino (DE-1);
- Divisão de Admissão e de Seleção (DE-2);
- Divisão de Capacitação (DE-3);
- Divisão de Apoio (DE-4);
- Divisão de Pessoal (DE-5);
- Divisão de Normatização (DE-6); e
- Divisão de Relacionamento com o Poder Judiciário (DE-7).

Detalhamento da estrutura básica em termos de atribuições e competências funcionais:

À Vice - Direção compete:

- coordenar as atividades das Divisões constitutivas do DEPENS que não estejam subordinadas à Direção-Geral;
- estudar e propor as normas, instruções e diretrizes específicas para disciplinar e orientar as atividades de ensino no COMAER; e
- gerenciar e supervisionar as atividades de ensino e treinamento, bem como as relacionadas com cursos e exames de admissão e de seleção, afetos ao DEPENS.

Ao Gabinete compete executar, controlar e coordenar o apoio administrativo necessário ao funcionamento do DEPENS.

À Divisão de Ensino (DE-1) compete:

- propor a atualização da Política de Ensino;
- elaborar, revisar e reformular o Plano Setorial de Ensino;
- estudar e propor Normas, Instruções e Diretrizes específicas para disciplinar e orientar as atividades de ensino no COMAER;

- d) implementar as ações necessárias à execução dos cursos e estágios realizados no âmbito do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS);
- e) orientar a elaboração dos Planos de Avaliação das Organizações de Ensino subordinadas;
- f) analisar os resultados da execução das atividades de ensino no Comando da Aeronáutica, com vistas à constante melhoria do processo de ensino;
- g) orientar e coordenar a elaboração dos currículos mínimos, observando o preconizado no ciclo de planejamento;
- h) orientar o processo de validação curricular desenvolvido no âmbito do DEPENS;
- i) acompanhar as instruções ministradas nas Organizações de Ensino subordinadas;
- j) acompanhar a instrução aérea e do simulador de voo da Academia da Força Aérea; e
- k) tratar dos assuntos referentes ao Ensino à Distância no âmbito do COMAER.

À Divisão de Admissão e de Seleção (DE-2) compete:

- a) planejar, coordenar, controlar e otimizar os processos de admissão e de seleção atribuídos ao DEPENS;
- b) estudar, propor e atualizar as Instruções, Normas, Diretrizes e demais disposições específicas, para disciplinar e orientar os exames de admissão e de seleção da competência do DEPENS;
- c) realizar pesquisas para a implantação de novas metodologias e processos de trabalho, visando à otimização dos procedimentos adotados pela Divisão;
- d) executar, quando determinado pela autoridade competente, medidas decorrentes de ações judiciais relativas aos exames de admissão e de seleção;
- e) contribuir para a elevação constante do nível de qualidade dos candidatos;
- f) mensurar e elevar, permanentemente, o nível de satisfação de todos os envolvidos nos processos de admissão e de seleção de candidatos;
- g) inspecionar, periodicamente, os setores das Organizações de Ensino (OE) e demais organizações subordinadas ao DEPENS responsáveis pelos procedimentos de admissão e seleção de candidatos, no que se refere à aplicação destes procedimentos, assim como as instalações, recursos humanos e materiais destinados ao setor; e
- h) realizar visitas técnicas, quando necessário, nos setores das organizações militares da Aeronáutica, não subordinadas ao DEPENS, envolvidos com a admissão e a seleção de candidatos, no que se refere aos procedimentos adotados ao pessoal, aos recursos materiais e às instalações.

À Divisão de Capacitação (DE-3) compete:

- a) elaborar, coordenar, consolidar e controlar o Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior (PLAMENS BR e EXT), do Comando da Aeronáutica;
- b) coordenar e controlar o Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX) no âmbito do DEPENS;
- c) coordenar o recrutamento e a seleção, além da efetivação da cogitação, da ordem de matrícula e do controle do pessoal para admissão nos cursos de carreira;
- d) elaborar proposta de indicação de oficiais e graduados para missões permanentes de ensino no exterior, de acordo com a legislação em vigor;
- e) indicar, coordenar e supervisionar os cursos de especialização no âmbito do DEPENS; e
- f) supervisionar e controlar o processo de ingresso nos cursos de especialização no âmbito do COMAER.

À Divisão de Apoio (DE-4) compete:

- a) elaborar a proposta orçamentária da Direção-Geral do DEPENS e compatibilizar as propostas das organizações subordinadas;

- b) estudar e adequar as solicitações de recursos financeiros e materiais, feitos pela Direção-Geral do DEPENS e pelas organizações subordinadas;
- c) acompanhar a Execução Orçamentária das Organizações de Ensino subordinadas e desenvolver análises e estatísticas referentes aos recursos disponibilizados; e
- d) tratar dos assuntos referentes ao Esforço Aéreo das aeronaves orgânicas, bem como o Esforço Aéreo destinado às missões do Plano de Missões Próprias (PMP) e do Plano de Missões Aeroterrestres (PMAET), das Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS.

À Divisão de Pessoal (DE-5) compete:

- a) controlar o efetivo militar das Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS;
- b) analisar as Tabelas de Lotação e Distribuição de Pessoal (TLDP) das Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS;
- c) analisar, compatibilizar e elaborar o Plano de Movimentação de Pessoal na área DEPENS;
- d) elaborar indicações para a concessão das Medalhas Mérito Santos Dumont, Ordem do Mérito Aeronáutico e Bartolomeu de Gusmão;
- e) elaborar proposta de indicação para substituição de Comando, Direção e Chefia das Organizações de Ensino subordinadas;
- f) encaminhar ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica relação de concluintes dos cursos de formação e admissão e estágios de adaptação de oficiais, para a confecção da Portaria de Nomeação; e
- g) gerenciar o pessoal civil Docente do Magistério da Aeronáutica, de acordo com a legislação vigente.

À Divisão de Normatização (DE-6) compete:

- a) analisar, elaborar, atualizar e controlar as Normas, Instruções e Diretrizes relativas ao Ensino no COMAER;
- b) programar, coordenar e controlar as Visitas Técnicas de Inspeção;
- c) coordenar, quando determinado, as Reuniões de Ensino.
- d) assessorar as demais Divisões na produção e normatização de documentos legislativos;
- e) produzir, conforme demanda e orientação do Vice-Diretor, estatísticas do SISTENS; e
- f) gerir a Biblioteca e o arquivo legislativo, subsidiando o trabalho das demais Divisões.

À Divisão de Relacionamento como Poder Judiciário (DE-7) compete:

- a) informar ao Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica sobre assuntos relevantes de interesse do DEPENS, em tramitação nos órgãos do Poder Judiciário;
- b) estabelecer contato com integrantes do Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça, particularmente nas esferas superiores desses órgãos, por meio de visitas e outras atividades, com o intuito de mostrar-lhes o pensamento institucional nos assuntos relevantes de interesse do DEPENS;
- c) propor visitas periódicas aos órgãos do Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça, bem como implementar um programa de visitas de magistrados, promotores, procuradores e membros da AGU às OE da Aeronáutica, objetivando o estreitamento no relacionamento entre o DEPENS e estas instituições;
- d) propor ao Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica medidas para o aperfeiçoamento de procedimentos, efetuando a retroalimentação do Sistema de Ensino da Aeronáutica, com base nas informações e entendimentos do Poder Judiciário, obtidos no contato institucional;
- e) incentivar o contato pessoal dos responsáveis pelas Assessorias Jurídicas e dos Comandantes de Organizações de Ensino da Aeronáutica com integrantes do Poder

Judiciário e Funções Essenciais à Justiça, criando condições para conhecimento mútuo das instituições;

- f) manter o acompanhamento processual de interesse da área de ensino da Aeronáutica junto às diversas instâncias do Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça; ressalvadas as competências da SECAJ;
- g) realizar estudos e pareceres sobre temas de interesse do DEPENS afetos ao Judiciário; e
- h) apoiar, no que couber, a SECAJ no relacionamento desta com o Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça, considerando-se os interesses do DEPENS e os das Organizações Militares subordinadas.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Departamento de Ensino da Aeronáutica, alinhado com os mais altos anseios do Comando da Aeronáutica, expresso no seu Plano Estratégico Militar (PEMAER 2010-2031) e, visando contribuir permanentemente para a capacidade efetiva de vigilância, de controle e de defesa do espaço aéreo, desenvolveu, a partir do Objetivo Estratégico “Modernizar os sistemas de formação e de pós-formação de recursos humanos”, os seus macroprocessos finalísticos, denominados Objetivos Estratégicos do DEPENS, seguindo a orientação estratégica contextualizada no documento de alto nível acima mencionado.

Tais objetivos estão contemplados no Plano Setorial do DEPENS (PCA 11-34) e norteiam os Projetos, Atividades e Tarefas atribuídas às Organizações de Ensino (OE) subordinadas.

À guisa de esclarecimento, é importante que se saiba que, para cumprir sua destinação constitucional finalística acima mencionada, a Aeronáutica não poderia buscar no meio acadêmico a oferta da capacitação específica requerida para os postos e cargos militares necessários para operar seus artefatos, equipamentos e máquinas de guerra. Por isso, para alguns cargos e funções, necessita, ela própria, definir o perfil requerido para quando e o quanto precisar.

Esse é o caso das especialidades que visam atender a atividade fim da Aeronáutica. São elas a de Aviador Militar, desempenhada por Oficial Aviador da Aeronáutica, em aeronave específica da Aeronáutica, e a de Mecânico de Aeronave da Aeronáutica, desempenhada por Graduado Mecânico de Aeronave, em Aeronave específica da Aeronáutica. Respectivamente, dos Quadros de Oficiais Aviadores (QOAV) e de Especialistas Básicos em Mecânica de Aeronaves (BMA).

São também consideradas especialidades da atividade fim, as do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOINF), embora não relacionadas com o voo propriamente dito, mas com a manutenção da segurança e defesa armada das instalações como aeroportos militares, radares e hangares de manutenção.

Da mesma forma, também são consideradas especialidades relacionadas à atividade fim da Aeronáutica as que estão diretamente ligadas ao voo, embarcados ou não. Elas são desempenhadas por Oficiais e Graduados técnicos, assim distribuídos:

TABELA 1. CATEGORIA DE OFICIAIS ESPECIALISTAS RELACIONADOS AO VOO

1	QOEARM	Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento
2	QOEAV	Quadro de Oficiais Especialistas em Avião
3	QOECOM	Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações
4	QOECTA	Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo
5	QOEFOT	Quadro de Oficiais Especialistas em Aerofotogrametria
6	QOEMET	Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia

TABELA 2. CATEGORIA DE SARGENTOS ESPECIALISTAS RELACIONADOS AO VOO

1	BMA	Mecânica de Aeronaves
2	BEP	Estrutura e Pintura
3	BET	Eletrônica
4	BEI	Eletricidade e Instrumentos
5	BEV	Equipamento de Voo
6	BMB	Material Bélico
7	BSP	Suprimento
8	BFT	Foto-Inteligência
9	BMT	Meteorologia
10	BCT	Controle de Tráfego Aéreo
11	BCO	Comunicações

Em prosseguimento a essa linha de raciocínio, e também interligadas à visão da atividade fim da Aeronáutica com a enumeração das Especialidades de Serviços específicas do meio militar aeronáutico, cita-se a seguir:

TABELA 3. CATEGORIA DE OFICIAIS RELACIONADOS A SERVIÇOS

1	QOINT	Quadro de Oficiais Intendentes
2	QOESUP	Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico
3	QCOA	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
4	QOCON	Quadro de Oficiais da Reserva da 2ª Classe

TABELA 4. CATEGORIA DE SARGENTOS ESPECIALISTAS RELACIONADOS A SERVIÇOS

1	SAI	Informações da Aeronáutica
2	SGS	Guarda e Segurança
3	SBO	Bombeiro
5	SCF	Cartografia
6	SML	Metalurgia
7	SEM	Eletromecânica

Assim, apresenta-se a seguir os macroprocessos finalísticos do DEPENS, relacionados com a atividade fim da Aeronáutica, como demonstrado acima, para melhor entendimento do papel do DEPENS no contexto da Aeronáutica, focados na capacitação profissional específica que foi mencionada como sendo de responsabilidade e de interesse da Aeronáutica, bem como seus processos correlatos.

Antes, porém, é importante que se esclareça uma peculiaridade nas atribuições do DEPENS no que se refere à Seleção e Admissão de Recursos Humanos para a Aeronáutica.

Embora essa atribuição esteja fora do escopo da missão do DEPENS, formação e pós- formação, por ser mais afeta ao Comando - Geral de Pessoal da Aeronáutica (COMGEP), responsável pela política de pessoal para o COMAER, na prática, é o DEPENS efetivamente quem a executa. Esse macroprocesso foi atribuído ao DEPENS por ser este o órgão mais envolvido na fase posterior que se segue, a fase da Capacitação.

Macroprocessos Finalísticos do DEPENS em atendimento às necessidades do COMAER:

- a) Seleção e Admissão de recursos humanos;
- b) Capacitação e adequação da capacitação profissional; e
- c) Gestão da infraestrutura de apoio ao ensino.

O macroprocesso “Seleção e Admissão de recursos humanos” engloba os processos de concursos para preenchimento de vagas nas diversas especialidades, nos diversos níveis, pelas modalidades de concurso público, se for admissão externa e, concurso interno e seleção de mérito, se for progressão de carreira, como abaixo enunciados:

- a) Concurso público para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV);
- b) Concurso público para o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT);
- c) Concurso público para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOINF);
- d) Concurso público para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR);
- e) Concurso público para o CAMAR/CADAR/CAFAR;
- f) Concurso público para o EAOEAR, EAOT e EIAC;
- g) Concurso público para o Curso de Formação de Sargentos (CFS);
- h) Concurso público e interno para o Curso de Taifeiro da Aeronáutica (CFT-A/B);
- i) Concurso interno para o Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE);
- j) Concurso interno para o Estágio de Adaptação de Oficiais (EAOF);
- k) Concurso interno para Soldado de Primeira Classe (S1);
- l) Concurso interno para Cabo (CB);
- m) Seleção de mérito para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP);
- n) Seleção de Mérito para o Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (CCEM);
- o) Seleção de Mérito para o Curso de Política e Estratégia da Aeronáutica (CPEA); e
- p) Seleção de Mérito para o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS).

O macroprocesso “Capacitação e adequação da capacitação profissional” utiliza-se da população especificada acima, por especialidades, e engloba os processos de Ensino utilizados na Formação e na Pós-Formação de pessoal no âmbito da Aeronáutica, dividindo-se nos seguintes processos:

- a) Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria, na AFA;
- b) Formação de Oficiais Especialistas, no CIAAR;
- c) Estágio de Adaptação de Oficiais, no CIAAR;
- d) Formação de Sargentos, na EEAR;
- e) Pós-Formação de Oficiais, na ECEMAR; e
- f) Pós-Formação de Sargentos, na EEAR.

O macroprocesso “Gestão da infraestrutura de apoio ao ensino” engloba os processos referentes à infraestrutura utilizada para o ensino, como:

- a) Manutenção de Salas de Aulas;
- b) Manutenção de Auditórios;
- c) Manutenção de Laboratórios de Línguas;
- d) Manutenção de Laboratórios Tecnológicos;
- e) Manutenção de Hangares;
- f) Manutenção de pistas de pouso utilizadas no treinamento aéreo;
- g) Manutenção das aeronaves utilizadas nas instruções;
- h) Manutenção de Tecnologia da Informação;
- i) Manutenção de processos relacionados às atividades do Corpo Docente;
- j) Manutenção de processos relacionados às atividades do Corpo Discente; e
- k) Manutenção de Administração Escolar.

Decorrentes dos processos mencionados, que contribuem para o cumprimento da missão do DEPENS, relatam-se abaixo as principais atividades e tarefas finalísticas, comuns a esses processos a serem avaliados na composição do cenário de relato da gestão consolidada do ensino na Aeronáutica:

- 1) Gestão de Concursos:
 - a. Públicos e Internos; e
 - b. Seleção de Mérito.
- 2) Gestão do Corpo Docente:
 - a. Formação Acadêmica e Profissional;
 - b. Condições de Trabalho; e
 - c. Desempenho Profissional.
- 3) Gestão do Corpo Discente:
 - a. Condições de estudo;
 - b. Desempenho acadêmico; e
 - c. Aspectos militares.
- 4) Manutenção de instalações e mobiliários utilizados no ensino.
- 5) Manutenção de Laboratórios.
- 6) Manutenção de Bibliotecas.
- 7) Cumprimento dos Currículos.
- 8) Administração Acadêmica.

É sob essa ótica que a gestão do DEPENS será descrita no que se refere à condução dos seus macroprocessos finalísticos:

- 1) Gestão de Concursos:
 - a. Públicos e Internos.

Anualmente, os concursos públicos externos e internos para a Aeronáutica, abertos a candidatos civis e militares, em termos de quantitativos de vagas fixadas para os diversos concursos de admissão, seguem a Política estabelecida pelo Comando-Geral de Pessoal (COMGEP).

Para o cálculo e definição de vagas, são consideradas as médias históricas de atrito nos cursos ao longo dos anos de formação (teste de aptidão à pilotagem militar, provas escritas, indisciplina, a pedido, dentre outros) e a obrigatoriedade de abertura de concurso público para determinadas etapas.

- b. Seleção de Mérito

O homem, como protagonista do cenário institucional e a forma como desempenha suas funções, pode, em muito, modificar a história de uma organização. A incorporação de modernas tecnologias, a aquisição de equipamentos sofisticados e de elevados custos, a implementação de programas complexos e inovadores e o fortalecimento de valores éticos e morais exigem a retenção e manutenção de pessoas talentosas, competentes, alinhadas com as normas e doutrinas vigentes e capazes de tirar o melhor proveito de tais avanços, proporcionando resultados altamente positivos.

Nesse contexto, a Aeronáutica tem, como premissa, que a progressão dos seus componentes deve ter como escopo o mérito como base para a ascensão na carreira.

Assim é que, ao longo da carreira, são realizados cursos que se tornam obrigatórios para que possam ser galgados degraus, no intuito de atingir o patamar mais alto, no contexto da Força. Ressalta-se que, para realizarem esses cursos, os militares sofrem uma seleção que é realizada nas respectivas Comissões de Promoções, que têm como referência o histórico da sua carreira, desde o seu ingresso, sendo considerados os conceitos moral e profissional e o realce do militar entre seus pares, além de contar as notas obtidas nos cursos ao longo da carreira.

A quantidade de militares que realizam esses cursos dependerá da capacidade das Unidades de Instrução em ministrá-los e do planejamento de crescimento da Aeronáutica. A composição de cada turma pode englobar diversas especialidades.

No caso da progressão dos oficiais, são realizados os seguintes cursos regulamentares ou equivalentes, exigidos para a promoção:

- a) Para a promoção ao posto de Major, é exigido que o oficial realize o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP) da Aeronáutica, ministrado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAR), no Rio de Janeiro;
- b) Para a promoção ao posto de Coronel, é exigido o Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (CEEM), ou equivalente, ministrado na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro; e
- c) Para a promoção ao posto de Brigadeiro do Ar, é exigido que o oficial realize o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CEPEA), ou equivalente, ministrado na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro.

Já no caso da progressão dos Graduados, é realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), que é exigido para a promoção à graduação de Suboficial, e é realizado à distância. Ainda para os graduados, a Força proporciona a ascensão ao oficialato por meio de concursos em que se é exigida nota mínima para que possam ter acesso aos cursos de formação que são: Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE) e o Estágio de Adaptação de Oficiais (EAOF), ambos realizados em Belo Horizonte – MG.

2) Gestão do Corpo Docente:

a. Formação Acadêmica e Profissional

Ao longo do ano letivo, os professores civis foram incentivados a participar do programa de capacitação, conforme preconiza o art. 67 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece que “os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”.

Tal afirmativa pode ser confirmada pelo conteúdo das atas das reuniões da Comissão Permanente do Magistério da Aeronáutica (COPEMA) nº 01/2012, 04/2012, 05/2012, 06/2012, 08/2012 e 17/2012, todas referentes a solicitações de afastamento e/ou liberação para estudos de pós-graduação.

Nesse aspecto, houve inicialmente a dificuldade em obter consenso, no âmbito administrativo, acerca da legalidade das liberações para capacitação profissional, utilizando para tal o 1/3 da jornada de trabalho do docente, que, conforme o parágrafo 4º do art. 2º da lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, art.34 da lei 7.549, de 11 de dezembro de 1986 e inciso V do art.67 da lei nº 9.394/1996, deve ser reservado a estudos, pesquisa, planejamento e avaliação, incluídos na carga horária de trabalho.

É importante frisar que os professores que exercem o cargo de docente nas Escolas militares, em tela neste relato, no nível de Graduados, Mestres e Doutores, exercem o magistério ministrando aulas nas matérias básicas (Português, Matemática, Física e Inglês), enquanto que as matérias Técnicas são ministradas por militares com conhecimento e prática na área, denominados Instrutores Oficiais e Graduados.

No aperfeiçoamento profissional e na valorização dos instrutores militares, busca-se a participação dos mesmos em cursos ou missões de ensino em instituições congêneres no Brasil e em países com os quais tenham sido firmados tratados de cooperação bilateral. No entanto, devido à escassez de recursos para o pagamento de diárias, muitas indicações para curso, seminários, congressos e atividades afins tiveram que ser canceladas.

Na avaliação dos alunos, por meio de preenchimento de fichas de críticas, a percepção em relação aos instrutores é de nível acima da média ou além das expectativas iniciais.

No entanto, existe uma sobrecarga dos instrutores em virtude da necessidade de orientação/avaliação de artigos ou monografias. Dessa forma, são convidados instrutores externos ao efetivo das Escolas, para complementação da grade de aula, o que também implica em custos com deslocamentos de pessoal.

b. Condições de Trabalho

As instalações das organizações de ensino do COMAER têm passado por melhorias e reestruturações, a fim de proporcionar ambientes educacionais com melhor infraestrutura, conforto e espaço adequado. No entanto, por serem instalações, geralmente, muito antigas, o investimento é elevado e nem sempre os recursos estão disponíveis.

Dessa forma, são seguidos planejamentos delineados nos Planos de Obras das Organizações de Ensino, buscando-se a execução paulatina das obras necessárias, priorizando as de maior impacto na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

c. Desempenho Profissional

O desempenho dos docentes é medido mediante análise das Fichas de Críticas dos discentes em relação aos docentes e do próprio resultado dos discentes nas provas.

Os docentes são avaliados a cada aula, pelos próprios discentes, nos seguintes campos: nível de conhecimento sobre o assunto, clareza das exposições, técnicas e estratégias utilizadas (habilidade de ensinar), importância da disciplina, adequação da carga horária, nível de profundidade, possibilidade de aplicação do conhecimento adquirido ao campo profissional, dentre outros.

A coleta de dados e posterior análise permitem verificar como a instrução foi ministrada e se a carga horária e os meios de instrução foram empregados de forma adequada. Isso viabiliza um melhor acompanhamento do trabalho realizado em sala de aula.

O processo de avaliação dos docentes, em 2012, projetou um resultado de que a instrução foi muito bem ministrada. As poucas exceções, com resultados não satisfatórios, foram encaminhadas aos respectivos coordenadores de especialidade, a fim de que as providências necessárias de correção fossem tomadas.

3) Gestão do Corpo Docente:

a. Condições de estudo

As rotinas diárias dos alunos das escolas de formação são extremamente regradadas, preenchendo totalmente o dia dos alunos, com atividades que iniciam no toque de alvorada, ou seja, toque de corneta que acorda os alunos e dá início às suas atividades, as quais são estabelecidas através do programa semanal, que incluem os horários das refeições, formaturas, horários de aula e educação física, encerrando com a revista de pernoite; formatura realizada após o jantar, onde são transmitidas as orientações para o dia seguinte. Depois de todas essas atividades, os alunos são liberados para conduzirem seus estudos individuais extraclasse.

Cada escola, de acordo com as suas peculiaridades e maturidade de seus alunos, adota os procedimentos que são mais adequados, mas que de modo geral visam o mesmo objetivo, ou seja, auxiliar o aluno a vencer as dificuldades na área de ensino.

Com essa finalidade, são providenciados o apoio de psicólogos e pedagogos, o apoio permanente de professores de plantão, aulas de reforço, orientações sobre métodos de estudo e mais o que for necessário e adequado para auxiliar os alunos na superação das dificuldades no aprendizado.

b. Desempenho Acadêmico

O desempenho acadêmico dos diversos cursos de formação e pós-formação da Aeronáutica Brasileira têm como base os Planos de Avaliação, que estabelecem os parâmetros mínimos a serem alcançados pelos alunos durante seus respectivos cursos e balizam o seus desempenhos acadêmicos. Dessa forma, a nota mínima ou a média final a ser alcançada pode ser 6,00 ou 7,00, dependendo do curso, o que implica em um número reduzido de desligamentos por baixo rendimento escolar.

A não conclusão nos cursos pode se dar por pedido voluntário de desligamento do aluno, baixo rendimento escolar, problemas disciplinares, problemas de saúde ou inaptidão para a atividade do curso, como no caso da aviação.

Nos cursos de pós- formação, a não conclusão se dá, praticamente, apenas por solicitação voluntária de desligamento; fato que tem chamado cada vez mais a atenção, devido ao crescente número de militares que desistem voluntariamente de prosseguir na carreira.

c. Aspectos Militares

Assim como o desempenho acadêmico, os aspectos militares estão estabelecidos em documentos específicos para cada curso (Currículos Mínimos), em cada uma das Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS, e constam de cada Plano de Avaliação.

As escolas de formação (EEAR, CIAAR e AFA) não reportaram qualquer problema referente a esse item durante o desenvolvimento de seus programas escolares, cuja atividade está sob a coordenação e execução das Seções de Instrução Militar, que recebem apoio, também, dos Batalhões de Infantaria, para as atividades que envolvem o adestramento em exercícios de campanha.

Nos cursos de pós- formação, os aspectos militares não são tratados como temas da formação básica, tendo em vista que os atributos inerentes à formação militar já foram aplicados e desenvolvidos na fase anterior, sendo apenas tratados no campo disciplinar e registrados, quando for o caso, nas fichas de conceitos individuais da Comissão de Promoção de Oficiais ou de Graduados.

4) Manutenção de Instalações e Mobiliários

Por tratar-se de uma atividade de capacitação profissional, é recorrente haver dotação orçamentária nos Planos de Ação das UJ subordinadas para a manutenção de instalações voltadas à formação, à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais para o desempenho de atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa dos diversos segmentos da Aeronáutica.

Ano após ano são direcionados esforços e recursos na busca da melhor adequação das instalações, dos mobiliários e dos equipamentos necessários para um ambiente de ensino-aprendizagem.

Devido à idade das instalações, em geral, as obras necessárias costumam ser de alto custo e longo período de execução. Além disso, a especificidade de algumas instalações, como estande de tiro, ou de alguns equipamentos, como os de aviação, tornam a solução mais complexa.

Na UNIFA e na AFA, algumas obras realizadas já melhoraram as condições disponíveis. No CIAAR, aguarda-se a conclusão das obras da nova Escola, em Lagoa Santa, que contará com instalações amplas e modernas.

Na EPCAR e na EEAR, as melhorias possíveis estão sendo feitas gradativamente, porém, ainda são limitadas, devido ao número de alunos ou à diversidade e especificidade dos cursos ministrados.

5) Manutenção de Laboratórios

Lembrando, mais uma vez, a idade das instalações, em geral, e levando em conta o objetivo de dotar as Organizações de Ensino do COMAER de modernas técnicas de ensino com equipamentos e sistemática atualizados, a adequação das instalações, especialmente dos laboratórios, é de crucial importância para o resultado a ser obtido.

A variedade e a especificidade dos cursos e o objetivo de crescimento da Força até o ano de 2031 evidenciam a necessidade de investimento nos laboratórios, de forma geral.

Ali são sedimentados os conhecimentos básicos que são a base necessária para o bom desenvolvimento do profissional e que lhe permitirão o desempenho da função com segurança e propriedade.

Em se tratando de aviação e segurança da nação, sem dúvida, deve-se buscar sempre o melhor.

6) Manutenção de Bibliotecas

As bibliotecas das Organizações de Ensino têm atendido as necessidades básicas de instalações para consultas ou para estudos. As maiores carências sentidas são quanto às verbas para aquisição de livros e periódicos, especialmente de assuntos técnicos ligados aos cursos ministrados, e quanto à informatização do acesso às informações locais e de outras bibliotecas. Nesse sentido, está em andamento um trabalho buscando a interligação, numa rede de bibliotecas, das Escolas das três Forças Armadas, para facilitar o acesso ao acervo disponível de todas elas.

7) Cumprimento dos Currículos

Os Currículos Mínimos para cada curso são estabelecidos de acordo com documentação emitida pelo COMGEP definindo as competências essenciais necessárias aos militares da Aeronáutica.

Os Currículos Mínimos são revisados a fim de se adaptarem às normas de ensino Federal e por necessidade do COMAER, mediante análise criteriosa dos conteúdos e atividades, resultando em modificações que são propostas e aprovadas mediante portarias.

8) Administração Acadêmica

Esse item, em todas as escolas de formação, engloba uma enorme quantidade de tarefas e atribuições que permeiam a vida dos alunos desde a seleção e admissão, passando pela matrícula, avaliações e finalizando com a formatura. Todavia, durante o período do curso, outros aspectos, não menos importantes compõem as atividades que apoiam a formação dos alunos, quais sejam: toda a programação escolar, disponibilidade de instrutores e professores, utilização de salas de aula e laboratórios, além de visitas e estágios realizados pelos alunos. Além disso, são computados, também, dados relativos às punições, dispensas médicas e faltas às instruções.

Para o adequado gerenciamento da questão, as escolas buscam a adequação do seu efetivo administrativo e de apoio às necessidades decorrentes do número de alunos e da duração e especificidade dos cursos ministrados.

Nesse sentido, este Departamento trabalha permanentemente na busca pelo atendimento das necessidades das escolas no tocante a recursos humanos capacitados para o adequado gerenciamento das tarefas.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Da mesma forma que foram apresentados acima os macroprocessos finalísticos com os seus subprocessos, atividades e tarefas decorrentes, enumeram-se neste tópico, os macroprocessos de apoio, também com os seus subprocessos, atividades e tarefas correlatas:

- a) Gestão do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS); e
- b) Gestão do apoio administrativo oferecido às Organizações de Ensino.

O macroprocesso “Gestão do Sistema de Ensino da Aeronáutica” refere-se à estrutura composta pelos atores envolvidos no Sistema de Ensino da Aeronáutica: quem são eles, sua composição, como se articulam regionalmente para cumprir as atividades de ensino atribuídas no território nacional, e a sua decomposição em processos e atividades.

Neste aspecto, é importante esclarecer que outros grandes comandos da Aeronáutica, como o Comando Geral-do-Ar (COMGAR), o Comando Geral de Pessoal (COMGEP), o Comando Geral de Apoio (COMGAP), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTA) e a Secretaria de Economia e Finanças (SEFA), também possuem Organizações de Ensino Subordinadas, com a finalidade de preparar e capacitar pessoas para o exercício de cargos e funções na Aeronáutica, de responsabilidade desses Comandos.

Assim, essas organizações, embora sejam subordinadas a esses Grandes Comandos, com autonomia do ensino na sua área específica, integram o Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS) em termos normativos, como Elos Executivos do sistema, tendo o DEPENS como o seu Órgão Central. Essa estrutura está regulada na NSCA 37-1, de 26 de março de 2012.

O macroprocesso “Gestão do apoio administrativo oferecido às Organizações de Ensino” refere-se à estrutura propriamente dita de suporte administrativo comum, típica a todas as demais organizações da Aeronáutica, e à sua decomposição em processos e atividades conforme abaixo:

- a) Administração Financeira e Patrimonial;
- b) Administração de Recursos Humanos;
- c) Manutenção da Infraestrutura de Apoio;
- d) Manutenção de Saúde;
- e) Manutenção de Segurança;
- f) Comunicação Social;
- g) Gestão de TI e Comunicações; e
- h) Investigação e Justiça.

Decorrentes dos processos de apoio mencionados que dão suporte ao DEPENS para o cumprimento da missão, relatam-se abaixo as principais atividades e tarefas executadas na Organização, comuns a esses processos a serem avaliados na composição do cenário de relato da gestão consolidada do ensino na Aeronáutica:

- a) Orçamento.
- b) Finanças.
- c) Licitações.
- d) Bens Patrimoniais.
- e) Alimentação.
- f) Gestão de Pessoas.
- g) Administração de Pessoal.
- h) Transporte.
- i) Patrimônio Imóvel.
- j) Prefeituras.
- k) Saúde.
- l) Segurança.
- m) Comunicação Social.
- n) Gestão de TI e Comunicações.
- o) Investigação e Justiça.
- p) Legislação e Normatização.

Assim sendo, é sob essa ótica que a gestão do DEPENS será relatada ao referir-se aos seus macroprocessos de apoio.

a) Orçamento

O orçamento para o exercício de 2012 foi conduzido de maneira a combinar os recursos na proporção adequada e permitir tomar decisões frente a um contexto de restrições. Dentre as dificuldades, destaca-se a manutenção do equilíbrio de contratações, tendo em vista o parcelamento da descentralização de crédito. Balizado pelos programas e ações do Ministério da Defesa, buscou-se o alinhamento entre os créditos disponibilizados durante o exercício financeiro e as diversas necessidades que surgiram.

No que tange às despesas de capital, o valor executado foi insuficiente diante das necessidades de reforma em instalações e aquisição de mobiliários, apesar de haver um incremento em investimentos, se comparado ao exercício de 2011.

b) Finanças

Os setores de finanças das UJ da Aeronáutica trabalham com duas frentes distintas: uma para pagamento de fornecedores e outra para pagamento de pessoal.

No que se refere ao pagamento de fornecedores, baseado no princípio da segregação de funções, na Aeronáutica as atividades de compra, recebimento e pagamento são realizadas por

setores e servidores distintos. A Aeronáutica utiliza o SIAFI para realizar os pagamentos e, a partir de 2012, todos eles foram feitos através do subsistema “Contas a Pagar e a Receber”, utilizando-se o SIAFI WEB. Como em todo órgão público federal, os pagamentos só são realizados após a prestação do serviço ou entrega do material e a sua consequente liquidação. A execução financeira sempre fica aquém da orçamentária, o que tem gerado inscrição de Restos a Pagar em todos os anos. Parte dessa inscrição é decorrente da usual descentralização de recursos no final do exercício financeiro.

Para o pagamento de pessoal, são utilizados dois sistemas exclusivos da Aeronáutica, denominados Acantus 1 e Acantus 2. O Acantus 1 é responsável por rodar a folha de pagamento de todo efetivo e produzir os demais relatórios financeiros – inclusive os contracheques -, dentre eles o que vai gerar as ordens bancárias de pagamento para os bancos conveniados com a Aeronáutica. O Acantus 2 é o sistema onde as alterações financeiras são lançadas pelos sacadores nas organizações pagadoras de pessoal. Toda alteração financeira só é sacada após publicação em Boletim Interno, o qual é assinado pelo Ordenador de Despesas das UJ. Os pagamentos da Aeronáutica ainda são feitos baseados na Medida Provisória 2.215/2001 regulamentada pelo Decreto 4.307/2002.

c) Licitações

As licitações na Aeronáutica são feitas baseadas na Lei 8.666/93 como em todo órgão público federal. Tem sido incentivada a realização de registro de preços nas aquisições visando à diminuição de certames, o que racionaliza as aquisições e evita os trabalhos redundantes. Tem sido relatado pelas UJ subordinadas a este Departamento que os pareceres jurídicos impostos pelo artigo 38 da Lei supracitada retardam de forma significativa os processos, visto que as CJU, responsáveis pelos pareceres, demoram em emití-los em decorrência do grande volume de serviços. A distância entre as escolas e as CJU também contribuem com essa morosidade.

d) Bens Patrimoniais

Na Aeronáutica os bens móveis patrimoniais (BMP) são os materiais permanentes, ou seja, aqueles que quando em uso têm previsão de duração de no mínimo dois anos. No SIAFI esses materiais são registrados contabilmente no grupo 4, investimento, natureza de despesas 449052. Eles são controlados nas UJ pelas Seções de Registro Patrimonial. A Aeronáutica controlava esses materiais utilizando um sistema interno denominado SISPAT – Sistema de Patrimonial – o qual gerava informações analíticas para as UJ apenas, uma vez que se tratava de *software* local. Em 2012 a Aeronáutica decidiu implantar no SILOMS – sistema que controla o material aeronáutico via web – uma interface para controlar melhor esses materiais: o SILOMS BMP. Foi feita a migração de todos os materiais permanentes do SISPAT para o SILOMS BMP de maneira que a verificação pudesse ser feita *on line* pelo órgão de controle interno da Aeronáutica sem a necessidade de deslocamento para as UJ.

e) Alimentação

A alimentação na Aeronáutica tem duas frentes básicas: a primeira é a realizada em refeitórios comuns e a outra é a alimentação em local não preparado – a chamada refeição de campanha. Os refeitórios recebem mensalmente recursos baseados nas atividades desenvolvidas pela UJ (normal, escolas e hospitais) e no efetivo de cada organização militar. Cabe às OM definirem seus cardápios de acordo com fatores nutritivos e financeiros. No que se refere à alimentação de campanha, a Aeronáutica tem três tipos de rações as quais são adquiridas pelo órgão central – a Subdiretoria de Abastecimento da Aeronáutica – com base nas quantidades informadas pelos grandes comandos. De acordo com a missão, um tipo ou outro de ração será utilizada. Três tipos básicos são utilizados na Aeronáutica: ração de abandono de aeronave, ração de sobrevivência no mar e ração de combate.

As atividades referentes à alimentação foram conduzidas conforme orientações e normas do Órgão Central do Sistema de Subsistência, a Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), seguindo o

que preconiza a NSMA 145-1 e as demais instruções normativas, através da contabilização dos créditos recebidos, do consumo mensal, da variação no estoque e da frequência do efetivo no Sistema Integrado de Abastecimento (SIA).

f) Gestão de Pessoas e Administração de Pessoal

Nas fases de Recrutamento, Seleção, Formação e Capacitação de Recursos Humanos que compõem a força de trabalho da Aeronáutica é dado ênfase na Gestão por Competência. Em atendimento a essa premissa, ressaltam os perfis profissionais como balizadores dos editais e norteadores para o estabelecimento dos currículos escolares utilizados pelas Organizações de Ensino, frente às inovações tecnológicas.

O Comando Geral do Pessoal, responsável pelo planejamento estratégico dos recursos humanos necessários para a condução da Força Aérea, vem administrando o crescimento da Força e o remanejamento dos militares, a fim de atender as lotações e o cumprimento das missões específicas de cada Unidade.

g) Transporte

Houve uma pequena variação no número total de veículos, de janeiro para dezembro de 2012. A quantidade de viaturas é suficiente para atender à missão, com alguma dificuldade em determinadas categorias de veículos.

Nesse aspecto, as principais realizações foram: o aumento significativo da disponibilidade de viaturas com recursos próprios das unidades; o aperfeiçoamento do processo de aquisição de materiais e serviços, resultando na maior eficiência e economia processual; e a disponibilização para descarga das viaturas indisponíveis, sem possibilidade de recuperação, diminuindo a idade média da frota.

h) Patrimônio Imóvel

Na Aeronáutica o patrimônio imóvel (residências, hangares, depósitos, paióis, etc) é registrado no SPIUNET – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União. Todas as obras são realizadas com recursos do grupo 4, investimento, natureza de despesas 449051 ou 449039. O Plano Plurianual de Obras – PPO – é o documento da Aeronáutica que elenca as obras que serão executadas no quinquênio, com base na concepção prevista no Plano Diretor da Organização.

i) Prefeituras

As Prefeituras sob a responsabilidade das Escolas possuem um acervo diversificado de Residências para atender ao seu efetivo, denominadas Próprio Nacional Residencial (PNR), distribuídos entre Oficiais, Graduados, Praças e Civis.

Os PNR que necessitam de constante manutenção são, em sua maioria, construídos nas décadas de 40 e 50; apresentam-se bastante desgastados, seja pelas condições climáticas seja pelos materiais e técnicas de construção empregadas, associado ao tempo médio de ocupação de dez anos, o que dificulta a manutenção preventiva.

j) Saúde

As despesas com saúde são realizadas com recursos específicos para essa finalidade, todas previstas e orçadas. Considerando os dependentes dos militares que também têm direito ao atendimento médico, normalmente existem cadastrados nos hospitais cerca de cinco vezes o efetivo das organizações. As unidades de saúde têm, como clientes, o efetivo das escolas e seus dependentes, além dos militares da reserva que residem na região.

Um grande esforço tem sido feito para suprir a aquisição e manutenção de equipamentos, a fim de manter as principais especialidades com capacidade de atendimento, como

odontologia, oftalmologia, pediatria, ortopedia, pediatria, clínicas médicas, consultas ambulatoriais e exames laboratoriais.

Da mesma forma, viaturas e pessoal tem sido utilizados para prestar apoio na remoção e encaminhamento para outros locais de atendimento especializado de saúde.

k) Segurança

Com as operações de pacificação dos morros do Rio de Janeiro e maior combate ao crime nas cidades que sediarão jogos da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e as olimpíadas, no Rio de Janeiro, tem-se observado m crescimento nos índices de violência em cidade menores.

Atentos a essas mudanças, os responsáveis pelas ações de Segurança e Defesa das Escolas revisaram procedimentos de segurança, atualizaram as doutrinas e os treinamentos da tropa, proporcionando maior conhecimento técnico-profissional, além de constante atualização sobre táticas empregadas pelo crime organizado.

No entanto, ainda há necessidade de investimento na capacitação em cursos específicos, como segurança de dignitários, operações especiais e atirador de elite, para alguns integrantes dessas equipes.

l) Comunicação Social

Por se tratarem de “portas de acesso” à Aeronáutica, as escolas são motivadas a exercer constante atuação na divulgação dos concursos para o público externo.

Nesse sentido, são realizadas, frequentemente, e principalmente em datas significativas para a cidade onde estão sediadas, ou em datas marcantes para a Aeronáutica, exposições, em locais de grande circulação, com divulgação das atividades e formas de ingresso às Organizações da FAB.

Para isso, a Seção de comunicação Social deste Departamento mantém contato com seus elos nas Escolas, auxiliando e orientando na produção de matérias televisivas ou para rádios e jornais locais. Além disso, essa seção planeja, produz e distribui material de divulgação a respeito das opções de carreiras na Aeronáutica.

Como são instituições antigas, as Escolas procuram aproveitar algumas oportunidades de veicular matérias com ex-alunos que são celebridades atuais, como no caso do ex-aluno e jornalista Marcelo Tas em visita à EPCAR, em 2012.

Além disso, as Escolas mantêm páginas de divulgação e motivação para o público geral, utilizando as diferentes mídias em uso (facebook, twitter, youtube, fanpage).

m) Gestão de TI e Comunicações

A Tecnologia da Informação é essencial no preparo dos profissionais e no gerenciamento das Escolas. Dessa forma, muito se tem feito para adquirir novos equipamentos a fim de renovar o parque computacional, paulatinamente, a cada ano. Com isso, foram montados novos laboratórios que utilizam a informática e os antigos foram ampliados, atendendo novas especialidades de cursos que foram criados.

Novos serviços foram contratados, com economia de meios e melhoria de atendimento, tanto em telefonia como no uso da internet.

Essas mudanças permitiram maior capacidade e segurança na política de backup de dados, instalação de novos pontos de acesso à internet, implementação das novas páginas eletrônicas das Escolas e modernização nos processos de gerenciamento dos concursos de acesso e dos cursos ministrados.

Anualmente, as Escolas encaminham os seus Planos Diretores de Informática para este Departamento, que consolida as necessidades e as metas na área de informática num Plano único da área de ensino e encaminhado à Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI).

n) Investigação e Justiça:

Como órgão público da Administração Federal, o DEPENS não possui personalidade jurídica, de modo que seus atos administrativos, quando questionados judicialmente, são atribuídos à pessoa jurídica de direito público interno – a União.

A defesa da União em juízo é competência da Advocacia Geral da União – AGU - que a realiza por meio de seus advogados. Para que a AGU possa realizar uma defesa adequada e completa, é necessário o conhecimento dos fatos concernentes ao caso concreto objeto do litígio e dos possíveis argumentos de direito favoráveis à União.

Cabe, portanto, às Assessorias Jurídicas do DEPENS e das Organizações de Ensino a ele subordinadas, o ofício de suprir a AGU das informações cabíveis para cada processo judicial, bem como assessorar as autoridades da Aeronáutica, nos respectivos processos.

A produção e prestação de informações de fato e de direito aos órgãos de administração da justiça e às autoridades da Aeronáutica, ou seja, o assessoramento jurídico, é a primeira atividade jurídica de destaque exercida no âmbito do Departamento de Ensino.

A segunda atividade jurídica de destaque se refere aos trabalhos de investigação e justiça. Estes podem, excepcionalmente, ser conduzidos pelas Assessorias Jurídicas, mas são, comumente, atribuídos às Seções de Investigação e Justiça.

O foco principal dessa atividade são os assuntos que ficam dentro do escopo do direito penal militar e do direito penal, além das tarefas relativas ao direito administrativo disciplinar militar.

Fato que causa preocupação são as demandas judiciais geradas contra a União por candidatos aos diversos cursos gerenciados pelo DEPENS.

o) Legislação e Normatização:

No decorrer do exercício considerado o DEPENS emitiu documentos normativos, dentre os quais, Currículos Mínimos e Normas Reguladoras de diferentes cursos, Planos de Avaliação, Diretrizes de Comando, Editais de Concursos e outras normas reguladoras do Sistema de Ensino da Aeronáutica.

1.6 Principais Parceiros

Internos: Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), Comando Geral de Pessoal (COMGEP), Comando Geral de Apoio (COMGAP), Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA).

Externos: Ministério da Educação (MEC), Vara da Infância, da Juventude e do Idoso/RJ, Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), CAPES/MEC, Comissão de Desportos Militares do Brasil (CDMB), Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) /MD, e Colégios Militares.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento das ações do DEPENS segue o objetivo estratégico decorrentes do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), denominado “Modernizar os sistemas de formação e de pós-formação de recursos humanos” afetos diretamente à sua missão de gerir o Ensino e suas Instituições responsáveis no Comando da Aeronáutica, tendo como horizonte a temporalidade expressa de 2010 a 2031, conforme foram demonstrados no item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.

As ações são anualmente realinhadas aos recursos alocados pelo governo, às respostas de organizações subordinadas, às melhorias implementadas nos seus processos e aos desafios encontrados no transcorrer da sua gestão.

Nesse sentido, o DEPENS alinha-se ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, que estabelece no Programa temático Política Nacional de Defesa, entre o elenco de objetivos, o Objetivo 0462 – “Elevar a capacidade operativa da Aeronáutica Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego” -, onde constam vinculadas as cinco Ações Orçamentárias (de acordo com o item 4.1.4) para formação e capacitação profissional da Aeronáutica, conforme detalhadas na LOA 2012, expressando assim as iniciativas e metas que o DEPENS busca no seu planejamento estratégico decorrente do PEMAER.

Dessa forma, ao estabelecer para si três macroprocessos finalísticos como enumerados acima no item 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, o DEPENS está afirmando que sua atividade fim será conduzida seguindo três enfoques principais: 1) Seleção e Admissão de – Recursos Humanos; 2) Capacitação e adequação da capacitação profissional, e; 3) Gestão da infraestrutura de apoio ao ensino, além das do apoio administrativo comum a todas as Organizações do COMAER.

Decorrente dessas grandes avenidas principais, destaca-se o Plano Setorial do DEPENS (PCA 11-34), iluminando as ações das Organizações de Ensino Subordinadas ao DEPENS, assim como orientações específicas em forma de Diretrizes de Comando (DCENS).

Como as atividades das Escolas de Formação (EPCAR, AFA e EEAR), de Adaptação (CIAAR) e de Aperfeiçoamento (UNIFA) são diversificadas na sua forma de condução e execução, ressaltamos a importância de coordenação do Programa de Trabalho Anual (PTA) das Organizações, tendo em vistas a necessidade de estarem alinhados com as orientações do MEC e as necessidades operacionais estratégicas do COMAER.

Nesse aspecto, enumeram-se a seguir os projetos decorrentes dessas grandes avenidas anunciadas, sob a responsabilidade do DEPENS, atribuídas às Organizações de Ensino Subordinadas, que irão nortear as ações específicas dessas Unidades, bem como em que medida, de quem e em que momento se deseja o máximo esforço.

Projetos Setoriais do DEPENS, conforme estabelecido no seu Plano Setorial mencionado (PCA 11-34), válido para o período 2011 a 2015:

Objetivo 1: Dotar as Escolas de infraestrutura adequada para o suporte acadêmico vislumbrado no PEMAER.

- 1.1 Modernização das instalações das Escolas;
- 1.2 Integração dos sistemas de busca e pesquisa das bibliotecas;
- 1.3 Estudo, aquisição e implantação de novos planadores básicos; e
- 1.4 Estudo, aquisição e implantação de novos rebocadores de planadores.

Objetivo 2: Aperfeiçoar o sistema de gestão de cursos de carreira.

- 2.1 Desenvolvimento de um sistema de cogitação de cursos de carreira;
- 2.2 Desenvolvimento de um sistema de avaliação de cursos; e

2.3 Desenvolvimento e atualização permanentemente dos currículos mínimos de formação e pós-formação.

Objetivo 3: Estabelecer, em conjunto com o COMGEP, um perfil mínimo para um máximo desempenho do Pessoal do COMAER, em todos os níveis.

- 3.1 Levantamento das necessidades técnico-operacionais de cargos e funções do COMAER;
- 3.2 Manutenção do sistema de cargos e funções do DEPENS com pessoal qualificado.

Objetivo 4: Disseminar o conceito da busca pelo conhecimento por iniciativa própria, estimulando e conscientizando os indivíduos a procurarem os caminhos do seu desenvolvimento pessoal e profissional, vinculando-os, sempre, aos interesses da FAB.

- 4.1 Desenvolvimento do ensino da metodologia científica aplicada à pesquisa e à inovação; e
- 4.2 Criação de um sistema de incentivo pelo reconhecimento da inovação de artefatos, fatos administrativos, operacionais e de processos aplicados no COMAER.

Objetivo 5: Incentivar programas de aprimoramento técnico-profissional e de elevação de nível intelectual e cultural, bem como de estratégias de inserção do ensino militar no contexto social.

- 5.1 Fortalecimento do sistema de valores e de formação moral e militar do pessoal da Aeronáutica;
- 5.2 Desenvolvimento da mentalidade de auto sustentabilidade nos diversos estudos desenvolvidos no DEPENS e Organizações Subordinadas; e
- 5.3 Utilização da Comunicação Social como estratégia da atuação social do DEPENS e das Organizações de ensino subordinadas.

Objetivo 6: Fomentar a participação em cursos de pós-graduação em instituições de ensino públicas e privadas, no país e no exterior, alinhadas com os interesses estratégicos do COMAER.

- 6.1 Realização de intercâmbio de experiência de ensino entre organizações de ensino da FAB com outras instituições do Brasil e do Exterior; e
- 6.2 Formação de parcerias entre as Instituições de Ensino da FAB com outras instituições do Brasil e Exterior para atividades acadêmicas, de pesquisa, bem como de troca de experiência entre professores e instrutores;

Objetivo 7: Aperfeiçoar o Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS) com recursos materiais e humanos em quantidade e qualidade necessários, em todos os níveis, mantendo-os atualizados com a evolução da tecnologia e da metodologia de ensino.

- 7.1 Integração das bibliotecas das Organizações de Ensino Subordinadas com as das outras Forças Armadas;
- 7.2 Desenvolvimento de um sistema de ensino à distância (EAD);
- 7.3 Integração e automatização dos Serviços Regionais de Ensino ao SISTENS;
- 7.4 Desenvolvimento de um sistema de recompensas com a finalidade de captação e retenção de instrutores e docentes para o SISTENS; e
- 7.5 Estudo permanente da adequação da relação corpo docente versus corpo discente.

Objetivo 8: Aperfeiçoar o processo de divulgação da seleção e admissão de recursos humanos.

- 8.1 Desenvolvimento de um Sistema de Gestão de concursos;
- 8.2 Desenvolvimento de um sistema para divulgação da seleção e admissão de recursos humanos; e
- 8.3 Centralização dos processos de exame de admissão e seleção em uma Organização de ensino subordinada.

Objetivo 9: Aperfeiçoar o sistema de gestão de ensino do COMAER.

- 9.1 Desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais do DEPENS;

- 9.2 Desenvolvimento de solução para a integração da gestão do ensino nas Escolas com o DEPENS;
- 9.3 Regulamentação da Lei de Ensino e gestão de sua efetivação;
- 9.4 Desenvolvimento de um sistema para centralização dos processos jurídicos do DEPENS e das organizações subordinadas;
- 9.5 Implantação de um sistema de controle e emissão de passagens;
- 9.6 Desenvolvimento de um sistema de gestão de obras; e
- 9.7 Implantação do Escritório de Projetos e Processos no DEPENS.

Assim, o DEPENS, visando alcançar os objetivos setoriais colimados, elaborou os projetos decorrentes, a fim de servirem como aglutinadores e balizadores das atividades e tarefas praticadas nas organizações de ensino, mormente os Planos de Trabalhos Anuais e Programas Eventuais. Nesse aspecto, estabeleceu pontualmente para realizar, no horizonte temporal de 2012, as seguintes metas:

Pela EEAR

- a) Ministrando o Curso de Formação de Sargentos (CFS) para alunos da primeira à quarta série;
- b) Ministrando o Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento a duas turmas de alunos;
- c) Ministrando o Curso de Formação de Sargentos, Modalidade Especial, para a Especialidade Básico de Controle de Tráfego Aéreo (BCT);
- d) Manter a compatibilidade dos cursos ministrados com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC;
- e) Planejar para abrigar até 2.080 alunos, com limites por especialidades, considerando também a quantidade mínima de alunos por especialidade, para justificar o custo/benefício da efetivação do respectivo curso;
- f) Buscar condições pedagógicas e motivacionais à carreira militar, de modo que o nível mínimo de aproveitamento seja de 90% entre o início e o final dos cursos;
- g) Estruturar o BINFA da EEAR, física e organizacionalmente, para servir como batalhão modelo aos alunos do Curso de SGS;
- h) Disponibilizar link de acesso, via internet, à página (site) da EEAR/CAS (prazo 2º semestre de 2012);
- i) Construir as Instalações do Centro de Formação e Treinamento de Bombeiros Especialistas em aeródromos. (prazo JUN 2012);
- j) Implantar novo sistema de elaboração, correção e aplicação de provas, com a colaboração do ICEA (prazo 2º semestre de 2012);
- k) Construir estande de tiro para formação de graduados;
- l) Reformar a rede elétrica da Divisão de Ensino (DE);
- m) Atualizar as apostilas das disciplinas “Sistema de Navegação Aérea” e “Sistema de Detecção”, da especialidade Eletrônica, do EAGS;
- n) Transferir a Subseção de Ensino de Idiomas para o prédio E037;
- o) Preparar a estrutura para as aulas práticas de motor PT6A;
- p) Iniciar a operação da jateadora de microesfera de plástico;
- q) Elaborar os materiais didáticos da disciplina Inglês Técnico;
- r) Instalar a plaina doada pela Base Aérea de Campo Grande;
- s) Climatizar a Sala de Técnicas da Subseção de Ensino de Enfermagem;
- t) Estruturar o BINFA da EEAR, física e organizacionalmente, para servir como batalhão modelo aos alunos do Curso de SGS;
- u) Reformar a rede elétrica AT / BT;
- v) Reformar a rede hidráulica;
- w) Reformar a edificação E-005 (Alojamento do Corpo de Alunos);
- x) Adaptar a Seção de Identificação;
- y) Reformar a edificação E-032 (Pavilhão de Ensino BEV);

- z) Reformar a edificação E-035 (Pavilhão do Laboratório de Informática da Subdivisão de Telemática);
- aa) Recuperar as vias internas;
- bb) Reformar a Edificação E-016 (Ginásio de Esportes);
- cc) Construir quatro quadras esportivas destinadas à formação de Sargentos;
- dd) Construir Hotel de Trânsito para Oficiais;
- ee) Construir piscina com 50m de comprimento e com 10 raias para o Corpo de Alunos;
- ff) Reformar o Hangar de Instrução; e
- gg) Construir muro e instalar concertina na Divisão de Apoio Aéreo.

Pela UNIFA

- a) Realizar as comemorações do Centenário do Campo dos Afonsos;
- b) Atender as condições para conseguir a recomendação, pela CAPES/MEC, para o Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais e a classificação do *qualis* para a Revista da UNIFA; iniciar a adequação aos critérios ScieLO;
- c) Propor nova estrutura organizacional para a UNIFA e CIEAR;
- d) Implementar a reativação, para 2013, do CCEM SP para Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, com a contratação de MBA presencial;
- e) Readequar a metodologia de acesso ao CCEM, com a criação do Exame Preparatório ao Curso de Comando e Estado-Maior (EPCCEM);
- f) Efetivar o MBA do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, através dos professores da AFA, cancelado pela UNIFA;
- g) Reativar o Curso Básico de Proteção Radiológica, com apoio do Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD);
- h) Evoluir o Curso de Medicina Aeroespacial, passando-o para Pós Graduação *Latu Sensu*;
- i) Atualizar o Plano de Avaliação dos cursos/estágios, Currículos Mínimos (CM) e Planos de Unidades Didáticas (PUD) no CIEAR;
- j) Executar ações para realização: dos exercícios simulados ATHENA – (simulação do Processo de Planejamento de Comando estabelecido para o Comando da Aeronáutica), AZUVER (exercício de guerra simulada, em conjunto com a Escola de Guerra Naval e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) e ARARIBÓIA (exercício de guerra simulada para os oficiais das nações amigas, realizado na Escola de Guerra Naval); das Manobras de Crise, para a discussão de temas políticos-estratégicos pelo CPEA; do Estudo de Assunto Relevante para a Aeronáutica (EARA), no atendimento de trabalhos de interesse do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER); da continuação do desenvolvimento do PROJETO MARTE (conjunto de software para suporte de TI dos exercícios simulados); do atendimento às necessidades do CAP; e do atendimento direto às Organizações do COMAER, no sentido de preparar os alunos selecionados, nas mais variadas funções, de acordo com a expectativa esperada para os cursos do CIEAR;
- k) Realizar apoio de arbitragem às competições desportivas;
- l) Proporcionar treinamentos para o Projeto Futuro Olímpico, da Caixa Econômica Federal;
- m) Atender solicitações de aplicação de testes físicos;
- n) Intensificar os treinamentos da Equipe Falcões de paraquedismo, preparar e realizar competições da modalidade esportiva;
- o) Organizar e realizar corridas de rua em datas comemorativas importantes para o COMAER;
- p) Organizar a competição de Pentatlo Aeronáutico Militar em Pirassununga – SP;
- q) Atualizar a ICA 54-2 Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e de Seleção do Comando da Aeronáutica;
- r) Reativar o Projeto Forças no Esporte;
- s) Remanejar e readequar o cabeamento estruturado nas instalações do Campus;
- t) Iniciar a instalação de um novo backbone, para permitir a interligação com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP);

- u) Renovar cerca de 30% dos equipamentos (micros e impressoras);
- v) Adquirir novos servidores, storage e nobreaks;
- w) Realizar upgrade no link de acesso à internet e desenvolver software para apoio às necessidades administrativas;
- x) Desenvolver projetos, recuperar, readequar e reformar instalações prediais;
- y) Recuperar e manter as instalações;
- z) Ampliar a capacidade de transmissão de dados e adquirir novos equipamentos de informática;
- aa) Adquirir materiais de consumo; contratar a manutenção para a frota de veículos; e
- bb) Reduzir despesas com as concessionárias de serviços públicos, através da adoção de medidas de controle e orientação sobre este tipo de despesa.

Pela AFA

- a) Ministrando o Curso de Formação de Oficiais Aviadores aos Cadetes do 1º ao 4º ano;
- b) Ministrando o Curso de Formação de Oficiais Intendentes aos Cadetes do 1º ao 4º ano;
- c) Ministrando o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria aos Cadetes do 1º ao 4º ano;
- d) Realizar missões de instrução aérea, instrução de paraquedismo, sobrevivência no mar e na selva, prisioneiros de guerra, fuga e evasão aos cadetes instruídos do 1º ao 4º ano; e
- e) Cumprir o Currículo Mínimo estabelecido na ICA 37-113, para o 1º, 2º, 3º e 4º ano.
- f) Cumprir o Currículo Mínimo estabelecido na ICA 37-89 para o 1º, 2º, 3º e 4º ano.
- g) Cumprir o Currículo Mínimo estabelecido na ICA 37-66 para o 1º, 2º, 3º e 4º ano.
- h) Ministrando o Curso de Formação de Soldados - CFSD;
- i) Ministrando o Curso de Especialização de Soldados - CESD;
- j) Ministrando o Curso de Formação de Cabos - CFC;
- k) Ministrando o Curso de Especialização em Contra Incêndio e Salvamento (CECIS);
- l) Reformar o Cinema e o Auditório da Academia;
- m) Analisar e propor ao DEPENS a atualização dos currículos dos cursos de formação de aviadores, intendentes e infantaria;
- n) Planejar o ingresso e a formação dos cadetes na Academia da Aeronáutica com os seguintes quantitativos e aproveitamento esperado:

TABELA 5. PREVISÃO DE APROVEITAMENTO

Cursos	1º ano (Ingresso)	4º ano (Formação)	Aproveitamento Esperado
CFOAv	140 a 150	100 a 110	70%
CFOInt	40	40	85%
CFOInf	25	25	85%

- Obs.:
- 1- para o aproveitamento considerado no CFOAV, estima-se um atrito de 15% no Estágio de Adaptação (EAD) e de 15% nas demais etapas do curso, incluindo o voo no 2º e no 4º anos;
 - 2- os valores da tabela não incluem os alunos estrangeiros, nem os provenientes de outras forças armadas ou auxiliares;
 - 3- no 2º ano, o CFOINT e o CFOINF poderão ser complementados por cadetes afastados do voo; e
 - 4- o Aproveitamento Esperado para o CFOINT e CFOINF é relativo ao número de cadetes ingressos no 1º ano apenas.

Pela EPCAR

- a) Participar, com no mínimo 90% dos alunos, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), buscando classificar-se entre as cinco melhores escolas no ranking nacional;
- b) Planejar para receber até 220 alunos por turma (INGRESSO);
- c) Buscar condições pedagógicas e motivacionais à carreira militar, de modo que o nível mínimo de aproveitamento no CPCAR seja de 80% entre o início e o final do curso;
- d) Organizar o Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar (PEMM) quando do seu turno
- e) Submeter à aprovação do DEPENS os temas para cursos de pós-graduação, bem como as indicações para a habilitação à matrícula, que devem ser de interesse do Comando da Aeronáutica;
- f) Executar o estabelecido no Plano de Obras aprovado para o DEPENS, devendo inserir as obras prioritárias no Plano de Trabalho da Organização;
- g) Implantar as medidas acadêmicas necessárias para que todos os alunos concluam, com proficiência, o curso na língua inglesa; e
- h) Incrementar o ensino de Geopolítica.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Podemos dividir os riscos em duas categorias: os que se cumpriram e os que não se cumpriram.

Na primeira categoria, destacam-se os seguintes:

- a) o não preenchimento das vagas fixadas pelo COMGEP nos cursos ministrados pelas Escolas. Este problema ocorreu principalmente na especialidade de BCT (CFS), onde 25% das vagas abertas não foram preenchidas;
- b) restrições nas despesas com diárias. Neste exercício, houve um contingenciamento nos valores recebidos para despesas com diárias, impactando na capacitação de pessoal;
- c) restrições na dotação de horas de voo, prejudicando a formação dos instrutores, principalmente nas especialidades de BMT, BFT e SGS;
- d) dependência de organizações externas à EEAR. Houve demora excessiva para readequação do projeto para reforma do estande de tiro, inviabilizando a realização desse projeto, no transcorrer do exercício;
- e) dependência de órgãos externos ao COMAER: indefinição da Secretaria de Aviação Civil (SAC) para a realização da obra do Galpão da especialidade de SOB; e
- f) exequibilidade dos prazos legais de licitação e contratação frente às exigências ambientais, às normas de Vigilância Sanitária e regras de Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros, como no caso da reforma do Rancho e do Prédio E-12 da UNIFA.

Para superar as adversidades citadas acima, foram tomadas algumas atitudes no transcorrer do exercício:

- a) com relação ao preenchimento de vagas, foram adotadas medidas no sentido de ampliar a divulgação dos concursos junto à mídia e à internet;
- b) com relação à restrição de diárias, boa parte do problema foi solucionado comissionando-se militares para a realização de missões voltadas ao ensino;
- c) com relação à atualização do projeto do Estande de Tiro, foram realizadas gestões junto à Diretoria de Engenharia (DIRENG) no sentido de acelerar o processo; no entanto, acabaram revelando-se infrutíferas;
- d) com relação à construção do Centro de Treinamento de Bombeiros, foram realizadas gestões, inclusive junto à SAC, as quais também se revelaram infrutíferas; e
- e) o desenvolvimento dos projetos de engenharia passou por readequação cronológica em razão das dificuldades de detalhamento dos projetos executivos, bem como adequação às normas de licenciamento ambiental, Vigilância Sanitária e Contra Incêndio. O

adiamento foi executado com o intuito de desenvolver um nível de detalhamento suficiente para que fossem minimizados os riscos de geração de futuros termos aditivos aos contratos a serem assinados.

Na segunda categoria, destaca-se que, com relação ao Plano de Ação 2012, não houve contingenciamento de recursos.

Em relação a obras e reformas de instalações, as ações foram balizadas pela rigorosa observância das recomendações regulamentares e legais, principalmente no tocante às normas de proteção ao Meio Ambiente, Contra Incêndio e de Vigilância Sanitária, principalmente aquelas ligadas à execução dos projetos de engenharia.

Em decorrência da instalação de hidrômetros nas entradas da rede de abastecimento de água da UNIFA, pela Companhia de Água e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE), o faturamento mensal, que até então, era medido por estimativa, a contar de novembro, passou a ser apresentado através da leitura real das medições, permitindo o acompanhamento da série histórica de consumo. As quantidades medidas são bem superiores àquelas anteriormente estimadas pela CEDAE, demandando maior necessidade de recursos financeiros para pagamento dos serviços ofertados pela empresa.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

No que se refere à execução das ações finalísticas e de apoio, praticadas no seu nível estratégico mais alto e planejadas para serem executadas anualmente em processo contínuo, no âmbito do DEPENS, evidencia-se a seguir as medidas dos resultados alcançados, bem como os motivos e justificativas para o seu não atingimento.

Nesse processo, as ações serão avaliadas tomando como referência os macroprocessos estabelecidos nos tópicos 1.4 Macroprocessos Finalísticos e 1.5 Macroprocessos de Apoio.

É importante esclarecer que no item 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada, foram elencados objetivos e projetos que consolidados perfazem as ações finalísticas e de apoio de responsabilidade do DEPENS. Evidentemente, em cada gestão não se pretende concluí-las todas, pois elas se repetem anualmente como processos já sistematizados. Assim, anualmente são priorizados objetivos e metas a serem alcançados dentro desses processos.

Dessa forma, algumas atividades desses processos foram executadas e serão relatadas. Umás porque careciam de conclusão, de manutenção ou de correções de rumos, outras por decisão política ou por cumprimento de dispositivos legais. De qualquer forma, mesmo assim, todas alinhados com os processos a seguir:

- a) Seleção e Admissão de Recursos Humanos;
- b) Capacitação e adequação da capacitação profissional;
- c) Gestão da infraestrutura de apoio ao ensino;
- d) Gestão do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS); e
- e) Gestão do apoio administrativo oferecido às Organizações de Ensino.

No tocante à Seleção e Admissão de Recursos Humanos:

Na seleção para a AFA, especificamente nos Concursos públicos externos, a meta de formação para o CPCAR 2012 é resultante da projeção considerada em 2010, uma vez que a duração do Curso é de três anos. Da mesma forma que o quantitativo entrante em 2012, repercutirá como dado a ser considerado efetivamente para a AFA em 2015. Assim, para melhor visualização da informação, publicam-se as tabelas abaixo.

TABELA 6. CPCAR - 2012			
Situação	Turma 2012 - 1º Ano	Turma 2011 - 2º Ano	Turma 2010 - 3º Ano
Formandos	-	-	237 / 182

Matriculados na AFA	-	-	141
Em curso	-	213 / 213	-
Matriculados no CPCAR	213 / 185	-	-
Projeção de Formandos			
2013 [Turma 2011]	185		
2014 [Turma 2012]	185		

TABELA 7. CFOAV - 2012				
Situação	Turma 2012 - 1º Ano	Turma 2011 - 2º Ano	Turma 2010 - 3º Ano	Turma 2009 - 4º Ano
Formandos	-	-	-	118
Em curso	-	119	112	-
Matriculados	187	-	-	-
Projeção de Formandos				
2013 [Turma 2010]	108			
2014 [Turma 2011]	112			
2015 [Turma 2012]	121			

TABELA 8. CFOINT - 2012				
Situação	Turma 2012 - 1º Ano	Turma 2011 - 2º Ano	Turma 2010 - 3º Ano	Turma 2009 - 4º Ano
Formandos	-	-	-	42
Em curso	-	49	41	-
Matriculados	24	-	-	-
Projeção de Formandos				
2013 [Turma 2010]	41			
2014 [Turma 2011]	47			
2015 [Turma 2012]	23			

TABELA 9. CFOINF - 2012				
Situação	Turma 2012 - 1º Ano	Turma 2011 - 2º Ano	Turma 2010 - 3º Ano	Turma 2009 - 4º Ano
Formandos	-	-	-	18
Em curso	-	26	23	-
Matriculados	13	-	-	-
Projeção de Formandos				
2013 [Turma 2010]	23			
2014 [Turma 2011]	23			
2015 [Turma 2012]	13			

Visto isso, pode-se verificar que a AFA formou 118 aspirantes a Oficial-Aviador em 2012 com expectativa de formação de 108 em 2013, 112 em 2014 e 121 em 2015.

No tocante à Formação e Adaptação de Oficiais para assumir serviços de apoio nas diversas Organizações do COMAER, destacam-se os seguintes números, levados a efeito pelo CIAAR.

TABELA 10. FORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS						
ANO	CIAAR					
	CAMAR/CADAR/CAFAR	CFOE	EAOF	EAOT/EIAC	EAOEAR	TOTAL
2011	57/22/4	29	162	170/6	29	479
2012	55/23/6	30	199	157/2	21	493

Pode-se perceber um fluxo equilibrado em termos numéricos, indicando que esse número atende razoavelmente as necessidades da Aeronáutica, bem como tem como limitante a capacitação de formação da Escola considerada, no caso o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.

Quanto a essa limitação, o CIAAR, com as suas novas instalações, pretende aglutinar os serviços comuns na área, congregando algumas atividades do PAMA-LS e CIAAR. Dessa forma, com a unificação de inúmeros setores orgânicos e a unificação de processos, poder-se-á promover uma intensa racionalização de meios de toda sorte, gerando uma nova perspectiva de gestão, conforme estabelece o “Plano de Integração das Atividades Administrativas, de Segurança e de Saúde do CIAAR e PAMA LS” (PCA 11-3) – publicado em Portaria DEPENS N° 272/DE-6, de 10 de Setembro de 2009.

Entretanto, em Portaria n° 517/GC3, de 17 de agosto de 2012, o Comandante da Aeronáutica desativou e extinguiu a Comissão de Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa (CI CIAAR-LS), que havia sido ativada na Portaria n° 1.026/GC3, de 03 de novembro de 2009, repassando a gestão da obra à CISCEA e as ações de implantação e integração ao CIAAR. Ao DEPENS cabe ainda expedir orientações relacionadas às ações de implantação do CIAAR, em Lagoa Santa-MG.

No tocante à Seleção e Formação de Sargentos Especialistas, verifica-se em 2012 a formação de 819 Especialistas em relação a 466 em 2011. Esse acréscimo representa um salto em termos quantitativos e, muito mais, qualitativo para setores da Aeronáutica que já ressentiam a sobrecarga do serviço, mormente para os BCT, cuja crise havia sido deflagrada em 2006, com repercussões decorrentes para essa especialidade e outras relacionadas. Inicialmente, para cobrir um *déficit*, posteriormente para se adaptar a novo *Status* concebido. Esta foi a razão do grande número dos BCT-ME (160) em 2011, em relação aos 69 em 2012.

TABELA 11. TOTAL DE SARGENTOS ESPECIALISTAS FORMADOS								
ANO	EEAR							
	CFS		TOTAL	BCT-ME	TOTAL	EAGS		TOTAL
2011	1° 242	2° 224	466	160	160	1° 281	2° 277	558
2012	1° 373	2° 446	819	69	69	1° 289	2° 266	555

TABELA 12. TOTAL DE SARGENTOS ESPECIALISTAS FORMADOS, POR ESPECIALIDADE			
Grupamento Básico		Grupamento de Serviço	
Especialidades	Quantidade anual de formados	Especialidades	Quantidade anual de formados
BCO	63	SAD	200
BCT	261	QFG SAD	
BEI	40	SAI	17
BEP	24	SCF	02

BET	127	SDE	07
BEV	24	SEF	22
BFT	18	QFG SEF	
BMA	200	SEL	51
BMB	44	SEM	22
BMT	28	SGS	79
BSP	60	SML	20
		SOB	33
		SPV	00
		SRD	06
		STP	11
		SIN	112
		SLB	5
		QFG SLB	
		SMU	30
SOMA	889	SOMA	617

No tocante à pós-graduação de Oficiais de carreira, a UNIFA, congregando as atividades da ECEMAR e EAOAR, proporcionou o seguinte resultado, no ano de 2012.

TABELA 13. PÓS-GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE CARREIRA

ECEMAR			EAOAR		
ANO	CCEM	CPEA	TOTAL	ANO	CAP
2011	176	61	237	2011	224
2012	132	47	179	2012	212

Para o ano de 2013, a UNIFA planeja abrigar os quantitativos de alunos nos cursos de carreira (pós-graduação), em até: 87 oficiais alunos para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), 179 oficiais alunos para o Curso de Comando e Estado-Maior, modalidades presencial e semipresencial, (CCEM P/SP) e 120 oficiais alunos para o Curso de Aperfeiçoamento (CAP).

Ainda fazendo parte do complexo da UNIFA, o Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR) ministrou cursos para 940 alunos, nos 24 cursos oferecidos ao COMAER.

Reativado para 2013 o Curso de Comando e Estado-Maior Semipresencial (CCEM SP) para Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, com a contratação de MBA presencial;

Efetivação do MBA do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, cancelado pela UNIFA, através dos professores da Academia da AFA; e

Reativação do Curso Básico de Proteção Radiológica, com apoio do Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD).

Da mesma forma o DEPENS aperfeiçoou Sargentos Especialistas no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), conforme se segue:

TABELA 14. APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS ESPECIALISTAS

CAS	
ANO	TOTAL
2011	164
2012	1128

O aumento expressivo verificado em 2012 deve-se ao fato de término da exigência de o militar possuir 17 anos de serviço como requisito para a realização do curso, como exigido até então.

Cumprimento dos Currículos

Das 17 especialidades relativas ao Curso de Formação de Sargentos (CFS), dez tiveram seus Currículos atualizados para implementação no primeiro semestre de 2012, o que representa uma atualização de 58,8% dos Currículos Mínimos desse Curso e, cinco deles atualizados para implementação no segundo semestre de 2012, o que representa uma atualização de 29,4% dos Currículos Mínimos desse Curso.

Ressalta-se que os documentos que são alterados em até 40 % de seu conteúdo são modificados e aqueles cuja alteração ultrapassa este limite são reeditados.

O Currículo Mínimo do Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento (EAGS) estabelecido na ICA 37-264 foi reeditado para o ano de 2012.

Visando não ultrapassar a capacidade máxima de alunos na Escola de Especialistas de Aeronáutica e evitar a sobreposição dos estagiários do EAGS do primeiro e segundo semestres de 2012, houve uma redução da carga horária total do Estágio de 802 para 722 tempos, porém sem prejuízo da qualidade da formação.

Em virtude desta redução, todas as 12 especialidades (SPV, STP, SEF, SLB, SRD, SAD, SIN, BET, SEL, SMU, SDE, SOB) sofreram alterações curriculares em seus conteúdos e distribuição de carga horária, o que representa uma atualização de 100% das especialidades do referido Estágio.

Capacitação e Adequação da Capacitação

No que se refere às contratações de Instrutores externos para atender algumas especialidades técnicas, atualmente, os picos de demanda dessa categoria estão por conta das especialidades abaixo mencionadas, devidos a fatores ao lado relatados:

- BFT (saída de instrutores e expectativa de transferência de um militar, afastado das atividades por motivo de saúde);
- BMT (saída de dois instrutores que foram aprovados em concursos);
- SAD (cujo quantitativo anual de instruendos aumentou de 120 para 200 em menos de 4 anos);
- SDE (devido à migração do curso de desenho do EAGS para o CFS, atualmente já implantado na EEAR);
- SGS (devido à nova visão do COMAER tocante ao emprego da tropa de Infantaria);
- SBO (visando cumprir os requisitos de segurança aérea nacional e internacional, desvinculando esta especialidade da SGS e vinculando-a exclusivamente ao campo de Bombeiro);
- SCF (em virtude de não haver instrutores na EEAR com curso de capacitação e experiência prática para ministrar as disciplinas, Sensoriamento Remoto e Cartografia Automatizada; e
- SIN (em virtude da necessidade atual) de formar especialistas desta área para compor o efetivo das organizações do COMAER, que tem se modernizado em ritmo acelerado, tendo sido intensificado o uso de equipamentos eletrônicos e informatizados, que geram demanda urgente de técnicos de operação e manutenção.

Os militares responsáveis pela orientação dos discentes, supervisão dos Cursos e elaboração de materiais didáticos a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem são alvos prioritariamente contemplados, alocando-se os recursos anuais necessários à efetivação do Plano de Capacitação, sintetizado na ICA 37-353, Programa de Atividades Escolares da EEAR, que busca qualificar com excelência o efetivo de profissionais desta Escola voltado para formação de seus alunos.

Ainda com respeito à capacitação, desta feita a de condicionamento físico, levada a efeito pela Comissão Desportiva da Aeronáutica (CDA), pode-se anunciar os seguintes resultados:

Reativação do Projeto Forças no Esporte, parceria do Ministério da Defesa e Ministério dos Esportes, com a participação de 150 jovens de Escolas Públicas localizadas em comunidades carentes.

Realização da 1ª COPA FALCÕES de paraquedismo em Guaratinguetá - SP. A Equipe Falcões, que representa a modalidade esportiva da FAB, obteve os seguintes resultados em participações esportivas nacionais e internacionais:

1. Campeã do 3º Cheryl Stearn's Meet, na modalidade de precisão de aterragem, realizado em Lodi-CA-USA;
2. Campeã do Campeonato Brasileiro de precisão de aterragem, realizado em Governador Celso Ramos-SC;
3. Vice-Campeã na modalidade 8-way e terceira colocada na modalidade 4-way, do Campeonato Brasileiro de Formação em Queda Livre, realizado em Manaus-AM;
4. Vice-Campeão latino-americano de precisão, realizado no Chile;
5. Décimo quinto colocado do campeonato mundial de precisão, realizado em DUBAI-EA; e
6. Campeã no Pentatlo Aeronáutico Militar em Pirassununga – SP, com a participação de atletas da Suécia, Noruega e Equador.

Os resultados individuais dos atletas foram:

1. Campeão e 3º colocado da 1ª Copa Falcões de Precisão de aterragem;
2. Campeão e Vice-Campeão do Campeonato Brasileiro de Precisão de Aterragem;
3. 3º colocado no Campeonato Latino-Americano de Precisão de Aterragem
4. 3º colocado no Campeonato Internacional de Catamarca; e
5. Campeão no Pentatlo Aeronáutico Militar em Pirassununga – SP, com a participação de atletas da Suécia, Noruega e Equador.

Foram ainda realizados apoios de arbitragem às competições desportivas das Escolas da FAB e competições entre as Forças Armadas (Troféu Tenente Lima Mendes e Taça EPCAR de esgrima, em Barbacena-MG/ INTERAFA, em Pirassununga – SP/ OCA, em Guaratinguetá – SP/ MARESAER, no Rio de Janeiro – RJ/ NAE, em Campinas – SP/ NAVAMAER, no Rio de Janeiro e Resende – RJ);

Atualizou-se a ICA 54-2 (criação de novos testes de avaliação de condicionamento físico para Cadetes e Alunos e novos parâmetros de avaliação física para ingresso na FAB).

Gestão do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS)

Como Órgão Central do SISTENS, o DEPENS é o responsável pela manutenção e gestão da sua estrutura de relacionamentos, conforme estabelece a NSCA 37-1/2012.

Com esse intuito, uma das metas estabelecidas que importa relatar foi a realização de estudos de viabilidade de integração das bibliotecas das Organizações de Ensino Subordinadas com as das outras Forças Armadas. Para tanto foi criado pelo Ministério da Defesa, um GT com essa finalidade.

Enfim, até o fechamento do exercício ficaram estabelecidas algumas considerações e deliberações noticiadas às Forças Armadas na Viabilidade Técnica de Implementação da Rede BIA. Finalidade - “Integrar e disponibilizar as informações das bibliotecas no âmbito do COMAER, de forma a apoiar a tomada de decisões, o ensino e a pesquisa, o desenvolvimento das diversas atividades aeronáuticas, bem como possibilitar a integração do Comando da Aeronáutica na Rede de Bibliotecas Integradas do Ministério da Defesa (REBIMD), conforme o disposto na Portaria SEORI/MD nº 918, de 4 de julho de 2010”.

A referida Rede pretende ser estruturada com o uso de um software de gestão de bibliotecas, que utilize o Protocolo Z39.50 (servidor e cliente) e formato de intercâmbio bibliográfico MARC21. O acesso ao software para tratamento técnico das informações será via Intranet da Aeronáutica (Intraer) e a consulta ao acervo pela Intraer e Internet.

A Rede BIA está sendo implementada dentro do seguinte planejamento:

- a) disponibilizar o acesso ao acervo da Rede do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) na Rede de Bibliotecas Integradas do Ministério da Defesa;
- b) acompanhar a criação da Rede de Unidades de Informação do SISCEAB (REUNI), para integração à Rede do DCTA na representatividade da Aeronáutica junto à REBIMD;
- c) acompanhar o preparo da Rede do CENIPA para integração à REBIMD;
- d) incentivar a criação da Rede de Bibliotecas do DEPENS;
- e) adquirir licenças de software compatível com a Rede do DCTA, DECEA e CENIPA para o ingresso de demais Bibliotecas e Redes no âmbito do COMAER à REBIMD; e
- f) criar o Portal da Rede BIA, com a busca simultânea aos acervos das diversas Redes e Bibliotecas no âmbito do COMAER, através do Protocolo Z39.50 e substituir na REBIMD o link de acesso à cada Rede da Aeronáutica, por uma busca centralizada.

No tocante à atividade de desenvolvimento de um sistema de ensino à distância (EAD) para atender às demandas por essa modalidade, não foram implantada em 2012 devido, em parte, ao desconhecimento por parte do DEPENS da existência de empresas capacitadas para implantar o EAD adaptado às peculiaridades das necessidades da Aeronáutica. Por outro lado, essa decisão demanda preparo, estudo, e antecipação de planejamento no mínimo de dois anos com a empresa contratada. Ou seja, somente será possível implantar essa modalidade de ensino em 2014. Em 2013 será contratada a empresa para realizar o projeto básico e o executivo.

Quanto à meta de integração e automatização dos Serviços Regionais de Ensino do SISTENS, executada pelos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), sob subordinação dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR I, II, III, IV, V, VI e VII), estão sendo definidos quais serviços podem ser automatizados e integrados, uma vez que as necessidades Regionais são bastante específicas e diversificadas, assim para 2013 foi definida a meta de programar e sistematizar um processo integrado de prestação desses serviços sob a coordenação do DEPENS.

Gestão da infraestrutura de apoio ao ensino e às Organizações administrativas

Destacam-se a seguir as principais obras e serviços realizados no exercício considerado:

Na UNIFA, recuperação elétrica do prédio do Cassino dos Oficiais; recuperação do telhado do Auditório Marechal Fontenelle; recuperação do Posto Médico – fase 2; recuperação da Sala de Estar de SO/SGTO; recuperação do telhado da Biblioteca; reparos na Vice-Reitoria; adequação na sala do Comandante; e recuperação do Auditório Ten J. Kirk (águas pluviais).

No prédio da ECEMAR, serviços de reestruturação e adequação das instalações da Subdivisão de Execução e da Divisão de Ensino, das Chefias do CCEM e EPCCEM e Secretaria do CCEM e recuperação das cisternas e instalações contra incêndio; e aquisição e instalação de novas poltronas para o auditório principal.

Nas instalações da EAO, serviços de reestruturação e adequação de 10 mini auditórios; substituição de todas as janelas e portas de madeira por alumínio; pintura externa geral do prédio; reforma da caixa d'água e tubulações; e instalação de pontos de acesso de sinal de TV digital em todos os quartos e aquisição de televisores.

Nas instalações da CDA, adaptações para instalar grupo gerador de 230 KVA, recuperação, revitalização e pintura da pista de atletismo e campo de futebol;

Reestruturação e adaptação do depósito de materiais de paraquedismo; e

Adaptação de ambiente no Ginásio Poliesportivo em Salão Histórico.

Nas dependências do CIEAR, serviços de reparos em quatro auditórios; adaptações e adequações nos vestiários dos alunos e no de soldados; e reestruturação do sistema de vigilância eletrônica.

Desenvolvimento de projeto de engenharia de novas instalações para o Rancho. Este projeto está sendo desenvolvido com apoio da DIRENG. Atualmente os trabalhos estão na fase de finalização do projeto básico e das especificações para definição de parâmetros para licitação do

projeto executivo. Prevê-se o fechamento das instalações do Rancho, a partir do meio do ano, com transferência dos equipamentos para instalações provisórias, que estão sendo preparadas em um hangar cedido pelo PAMA- AF. Estima-se o início das obras para o primeiro bimestre de 2014.

Outro projeto importante, que vem sendo desenvolvido com o apoio do SERENG 3, é a adequação do prédio E-12 para ser o Arquivo Geral do Comando da Aeronáutica. Este projeto é supervisionado pelo CENDOC, previsão de licitação e contratação das obras em 2013.

Foram ainda finalizadas as obras de reformas do Hangar H-005, para implantação do ESM da Escola de EEAR e do Pavilhão de Instrução de Fotointeligência. Também foram executados serviços de engenharia para manutenção preventiva e corretiva em diversas edificações das Escolas.

Em relação ao apoio às Organizações de formação de Graduados, o DEPENS houve-se como segue:

Na busca da melhoria das condições de ensino e conseqüentemente da formação dos alunos, várias ações foram desencadeadas, dentre elas a conclusão, em 2012, das obras para a reforma da Subseção de Ensino de Foto inteligência (GBFT).

No 2º semestre, foi realizada a reforma da Subseção de Ensino de Enfermagem (GSEF) consistindo em correção das rachaduras, pintura completa e troca das portas infectadas por cupim, impactando também na melhoria das condições de ensino para os alunos das especialidades SEF, SLB e SRD.

Foi também concluída a obra de reforma da Subseção de Ensino de Material Bélico que fora iniciada em dezembro de 2011, além da realização de uma obra na Subseção de Ensino de Equipamento de Voo (GBEV) com a instalação de 01 banheiro feminino, 01 cozinha, 02 salas de aula, 01 vestiário para instrutores com banheiro, além da pintura geral do pavilhão; no Pavilhão de Estrutura e Pintura (GBEP) foi feita a recuperação do piso e a ampliação de 02 salas de aula, assim como houve uma pintura geral do pavilhão; no Pavilhão de Eletricidade e Instrumentos (GBEI) foi feita a pintura geral, e nos Pavilhões de Mecânica de Aeronaves (GBMA – A – B - C) foi realizada a pintura geral de todos os pavilhões.

A recuperação do galpão de Comunicações, de Equipamento de Voo, de Estrutura e Pintura, de Eletricidade e Instrumentos e dos Pavilhões de Mecânicas de Aeronaves (A – B – C) se reflete na melhoria do ambiente para os alunos desta especialidade, como também, nas condições de trabalho de professores e instrutores.

No primeiro semestre foi concluída a obra do ESM-ESCOLA - Hangar 005, onde foram contempladas salas de aula, oficinas de manutenção, laboratórios de informática e ferramentaria. O ESM-ESCOLA proporcionará aos alunos realizarem manutenções e inspeções em aeronaves T-25, T-27 e C-95A. Essas práticas se darão dentro de instalações semelhantes ao que encontrarão nas Unidades operadoras, para onde serão designados após a conclusão do CFS. Isso facilitará e irá agilizar a adaptação aos ambientes de manutenção, por vivenciarem a rotina e o sequenciamento das ações que necessitam ser adotadas.

Na Subseção de Ensino de Música (GSMU) foi realizada a obra de estruturação para disponibilizar sala de ensaio, laboratório de informática e uma sala para a secretaria da GSMU. Esta obra aguarda apenas a conclusão dos trabalhos na forração de gesso para iniciar a operação a partir de 2013.

Em 2012 foi iniciada, com o apoio do PAMA AF, a montagem do painel de instrumentos do Banco de Instrução, com previsão para conclusão dos trabalhos em 2013, inclusive com a instalação dos motores PT6 e demais equipamentos previstos.

Em dezembro de 2012, foi concluída a ampliação da Subseção de Ensino de Guarda e Segurança (sala de aulas práticas) e a pintura interna e externa da GSGS (edificação E-026). Ainda em termos de melhoria das instalações de ensino, foi reformada a estrutura física da Subseção de Meteorologia (GBMT), essencialmente pintura interna e externa e recuperação hidráulica.

Objetivando também uma melhora no ensino, foi operacionalizado, por intermédio de um Grupo de Trabalho, o Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento Modalidade Especial da especialidade de Eletrônica (EAGS-ME-BET) com duração de um ano. Todos os documentos de

ensino, currículo mínimo passando por vários outros até a confecção de itens de prova, foram finalizados e o curso terá início no 1º semestre de 2013.

Foi elaborado um estudo, após a análise da formação de técnicos especialistas em mecânica de aeronaves da Aeronáutica Sueca e Canadense, além do CIAVEX, TAM MRO e TAP, visando comparar os aspectos envolvidos no processo de formação técnica dos mecânicos de aeronaves e uma possível fusão de especialidades. As conclusões foram ainda, apresentadas ao DEPENS em novembro de 2012.

Nesse mesmo escopo, voltado apenas para o efetivo, foram realizados levantamentos e propostas de cursos para 2013, totalizando 123 cursos, para constar do Plano de Trabalho Anual (PTA) da EEAR, ano 2013; dezenove propostas para o Plano de Missões de Ensino (PLAMENS) BRASIL, e ratificadas atividades bilaterais para o ano de 2013, via Plano de Missões Técnico Administrativas no Exterior (PLAMTAX) com Comitivas das Forças Aéreas da Argentina, Chile, Peru e Portugal.

Quanto à atualização dos Cursos e Estágios ministrados na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) e, ainda, no intuito de atender às necessidades do Comando da Aeronáutica, os documentos de ensino (Currículos Mínimos - CM) passaram por revisões e modificações que foram implementadas em 2012.

Foram atualizados documentos de ensino, como apostilas, aulas expositivas, currículo mínimo e plano de avaliação dos Cursos de BEV, BEP, BEI e BMA, com a inclusão das novas tecnologias utilizadas na Aeronáutica.

Na especialidade Fotointeligência foram concluídos os trabalhos do Grupo designado para tal; também foram iniciados, por Grupos de Trabalho, estudos na busca de melhoria da qualidade do conteúdo do ensino das especialidades de Metalurgia (SML) e Suprimento (BSP).

Nas Organizações, as demandas da unidade por bens, serviços e obras foram consolidadas a fim de se promover o menor número de certames licitatórios, racionalizando os recursos financeiros e humanos despendidos na execução da referida atividade. Desta forma, 76% das licitações realizadas foram na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cumprindo o disposto na Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005.

Houve dificuldades de ordem prática na obtenção de pareceres jurídicos para os processos licitatórios, haja vista algumas Escolas encontrarem-se distantes da região metropolitana, onde se encontra a Advocacia Geral da União, órgão responsável pela aprovação de editais.

Os processos de Inexigibilidade de Licitação, em quase sua totalidade, foram utilizados para pagamento de serviços públicos.

Em relação aos bens patrimoniais, o fato de maior relevância ocorrido em 2012 foi a migração entre sistemas de controle escritural de bens móveis permanentes, do SISPAT para o SILOMS BMP.

Houve aumento do valor do patrimônio, principalmente em virtude de diversas aquisições realizadas no período, constantes em 214 Termos de Exame e Recebimento de Material, bem como pela transferência de materiais entre as Unidades Gestoras.

Na área de TI, foram realizadas obras e aquisições abrangendo desde o desenvolvimento de Software até cabeamento estruturado no Prédio do Comando, Hotel de Trânsito de Oficiais, Cassino de Oficiais e Graduados, Posto Médico, Gráfica, Biblioteca, Almoxarifado Central, Corpo da Guarda, Auditório Marechal Fontenelle e Núcleo de Aprendizes e de um novo backbone para o Campus, com capacidade de 10 GB, que permitirá a interligação com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

Foi desenvolvido software para escolha de PNR, através da internet, pelos alunos matriculados nos cursos da ECEMAR, e outro para agendamento na Seção de Identificação.

Durante o ano de 2012, os parques computacionais das unidades foram acrescidos de máquinas novas. Atualmente 65% dos microcomputadores das Escolas, encontram-se enquadrados na mais alta categoria referente a classificação de hardware (as máquinas possuem alta velocidade de processamento e grande capacidade de memória de trabalho).

No aspecto jurídico no ano de 2012, foram confeccionados 64 Estudos Preparatórios a fim de subsidiar a defesa da União e 41 Informações encaminhadas diretamente ao juízo em resposta aos Mandados de Segurança.

No período, vale salientar na EEAR o crescimento do número de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), de 290 para 327, em razão da necessidade de manutenção da disciplina interna. Em termos de Sindicância, houve um vertiginoso aumento de 19 para 62, em razão de 43 Sindicâncias para apurar eventual acúmulo de cargos, determinadas pelo Tribunal de Contas da União. O número de Inquéritos Policiais Militares (IPM) registrou aumento de 5 para 9. No que diz respeito à Assessoria Jurídica, somando todos os tipos de ações que tramitaram pela seção, chegou-se ao número de 123, sendo que não houve no período em questão, proposição de novas Ações Cíveis Públicas que influenciassem nas atividades desta Organização Militar. Entretanto, no que concerne a decisões judiciais relativamente à idade e tatuagem, a tendência é a diminuição, tendo em vista a aprovação da Lei de Ensino da Aeronáutica (Lei 12.464, de 4 de agosto de 2011).

Na EPCAR foram realizadas 34 Sindicâncias, 885 apurações disciplinares a partir do preenchimento dos Formulários de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) e 6 IPM. O número elevado de sindicâncias deveu-se a apurações de possíveis acúmulos de cargos detectadas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União (30 sindicâncias) e a grande quantidade de apurações disciplinares refere-se, principalmente, aos alunos.

A tabela abaixo mostra, ano a ano, desde 2008, a evolução numérica desses processos judiciais.

TABELA 15. EVOLUÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA A UNIÃO GERADAS POR CANDIDATOS		AÇÕES CIVIS PÚBLICAS
ANO	QUANTIDADE	QUANTIDADE
2008	204	1
2009	121	2
2010	137	5
2011	192	4
2012	105	0

2.4 Indicadores

Tema: Infraestrutura				
1. Objetivo Organizacional: Capacitar a Infraestrutura de Apoio ao Ensino.				
1.1 Indicador de Resultado: Índice de Disponibilidade Anual de Aeronaves.				
Meta	Alcançar e manter o índice de 70% de disponibilidade total de Aeronaves envolvidas em Instrução de voo até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
	2011	2012	2013	2014
	61,58%	-	63%	65%
Mensuração	62,06%	-	-	-
O que mede	O número de aeronaves disponíveis para a instrução de voo diária fornecido pelo setor de Material.			
Quem mede	Organizações envolvidas com Instrução de Voo.			
Quando mede	Na conclusão da atividade aérea acadêmica.			
Onde mede	Divisão de Voo.			
Por que mede	Para identificar quando e quanto interferir para garantir o cumprimento das horas de voo programadas e distribuídas por Aluno.			
Como mede	Porcentagem da média de aeronaves disponíveis para a instrução de voo no Ano.			
Observações	<p>Identificar se a disponibilidade das aeronaves de instrução tem afetado, de alguma maneira, a continuidade na formação dos aviadores.</p> <p>A baixa disponibilidade de aeronaves pode acarretar um grande intervalo entre os voos de instrução de cada cadete, prejudicando a continuidade no aprendizado.</p> <p>A baixa disponibilidade de aeronaves pode, também, implicar na necessidade de programar voos para os finais de semana, para compensar o atraso na instrução, o que pode reduzir o rendimento dos instrutores e dos cadetes.</p> <p>Se for por um longo período, a baixa disponibilidade de aeronaves pode obrigar a formar os cadetes com um número menor de horas voada e conseqüentemente, menor experiência.</p>			

O Índice de Disponibilidade Anual de Aeronaves, definido acima, é o principal indicador relacionado aos macroprocessos finalísticos de Manutenção da infraestrutura de apoio ao Ensino, junto com a Manutenção das Escolas.

Assim como voar é a vocação da Aeronáutica, ensinar a voar a do DEPENS, permitir o voo é a do avião. Essa conjunção configura-se como uma relação de razão de ser da própria Aeronáutica. No exercício considerado, apesar dos percalços enfrentados em razão da baixa disponibilidade de Aeronaves de instrução, T-25 e T-27, para 2012 pode se observar o seguinte resultado:

Apesar do aumento da disponibilidade de Aeronaves T-27 em 2012, em relação a 2011, a diminuição da disponibilidade de Aeronaves de instrução T-25 para 2012, em relação a 2011, foi o que impactou negativamente o índice de 2012 devido a ter sido maior o número de cadetes envolvidos em instrução, puxando o índice de 2012 para baixo no cômputo geral (63%).

ANO	ANV	Média total de cadetes em instrução Aérea	Média do número de aeronaves disponíveis / %	Relação de Cadetes por aeronave em Instrução de voo
2011	T-25	148,5	28,81 / 67%	5,15
	T-27	129	22,47 / 56,17%	5,74
Média	-	-	61,58%	5,4
2012	T-25	163,5	27,09 /63%	6,04
	T-27	128	24,45 /61,12%	5,23
Média	-	-	62,06%	5,65

Em ambos os anos houve mudanças no Plano de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), ocasionadas, não por atrasos de instrução, mas pela quantidade de horas de voo disponíveis para a instrução aérea, no caso devido à sua redução. Para 2013 planejou-se a elevação das horas de voo disponíveis para a instrução aérea, conforme estabelecido no PIMO 2013. Foram realizadas gestões para o incremento da disponibilidade de Aeronaves, em termos de manutenção e suprimento, o que permite a expectativa de incremento de disponibilidade em 70% até 2015. O que se constata também é que a relação ideal é de cinco cadetes ou menos por avião, não podendo ultrapassar de seis.

Tema: Infraestrutura				
1. Objetivo Organizacional: Capacitar a Infraestrutura de Apoio ao Ensino.				
1.2 Indicador de Resultado: Índice de Aproveitamento de Missões Programadas.				
Meta	Alcançar e manter o índice de 90% de aproveitamento das Instruções de voos programadas.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
77,24%	-	80%	85%	90%
Mensuração	71,68%	-	-	-
O que mede	Número de saídas realizadas em relação às programadas.			
Quem mede	Organizações envolvidas com Instrução de Voo.			
Quando mede	Na conclusão da atividade aérea acadêmica.			
Onde mede	Divisão de Voo.			
Por que mede	Para identificar quando e quanto interferir para garantir o cumprimento das missões programadas por Aluno.			
Como mede	$\left(\frac{N^{\circ} \text{ de saídas realizadas}}{N^{\circ} \text{ de saídas programadas}} \right) * 100$			
Observações	<p>Identificar se as abortivas de voos programados têm afetado, e em que medida, os prazos para o cumprimento das horas programadas por cadete.</p> <p>Um nível baixo de saídas por qualquer motivo (manutenção, mau tempo, falta de instrutor etc) pode acarretar um grande intervalo entre os voos de instrução de cada cadete, prejudicando a continuidade no aprendizado.</p> <p>Um nível baixo de saídas pode, também, implicar na necessidade de programar voos para os finais de semana, para compensar o atraso na instrução, o que pode reduzir o rendimento dos instrutores e dos cadetes.</p>			

De mesma importância que o Índice de Disponibilidade Anual de Aeronaves, o Índice de Aproveitamento de Missões Programadas definido acima, configura-se complementar ao ensino do voo, mormente à sua gestão, considerando que o que se planeja nem sempre é possível realizar. Haverá sempre elementos intervenientes a serem considerados e passíveis de controle operacional, como, por exemplo, a ação da Meteorologia no voo de treinamento.

O indicador em pauta é utilizado também com indicador de tendência. Diariamente ao fim da atividade aérea, ao se contabilizar os voos programados para o dia e o planejamento para os do dia seguinte, é realizado o julgamento e a decisão dos ajustes necessários em função dessa relação contabilizada. Assim, diariamente realiza-se o controle do voo programado em função das condições de sua execução. No corrente exercício, constatou-se o seguinte resultado:

TABELA 17. ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE MISSÕES PROGRAMADAS

ANO	ANV	Médias Saídas realizadas	Média Saídas Programadas	Índice de Aproveitamento Missões Programadas	Voos de reposição duplo comando
2011	T-25	8250,5	11460,5	71,99%	321
	T-27	-	-	82,49%	Não houve
TOTAL	-	-	-	77,24%	-
2012	T-25	9886	13632	72,52%	331
	T-27	7641,24	10818,25	70,63%	225
TOTAL	-	-	-	71,68%	-

Assim, pode se perceber que o índice em 2011 manteve-se em torno de 77% devido à previsão do número de horas a serem voadas por cadete, de forma a se cumprir o PIMO para o período considerado. Quando esse índice é menor que 75%, há necessidade de programar voos de reposição em dias de feriados e final de semana.

Para compensar os atrasos, ocasionados por condições meteorológicas e eventuais abortivas de pane de aeronaves, o T-25 realizou, em 2011, 321 voos duplo comando (navegações) em dias de voo não previstos no calendário (feriados e finais de semana) e 331 em 2012, nas mesmas condições. No T-27, esses números foram de 225 em 2012 (navegações). Assim, a meta para 2013 é atingir e manter o índice de 80% de aproveitamento com projeção de 90% até 2015.

Tema: Infraestrutura				
1. Objetivo Organizacional: Capacitar a Infraestrutura de Apoio ao Ensino.				
1.3 Indicador de Resultado: Percentual de Incidentes e Acidentes em Instrução Aérea.				
Meta	Alcançar e manter o índice de zero por cento de acidentes até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011-MAT/OP	2012-MAT/OP	2013-MAT/OP	2014-MAT/OP	2015-MAT/OP
0,17/0,35	-	0,15/0,20	0,10/0,15	0,05/zero
Mensuração	0,20/0,41	-	-	-
O que mede	Percentual de incidentes e acidentes em instrução aérea relativa ao total de horas voadas ao ano.			
Quem mede	Organizações envolvidas com Instrução de Voo.			
Quando mede	Na conclusão da atividade aérea acadêmica.			
Onde mede	Divisão de Voo.			
Por que mede	Para avaliar o grau de confiabilidade das aeronaves e o grau de proficiência, de conhecimento e de doutrina dos instrutores de voo.			
Como mede	$\left(\frac{N^{\circ} \text{ de incidentes, acidentes por falha mecânica, procedimentos ou padronização} * 100}{N^{\circ} \text{ total de horas de voo ao ano}} \right)$			
Observações	<p>O aumento na idade média das aeronaves empregadas na instrução tem influenciado no número de incidentes e acidentes durante a instrução aérea?</p> <p>Identificar o grau de confiabilidade das aeronaves envolvidas na instrução aérea dos cadetes, segundo as causas dos incidentes e acidentes.</p> <p>Identificar o grau de preparo dos instrutores na instrução aérea dos cadetes, segundo as causas dos incidentes e acidentes.</p>			

O Percentual de Incidentes e Acidentes em Instrução Aérea configura-se como índice de maior importância a ser controlado no dia-a-dia da atividade Aérea. Tanto que na Aeronáutica há um sistema inteiro dedicado ao seu estudo e gestão denominado SIPAER. Esse indicador monitora o grau de confiabilidade da instrução, principalmente no aspecto material como no operacional. Dos dados apresentados na gestão considerada, pode-se depreender que no ano de 2012 houve um acréscimo de incidentes operacionais em relação ao ano de 2011. Isso se deve, em parte, ao grande volume de horas voadas em instrução, repercutindo em maior desgaste de material (manutenção de aeronave) e no cuidado com a doutrina de voo evidenciado com detalhes na análise referente ao indicador 1.1- Índice de Disponibilidade Anual de Aeronaves; e indicador 1.2 - Índice de aproveitamento de Missões Programadas. Para 2013, pretende-se, de acordo com as instruções sistêmicas do SIPAER, programar visitas de Inspeções locais para verificação Doutrinária dos Instrutores e de elevação de nível de rendimento do Cadete Aviador de forma a buscar continuamente a redução do índice até próximo a zero.

Tema: Capacitação de Recursos Humanos.				
2. Objetivo Organizacional: Adequar a Capacitação de Recursos Humanos.				
2.1 Indicador de Resultado: Percentual de Avaliações Positivas Pós-Curso.				
Meta	Alcançar e manter o índice de 100% de Avaliações Positivas Pós-Curso, até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
-		80%	85%	90%
Mensuração	74,83%	-	-	-
O que mede	O percentual de avaliações positivas dos alunos em relação ao total de avaliações das OM de destino, anualmente.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	Seis meses após a conclusão de cada curso.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para verificar se a formação está adequada às necessidades do COMAER ou se há alguma questão relacionada ao Currículo Mínimo do curso realizado.			
Como mede	$\left(\frac{N^{\circ} \text{ de Avaliações positivas}}{N^{\circ} \text{ total de Avaliações}} \right) * 100$			
Observações	<p>Somatório de Avaliações positivas Pós-Curso de cada curso/estágio realizado pelas OM Subordinadas selecionadas, a cada ano. Haverá um controle dos cursos avaliados a cada ano.</p> <p>O número de fichas de avaliação de cada curso será definido em termos percentuais.</p> <p>O prazo para a avaliação pós-curso deve levar em conta o tempo necessário para que o aluno formado possa colocar em prática o que aprendeu e ser observado pelo avaliador.</p> <p>Tem por objetivo verificar se os alunos formados ou aperfeiçoados atendem às necessidades e expectativas das OM de destino para o desempenho inicial da atividade.</p> <p>Constatar se os Currículos Mínimos estão atualizados e adequados à formação em cada curso.</p> <p>É uma avaliação qualitativa dos alunos, uma vez que o fator quantitativo é definido pelo COMGEP.</p>			

Esta avaliação é realizada para os Aspirantes-a-Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria; 3º Sargentos Especialistas, nas diversas especialidades, no que se refere aos macroprocessos finalísticos do DEPENS. Como se trata de avaliação pós-curso, haverá uma defasagem de um ano no resultado a ser mensurado. Ou seja, em 2012 serão mensurados e relatados os resultados dos formados em 2011.

O instrumento de avaliação é elaborado pelos coordenadores dos cursos de formação, abordando os diferentes aspectos da formação do militar, especialmente acerca dos currículos. Aspectos que constam dos questionários: capacidade de comunicação e expressão, conhecimento das noções básicas de direito, conhecimento das noções básicas de administração, relacionamento interpessoal com os superiores e subordinados, liderança, proficiência nas línguas inglesa e

espanhola, aproveitamento nas sessões de tiro, preparo físico, além de características como: iniciativa, decisão, resistência e planejamento.

O público alvo da avaliação da tabela abaixo foram 30% dos 120 cadetes concluintes do CFOAV, 50% dos 42 cadetes concluintes do CFOINT e 100% dos 18 cadetes concluintes do CFOINF, num total de 75 Aspirantes.

TABELA 18. ÍNDICE DE AVALIAÇÃO PÓS-CURSO DE OFICIAIS

AVALIAÇÃO PÓS-CURSO OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA	
CAMPO GERAL	Média
Comunicação e Expressão	70%
Noções Básicas do Direito	80%
Noções Básicas de Administração	80%
Línguas Inglesa e Espanhola	41%
CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO	86%
CAMPO MILITAR	70,75%
PERCENTUAL AVALIAÇÃO POSITIVA PÓS-CURSO	74,83%

Na tabela acima se verifica que é no Campo Técnico-Especializado a percepção mais significativa do Ensino ministrado ao Aspirante na sua Formação. Da mesma forma é no Campo Geral seu menor desempenho, bem de acordo com a sua pouca experiência de vida nas relações diárias da sua nova organização. Constam desse tópico, os itens de Comunicação e Expressão, Noções básicas do Direito, de Administração e de Língua Inglesa e Espanhola. Nessa avaliação ficou demonstrado seu baixo rendimento na Língua Inglesa e Espanhola. Devido a essa deficiência detectada foi incrementada a exigência de conhecimento da Língua Inglesa na EPCAR, já para a turma ingressante em 2013. Na AFA, em 2013, será também reforçado o ensino da Língua Inglesa especialmente no aspecto de conversação. Espera-se que essa medida surta efeito já em 2014 e anos posteriores na sua total plenitude.

No que se referem à Avaliação Pós-Curso dos Especialistas, verifica-se na tabela abaixo, que a avaliação no Campo Geral permaneceu em 90%, média alta em relação aos Aspirantes relatados acima, isto se deve ao fato de que os Sargentos Especialistas muito cedo integram as equipes de manutenção, ambiente propício para o aprendizado e exercício da capacidade administrativa o que se reflete em suas avaliações. De maneira geral, espera-se em 2013 atingir a meta de 85% tendo em vista o incremento resultante das ações já implementadas para 2013, em relação à elevação de nível da Língua Inglesa.

TABELA 19. ÍNDICE DE AVALIAÇÃO PÓS-CURSO DE SARGENTOS ESPECIALISTAS

AVALIAÇÃO PÓS-CURSO DOS SARGENTOS ESPECIALISTAS	
CAMPO GERAL	Média
Comunicação e Expressão	90%
Noções Básicas do Direito	
Noções Básicas de Administração	
Língua Portuguesa	
CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO	80%
CAMPO MILITAR	82%
PERCENTUAL AVALIAÇÃO POSITIVA PÓS-CURSO	84%
MÉDIA TOTAL GERAL	79,41%

Tema: Capacitação de Recursos Humanos.				
2. Objetivo Organizacional: Adequar a Capacitação de Recursos Humanos.				
2.2 Indicador de Resultado: Índice de participação dos alunos da EPCAR no ENEM.				
Meta	Inicialmente elevar a média de participação no ENEM e alcançar, ano a ano, melhores notas, em relação ao ranking nacional das escolas da mesma categoria, de forma a situar-se entre as dez primeiras de seu grupo até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
48,4%	Aguardando Resultados	>50%	>50%	>50%
Mensuração	-	-	-	-
O que mede	O nível de participação dos alunos da EPCAR no ENEM.			
Quem mede	EPCAR.			
Quando mede	Após o MEC divulgar resultado do ENEM.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para avaliar o nível de participação da EPCAR em relação ao nível mínimo exigido pelo MEC.			
Como mede	Metodologia por conta do ENEM. São referenciadas por esse índice as Instituições que tiveram participação de alunos inscritos menor que 50%. Para o cômputo do nível de participação das Escolas é considerada a taxa de participação dos alunos inscritos e o seu resultado dividido em quatro grupos. No grupo um as Escolas que tiveram a presença acima de 75%; no grupo dois as que tiveram média de presença entre 50% a 74%; no grupo três as instituições de ensino com presença entre 25% a 49% e as com 2% a 24%, no grupo quatro. A EPCAR situou-se em 2011 no grupo três.			
Observações	<p>Nível de participação da EPCAR nas provas do ENEM em relação ao nível exigido pelo MEC.</p> <p>É desejável que todos os alunos que se enquadram na categoria realizem as provas do ENEM.</p> <p>Um bom posicionamento da EPCAR no ENEM é fator positivo de divulgação da escola e do nível de preparo nas escolas militares.</p>			

Em 2011, a EPCAR situou-se no grupo três, pela classificação de Grupos com representatividade entre 25% a 49% dos participantes no ENEM, obtendo índice de participação de 48,4% (76 participantes) de um total de 165 estudantes concluintes do Ensino Médio, matriculados em 2011. Essa pontuação coloca a EPCAR no 5º lugar entre as Escolas do seu grupo com média obtida de 686,33 pontos. Com essa pontuação no seu Estado, a EPCAR situou-se em primeiro lugar.

Quanto ao Ranking Nacional no ENEM a EPCAR não atingiu a média mínima de participação (50%) de forma a ter a sua pontuação contabilizada em relação às Escolas Brasileiras de sua categoria. A pontuação de 2012, ainda não está disponibilizada pelo MEC para fim de consideração e relato.

É importante salientar que o nível baixo de participação dos Alunos da EPCAR no ENEM, deve-se ao fato da grande maioria dos alunos estarem convictos e focados no prosseguimento de sua vocação profissional na AFA, motivo pelo qual não se preocupam ou não se planejam para outras possibilidades de carreira. Essa realidade só vai ser capaz de movê-lo para buscar alternativas quando a oportunidade já se fechou para eles. Esse quadro está sendo revertido, no entanto, perdura essa concepção. Para 2013 e anos vindouros, estima-se o crescimento desse índice até um patamar mínimo de participação em torno de 90%.

Tema: Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
3. Objetivo: Quantificar a titulação do corpo docente - Efetivos e Substitutos.				
3.1 Indicador de Resultado: Índice de Titulação do Corpo Docente.				
Meta	Alcançar o índice consolidado de 3,30% até 2015, com ênfase no incremento de docentes com titulação de Especialização.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
3,15%	-	3,21%	3,25%	3,30%
Mensuração	3,21%	-	-	-
O que mede	Quantitativo de Professores em cada qualificação com Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado ou Doutorado, em relação ao total de professores na OE.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	Ao final do exercício da Gestão, após o recebimento das informações parciais das OE Subordinadas.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para verificar a necessidade de investimentos nos profissionais de ensino da OE e/ou um possível ajuste com a seleção de novos professores.			
Como mede	$\left(\frac{G * 1 + A * 2 + E * 3 + M * 4 + D * 5}{G + A + E + M + D} \right) * 100$			
Observações	A Titulação é dividida em cinco subgrupos: Graduado; Aperfeiçoado; Especialista; Mestre e Doutor. Onde: G=qtde de docentes com Graduação; A=qtde de docentes com Aperfeiçoamento; E=qtde de docentes com Especialização; M=qtde de docentes com Mestrado e D=qtde de docentes com Doutorado.			

TABELA 20. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

TITULAÇÃO	2011	2012
DOUTORADO	68	67
MESTRADO	133	135
ESPECIALIZAÇÃO	203	186
APERFEIÇOAMENTO	2	2
GRADUAÇÃO	97	83
MENSURAÇÃO	3,15%	3,21%

Pode-se verificar que embora tenha havido um decréscimo de doutorado e um significativo decréscimo na especialização, o índice mostra-se maior em 2012, em relação ao ano anterior isto porque houve uma diminuição do total de docentes motivado por aposentadorias, conseqüentemente, a relação aumenta. Um aspecto importante a ser relatado é o fato de que a elevação desse índice têm estado sujeita às iniciativas e ao esforço particular do Docente, uma vez que sua obtenção reflete diretamente em ganhos para ele, e logicamente também para a Instituição. Para 2013 a meta visa não só facilitar e flexibilizar horários e rotinas do Docente para permitir essa Titulação pretendida, como também, planejar e alocar recursos de investimentos para esse fim.

No ano de 2012, dentro do Programa Ciência Sem Fronteiras, do Governo Federal, houve ainda a solicitação e aprovação pelo CAPES/CNPQ dos seguintes Pós-Doutorados, com realização prevista para 2013, nos países a seguir: Holanda, na área de Química Teórica; Alemanha na área de Hidráulica e Saneamento; Austrália, na área de Física Teórica; treinamento nos EUA, na área de Pesquisa em Política Externa; e, treinamento na área de Sistemas e Tecnologias da Informação, na Austrália ou Portugal.

Tema: Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
3. Objetivo: Aperfeiçoar o Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
3.2 Indicador de Resultado: Custo Anual por Professor.				
Meta	Diminuir os custos dos professores relacionados às atividades não finalísticas, de modo a aperfeiçoar o aproveitamento de sua capacitação, até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
-	-	-	-	-
Mensuração	R\$76.633,64	-	-	-
O que mede	O custo anual na manutenção dos professores em cada curso.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	Ao final de cada Ano Letivo.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para comparar os custos do professor nas diferentes Escolas e avaliar as medidas possíveis para um melhor aproveitamento desses profissionais.			
Como mede	$\left(\frac{\text{Custo anual do professor}}{\text{N}^{\circ} \text{ total de professores no DEPENS}} \right)$			
Observações	<p>Tem por objetivo identificar o valor gasto anualmente com professor em cada Escola e a pertinência da variação, se houver.</p> <p>Vai permitir comparar os custos do professor e avaliar as medidas possíveis para a melhor utilização desses profissionais.</p>			

No cômputo geral de construção deste índice, foi considerado o custo de Folha de Pagamento, gastos com diárias, cursos, estágios e pós-graduação.

Na tabela abaixo, de custo anual do professor civil, ressalta à vista o custo anual do professor da AFA em comparação, principalmente com a EPCAR. Ambas possuem elevado número de professores, no entanto a AFA, dos seus 71 professores conta no seu efetivo com 39 Doutores, 23 Mestres e 9 Especializados, o que em parte explicaria o índice elevado. Na EPCAR já é o inverso, a grande maioria dos seus 67 professores são Mestres (36) e Especializados (28), o que explica a diferença de remuneração. Outro aspecto a considerar é a EEAR em relação à EPCAR. Aquela, mesmo com o número de professores menor que a EPCAR, apresenta um índice maior; isto é devido ao número de Doutores no seu efetivo ser também maior (oito) e a EPCAR ter dois. Outro aspecto a ressaltar é o fato do CIAAR ter apenas um Mestre, um Especializado e um Graduado e ter o seu custo relativo próximo ao da AFA.

A meta para 2013 e anos subsequentes certamente não será simplesmente o de reduzir custos, por não se ter um parâmetro ideal, mas, principalmente, realizar um melhor equilíbrio na distribuição de Doutores e Mestres nas Escolas, respeitando é claro suas especializações e as necessidades das Escolas. Como enfatizado no campo “Meta” do indicador acima, a redução de custos deverá incidir sobre as atividades não finalísticas que demandam gastos desnecessários.

TABELA 21. CUSTO ANUAL DOS PROFESSORES

Escolas	Nº Docentes Cíveis	Doutor	Mestre	Especial./Grad.	Custo Anual por Escola	Índice por Escola
AFA	71	39	23	9	R\$ 8.040.049,76	113.240,13
CIAAR	3	-	1	1/1	R\$ 195.949,98	97.974,99
EEAR	43	8	8	19/8	R\$ 3.658.168,84	85.073,69
UNIFA	16	4	8	2/2	R\$ 840.913,00	52.557,0625
EPCAR	67	2	36	25/4	R\$ 2.515.013,62	37.537,51
TOTAL	199	-	-	-	R\$ 15.250.095,2	76.633,64

Tema: Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
3. Objetivo Organizacional: Aperfeiçoar o Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
3.3 Indicador de Resultado: Índice de Capacitação dos Recursos Humanos em Tecnologia da Informação.				
Meta	Alcançar e manter o índice de 80% de Capacitação de RH em TI em até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
70,11%	-	70%	75%	80%
Mensuração	68,18%	-	-	-
O que mede	Percentual de pessoal capacitado em cada área (rede, internet, software público, manutenção etc.), em relação ao total do pessoal de Tecnologia da Informação da Organização de Ensino.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	Semestralmente.			
Onde mede	Seção de Informática.			
Por que mede	Para verificar a carência de pessoal qualificado em informática no atendimento às necessidades das Organizações de Ensino.			
Como mede	$\left(\frac{N^{\circ} \text{ de pessoal qualificado trabalhando na área de TI}}{N^{\circ} \text{ total de pessoal trabalhando na área de TI}} \right) * 100$			
Observações	Visa acompanhar a capacitação de recursos humanos na área de Tecnologia de Informação, para evitar que os usuários sejam prejudicados em alguma área de TI, por falta ou insuficiência de pessoal capacitado.			

Obs.: foi considerado como capacitação de TI: rede, desenvolvimento, suporte e segurança voltada ao ensino.

(1) apesar de ter havido um decréscimo do índice de 2012 em relação a 2011, é importante destacar que a AFA apresentou um acréscimo de 10% em relação ao ano anterior; (2) e outro ponto a ser destacada é que a UNIFA manteve seu índice constante. A meta para 2013 prevê um pequeno acréscimo devido ao Setor estar sendo reestruturado na sua abrangência de atuação, e às novas frentes de trabalho do DEPENS, sob coordenação do Órgão Central do Sistema - a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do COMAER.

Tema: Processos de Ensino				
4. Objetivo Organizacional: Aperfeiçoar os Processos do Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
4.1 Indicador de Resultado: Índice de Eficiência Acadêmica para o CFOAv				
Meta	Alcançar e manter o índice de 75% de eficiência acadêmica geral nas Instituições de Ensino Subordinadas ao DEPENS.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
59,31%	-	65%	70%	75%
Mensuração	61%	-	-	-
O que mede	O número de alunos formados, em relação ao número total de alunos matriculados no início do curso.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	Ao final do exercício da Gestão, após o recebimento das informações parciais das OE Subordinadas.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para identificar o número total de concluintes nas Escolas de Formação da Aeronáutica, independente dos tipos de cursos, nível ou outras especificidades.			
Como mede	$\left(\frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum N^{\circ} \text{ matriculados}} \right) * 100$			
Observações	<p>Porcentagem de alunos concluintes, a cada ano, no CFOAv.</p> <p>O objetivo é verificar a taxa de conclusão nos cursos de carreira para planejamentos futuros e correções necessárias.</p>			

É importante salientar que o Índice de Eficiência Acadêmica para o Cadete Aviador, aqui utilizado como medida a ser analisada, gira em torno de 60% devido a considerar também o seu desempenho na atividade aérea. Esta é uma atividade que depende não só do seu esforço acadêmico, como também do seu rendimento em voo, nos parâmetros que são exigidos minimamente para o estágio em que é avaliado na Aeronáutica.

Como pode se notar nas especialidades de Intendência e de Infantaria, esse rendimento situa-se entre 90 e 100 por cento. Outro aspecto que se observa é que para o Intendente e o Infante, que em parte são aproveitados dos Cadetes Aviadores que não lograram êxito na atividade aérea, o rendimento acadêmico é tecnicamente cem por cento. Neste caso, há formação excedente de mais quatro Cadetes de Infantaria devido ao seu ingresso por força de determinação judicial. Para 2013 e anos subsequentes até 2015, a meta é elevar o índice de eficiência acadêmica para os Aviadores de 65% até o patamar de 75%. Com esse objetivo, foi elevado o ponto de corte dos alunos provenientes da EPCAR para a AFA em 2013, no que se refere ao Teste de Aptidão para Pilotagem Militar (TAPMIL).

TABELA 22. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA AV. - INT. - INF. NO ANO POR TURMA

Aviador	Matriculado 1º ano	Formado	Índice de Eficiência Acadêmica	Média
2011	204	121	59,31%	60,26%
2012	196	120	61,22%	
Intendente				
2011	43	40	93,02%	96,51%
2012	42	42	100,00%	
Infantaria				
2011	15	15	100,00%	114,29%
2012	14	18 (*)	128,57%	

(*) ingresso de mais quatro cadetes no segundo ano por determinação judicial.

Já no caso do Especialista, que irá compor a equipe da atividade fim da Aeronáutica, o voo propriamente dito e as funções relacionadas ao voo, como foi enunciada no item 1.4 Macroprocessos Finalísticos, pode-se perceber que o rendimento acadêmico situa-se em torno de 90 por cento, o que não difere muito do desejado para uma instituição de ensino técnico como é a EEAR. Ou seja, mais ou menos 10% são retidos no percurso de formação do profissional. O que é razoável. Assim, a meta para 2013 é diminuir esse percentual retido de 10% para um máximo de 3% até 2015. A gestão para esse fim estaria centrada no refinamento de testagem de aptidão profissional, no que se refere à especialidade inicial escolhida e redistribuição para o curso por perfil detectado.

TABELA 23. ÍNDICE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DO SARGENTO ESPECIALISTA NO ANO POR TURMA

CFS	Matriculado	Formado	Índice de Eficiência Acadêmica	Média
2011	537	466	86,78%	90,80%
2012	951	888	93,38%	

Quanto ao CPCAR, observa-se abaixo um índice de 75% em 2011 e um acréscimo para 80% em 2012, o que ainda pode ser considerado baixo. O baixo índice explica-se pelo fato da Seleção para ingresso no CPCAR exigir apenas as matérias Matemática e Português e o curso completo realizado em três anos exigir, ano a ano, matérias complementares como as de Língua Inglesa, Física, História, Geografia, Tecnologia da Informação, Direito, Ciências etc. Essa exigência é o fator que mais contribuiu para o baixo rendimento acadêmico observado. Para 2013, essa distorção já foi corrigida, colocando-se na Seleção inicial a exigência do Inglês básico, Física, História e Geografia.

TABELA 24. ÍNDICE EFICIÊNCIA ACADÊMICA CPCAR NO ANO POR TURMA

CPCAR	Matriculado	Formado	Índice de Eficiência Acadêmica	Média
2009/2011	188	142	75,53%	78,23%
2010/2012	215	174	80,93%	

Outro aspecto importante a se notar é que no Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA) ressalta o baixo índice de Eficiência Acadêmica, tanto em 2011 que foi acentuado e a sua elevação mais ainda em 2012. A explicação é que esse curso é realizado como último curso de carreira do Oficial Aviador, Intendente, de Infantaria, Médico e Engenheiro, condição essencial para a sua promoção ao Generalato. Como muitos que são selecionados sabem de sua real chance de ascender ao Generalato acabam desistindo de sua realização, optando por saírem da Aeronáutica, solicitando sua transferência para a Reserva Remunerada após o início do curso. Normalmente, o maior êxodo é de aviadores, que vão exercer a profissão em companhias de aviação.

TABELA 25. ÍNDICE EFICIÊNCIA ACADÊMICA NO CPEA

CPEA	Matriculado	Formado	Índice de Eficiência Acadêmica	Média
2011	93	77	82,80%	74,73%
2012	87	58	66,67%	

Tema: Processos de Ensino.				
4. Objetivo Organizacional: Aperfeiçoar os Processos do Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
4.2 Indicador de Resultado: Índice de Alunos Desistentes.				
Meta	Alcançar e manter o índice de Desistentes próximo à zero, por motivos relacionados a causas geradas pela Instituição, que não sejam de natureza acadêmica.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
-	-	8%	4%	2%
Mensuração	10%	-	-	-
O que mede	O número de candidatos desistentes, em relação ao número de alunos matriculados no início do curso.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	A cada curso realizado.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para identificar quais fatores estão implicados na determinação de concluir o curso e quais os possíveis fatores implicados na desistência e, a partir daí realizar gestões para impedir ou minimizar a evasão decorrente.			
Como mede	$\left(\frac{N^{\circ} \text{ de alunos desistentes}}{N^{\circ} \text{ total de alunos no curso}} \right) * 100$			
Observações	<p>Somatório de alunos desistentes em cada curso, por região do país, considerando a duração do curso, faixa etária prevista e outros critérios julgados adequados, pelo total de alunos matriculados em cada curso.</p> <p>O objetivo é verificar quais fatores, como a distância da Escola em relação à região de origem do aluno e a duração do curso influenciam na determinação de concluir o curso.</p> <p>Esse número pode estar relacionado à falta de apoio familiar durante o curso, quando longe de casa, pode estar relacionado ao envolvimento com problemas familiares, quando perto de casa, à faixa etária de cada curso, à duração de cada curso (cursos mais longos) etc.</p>			

O que se observa em relação ao índice de desistentes de 10% mensurado em 2012, refere-se principalmente aos cadetes do Curso de Oficiais Aviadores, na AFA. O voo, ao mesmo tempo em que, como um sonho, exerce fascínio motivador que o impele a suplantar os desafios do seu aprendizado, também desperta temor pela possibilidade de frustrar esse mesmo sonho. Assim, diante dessa ameaça, obriga-o a se questionar sobre suas reais possibilidades diante do alto preço a pagar. O ideal para a Aeronáutica seria que não houvesse desistentes, muito menos em fase tão avançada de decisão. A fim de minimizar essas perdas, está se projetando o decréscimo de 2% já para 2013, com gestões em conjunto com a EPCAR e AFA para que se identifiquem os perfis desses desistentes e se tomem providências nas futuras seleções.

Tema: Processos de Ensino.				
4. Objetivo Organizacional: Aperfeiçoar os Processos do Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
4.3 Indicador de Resultado: Índice de Retenção do Fluxo Escolar.				
Meta	Manter o menor índice possível de Retenção do Fluxo Escolar ao ano, no máximo manter o índice histórico até 2015.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
-	-	5%	4%	3%
Mensuração	5,62%	-	-	-
O que mede	Número total de alunos retidos por motivo escolar em relação ao número total de alunos matriculados.			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	Ao final do exercício após o recebimento das informações parciais das Organizações de Ensino Subordinadas.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para verificar o índice de baixo desempenho relacionado ao aluno durante o curso.			
Como mede	$\left(\frac{\sum N^{\circ} \text{ de alunos reprovados}}{\sum N^{\circ} \text{ alunos matriculados}} \right) * 100$			
Observações	O indicador pretende demonstrar quantitativamente o índice de retenção acadêmica da Instituição de ensino DEPENS. As diferenças de nível de formação de cada Escola não serão consideradas. O indicador retrata o desempenho da instituição no se refere ao grau de exigência acadêmica na entrega do produto final, bem como o grau de resposta do aluno à Avaliação. Deverá ser medida a cada ano para se verificar o índice com a mesma metodologia e parâmetro aplicada em toda medição.			

TABELA 26. RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR NO ANO POR CURSO

Cursos Finalísticos	Nº Alunos / Cadetes Existentes	Reprovados	Índice Retenção Fluxo Escolar (%)
CFOAv	596	70	11,7
CFS	719	4	0,55
Todas	1315	74	5,62

Na tabela acima se apresenta o índice de retenção do Fluxo Escolar motivado por reprovação acadêmica na área de Ensino. Para o levantamento, considerou-se os dados dos cursos ditos finalísticos, o CFOAv e o CFS. O indicador retrata o desempenho da instituição no que se refere ao grau de exigência acadêmica na entrega do produto final. O que se observa primeiramente é o fato do CFOAv apresentar alto índice de retenção. Isso acontece porque, como já foi dito em outra oportunidade, as exigências para a atividade aérea são inflexíveis, por se tratar de uma área onde não há possibilidade de barganha ou flexibilização com um baixo rendimento apresentado. Já no Curso de Formação de Sargentos Especialistas, esse índice apresenta-se baixo, menos do que dois por cento, considerando o grande número de alunos por ano na Instituição. A fim de diminuir esse índice, uma das possibilidades seria a de planejar um acréscimo de horas em simulador de voo, para o CFOAv. Outra possibilidade seria a de elevar os parâmetros de exigência para os alunos ingressantes na EPCAR, via concurso, ou maior carga no ponto de corte do TAPMIL. Assim, uma redução desse índice para valores abaixo de cinco por cento é uma meta desejável.

Tema: Processos de Ensino.				
4. Objetivo Organizacional: Aperfeiçoar os Processos do Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
4.4 Indicador de Resultado: Custo do Aluno para a Escola no ano.				
Meta	Reduzir gradativamente custos relacionados às atividades não acadêmicas que puxam o índice para tetos elevados, mormente os relativos a processos de apoio.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
-	-	-	-	-
Mensuração	R\$ 5. 347,33			
O que mede	O custo na formação, pós-formação ou especialização de cada aluno, em cada curso (considerando gastos com luz, alimentação, lavanderia, hospital, diárias, professores, instrutores, monitores e toda a infraestrutura de apoio que for possível medir).			
Quem mede	Organizações de Ensino.			
Quando mede	No Encerramento do Exercício Financeiro.			
Onde mede	Divisão de Ensino.			
Por que mede	Para buscar alternativas que tornem possível racionalizar atividades e baixar os custos; além de mensurar o incremento necessário de verbas para as Escolas, frente à variação do número de alunos em cada curso, a cada ano.			
Como mede	$\left(\frac{\text{Custo do aluno para a Escola}}{\text{N}^{\circ} \text{ de alunos matriculados no ano}} \right)$			
Observações	<p>Valor empregado para a formação, pós-formação ou especialização de cada aluno, em cada curso (considerar gastos com luz, alimentação, lavanderia, hospital, diárias, professores, instrutores, monitores etc.) e toda a infraestrutura de apoio que for possível medir.</p> <p>Visa identificar os custos de formação ou especialização em cada curso, possíveis diferenças em função da infraestrutura de apoio necessária e, assim, buscar racionalizar meios para baixar os custos de cada curso.</p> <p>Além disso, permitirá uma avaliação do incremento necessário para as Escolas, em repasse de verbas, frente à variação no número de alunos em cada curso.</p>			

Nas UJ subordinadas ao DEPENS, os discentes têm duas denominações: ALUNO para os que cursam o CIAAR, a EPCAR, UNIFA e EEAR e CADETE para os que cursam a AFA. Neste tópico, a denominação ALUNO será utilizada para designar todos os militares que cursaram as escolas já citadas em 2012. Os valores foram obtidos através do relatório do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, banco de dados que extrai informações do SIAFI.

Para cálculo do custo do aluno em 2012, foram consideradas as despesas que podem ser aplicadas diretamente na formação dos alunos, seguindo as orientações contidas na Portaria nº 6/GC6, de 6 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a indenização aos cofres públicos, em ressarcimento de despesas efetuadas pela União com a realização de cursos ou estágios frequentados por militares da Aeronáutica.

Os parâmetros utilizados para cálculo deste indicador continuarão sendo analisados, a fim de definir o melhor formato para comparação entre os cursos, de acordo com as necessidades do DEPENS.

Dessa forma, gastos com aeronaves distintas do T-25 e T-27, utilizados na formação do Cadete, não foram considerados mesmo que eventualmente pudessem ter sido aplicados no curso,

como nos casos em que os alunos viajam para competições, consultas ou exames médicos. Nas despesas da AFA, com as aeronaves T-25 e T-27, não foram levados em consideração os valores relativos ao suprimento e manutenção de aeronave, tais como produtos químicos, combustível e peças de reposição, que são de responsabilidade do Comando-Geral de Apoio (COMGAP).

As despesas médicas também não foram consideradas, visto que os hospitais tratam militares e dependentes além dos alunos. Nesse mesmo raciocínio, os gastos com assistência social, defesa e segurança e manutenção de áreas verdes não foram considerados.

Demonstra-se a seguir o cálculo de Custos do Aluno/Cadete ao DEPENS.

TABELA 27. CUSTO MÉDIO ANUAL DO ALUNO/CADETE

ESCOLAS	Nº de alunos/Cadetes no Ano	Custo Total Anual do Aluno/Cadete	Índice por Escola
CIAAR	566	R\$ 2.231.039,97	R\$ 3.941,77
EPCAR	580	R\$ 3.081.044,38	R\$ 5.312,15
UNIFA	1039	R\$ 7.057.325,77	R\$ 6.792,42
AFA	849	R\$ 7.953.565,17	R\$ 9.368,16
EEAR	1875	R\$ 5.927.053,68	R\$ 3.161,10
TOTAL	4909	R\$ 26.250.028,97	R\$ 5.347,33

Pode-se observar que o custo do Cadete, na AFA, suplanta em muito o do Aluno da EEAR, mesmo sem o cômputo das despesas com as horas de voo. Um fator causador do elevado custo é que os seus professores, na sua grande maioria, são Doutores e Mestres, com carga mais elevada na sua Folha de Pagamento. No caso de considerarmos as despesas com a atividade aérea na instrução, o custo do cadete aviador é de cerca de R\$ 600.000,00 ao final dos quatro anos. O que nos dá uma média de R\$ 150.000,00 por ano, por cada cadete aviador; sendo que os custos mais elevados são referentes aos dois anos de atividade aérea.

A meta para 2013 é, evidentemente, procurar reduzir esses valores, inicialmente identificando quais aspectos envolvidos podem ser objeto de interferência de gestão.

Tema: Processos de Ensino.				
4. Objetivo Organizacional: Aperfeiçoar os Processos do Sistema de Ensino da Aeronáutica.				
4.5 Indicador de resultado: Número de Processos Judiciais no ano.				
Meta	Reduzir o número dos processos judiciais no ano.			
Histórico	Meta desdobrada			
2011	2012	2013	2014	2015
192	-	90	80	70
Mensuração	105	-	-	-
O que mede	O numero de processos judiciais relacionados a concursos, nas diversas regiões do país.			
Quem mede	Organizações de Ensino Subordinadas e DEPENS.			
Quando mede	Após a conclusão do último concurso no ano.			
Onde mede	Assessoria Jurídica.			
Por que mede	Para identificar os concursos com maior índice de processos judiciais e de que natureza são, a fim de analisar suas causas e origens e, assim, evitar novas ocorrências de mesma natureza.			
Como mede	Contabilizando-se o número de processos judiciais, por região do país e, por natureza das contestações.			
Observações	<p>O objetivo é identificar os concursos ou regiões do país com maior índice de processos judiciais, bem como a natureza de suas contestações.</p> <p>Esse número permitirá avaliar a necessidade de ajustes nos editais dos concursos ou um trabalho de esclarecimento com os representantes da justiça em determinadas regiões do país.</p>			

Os processos judiciais há alguns anos, têm representado uma significativa parcela na carga de trabalho do DEPENS, em função do número de concursos anuais, cada um dos quais com todo o seu processo administrativo, como publicação de editais, exames teóricos, testes de aptidão física e psicológica etc.

Vem sendo feito um trabalho junto aos magistrados de cada região, buscando dar maior conhecimento quanto aos detalhes dos concursos e as particularidades de cada carreira atrelada a esses concursos.

No entanto, o fato significativo que permitiu uma redução no número de processos judiciais, como pode ser observado nas tabelas a seguir, foi a aprovação da Lei nº 12.464, de 5 de agosto de 2011, que dispõe sobre o ensino na Aeronáutica, legalizando os vários aspectos referentes aos concursos, em especial, o artigo 20, que trata dos requisitos a serem observados.

TABELA 28. ÍNDICE AÇÕES JUDICIAIS

Ações Judiciais em 2011			Ações Judiciais em 2012		
Ações Judiciais 2011			Ações Judiciais 2012		
Por Natureza da Ação		%	Por Natureza da Ação		%
Edital	59	30,72%	Edital	15	14,28
InspSau	23	11,97%	InspSau	15	14,28
Documentação	5	-	Documentação	2	-
Idade	49	25,52%	Idade	31	29,52
Atraso	2	-	Atraso	1	-
Vagas	4	-	Vagas	8	-
Nomeação	5	-	Nomeação	0	-
EAP	23	11,97%	EAP	20	19,04%
Inscrição	1	-	Inscrição	2	-
Questão de prova	7	-	Questão de prova	0	-
TACF	1	-	TACF	2	-
Prova Prática/Títulos	2	-	Prova Prática/Títulos	3	-
Por Escolas			Por Escolas		
EPCAR	20	10,41%	EPCAR	3	2,85
EEAR	101	52,60%	EEAR	49	46,66%
AFA	23	11,97%	AFA	24	22,85
CIAAR	48	25%	CIAAR	29	27,61
Total de Ações		192	Total de Ações		105

Apesar da redução de Ações Judiciais devido à Lei de Ensino acima referida, pode-se perceber que permanecem altos os questionamentos no que se referem à idade e ao Exame de Aptidão Psicológica (EAP). No tocante às Escolas que são maiores alvos desses questionamentos, há que se notar que a EEAR é de longe a mais visada, devido ao fator idade. O CIAAR aparece em segundo plano competindo com o fator EAP. Como essas ações são por demanda, espera-se que o Sistema Jurídico atue tempestivamente, e para isso está se criando um Sistema de Integração entre as Escolas e a Assessoria Jurídica.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.

3.1 Estrutura de Governança

Não se aplica.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

As Unidades Jurisdicionadas ao Departamento de Ensino da Aeronáutica possuem na sua estrutura organizacional um setor específico destinado às atividades de controle interno e que compõem o Sistema de Controle Interno do Comando da Aeronáutica, cuja principal vinculação é com a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, cuja finalidade, prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, é realizar as atividades de Execução Orçamentária, Administração Financeira, Contabilidade e Controle Interno, relativas aos recursos de qualquer natureza do Comando da Aeronáutica, interagindo com os Sistemas de Administração Financeira Federal, nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

O Comandante do DEPENS conta com um Assessor de Controle Interno, Oficial especialmente designado para esta função, com conhecimentos específicos e com a incumbência da análise prévia e a posteriori de todos os processos e documentos que importem em realização de despesa ou geração de receita.

Mensalmente, é realizada reunião de Prestação de Contas, oportunidade em que todas as informações sobre movimentação de recursos, bens e direitos são analisados e apresentados ao Ordenador de Despesas, visando aprovação dos processos à luz da legislação vigente, bem como o acompanhamento da eficiência da utilização de bens e direitos públicos a cargo da UJ.

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: O DEPENS como órgão central do SISTENS carece da figura do Agente de Controle Interno explícita na sua Estrutura Funcional conforme consta na Figura 2, item 1.3 Organograma Funcional, no entanto a função é desempenhada de acordo com essa avaliação consolidada com a das Escolas Subordinadas.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica.

3.4 Sistema de Correição

O Comando-Geral de Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 de outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) – Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação – Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; Promoções dos Oficiais da Ativa da Forças Armadas – Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica – Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica – Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Por ser tratar de Programa que envolve todo o Ministério da Defesa, este quadro não será preenchido por esta UJ.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0462				
Descrição		Elevar a capacidade operativa da Aeronáutica Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.				
Programa		2058 - Política Nacional de Defesa				
Órgão Responsável		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.910.000,00	19.910.000,00	19.837.797,58	12.784.311,66	1.015.734,13	7.053.485,92	11.768.577,54
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino	Aluno capacitado	13.865	13.083	-	-

Análise Crítica

O objetivo 0462 - Elevar a capacidade operativa da Aeronáutica Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego – contempla iniciativas gerais para o COMAER.

A ação 2509 – Ensino preparatório para formação de oficiais – foi executada em sua totalidade pela EPCAR; a ação 2055 – Cursos de altos estudos e de política e estratégia – por sua vez, pela UNIFA e UJ afins, como o Instituto de Logística de Aeronáutica, e a ação 2B26 – Formação, aperfeiçoamento e especialização de Sargentos e civis – pela EEAR e demais UJ que aperfeiçoaram Sargentos e civis assemelhados. As ações 2915 e 2B25 – Formação e especialização de Cabos e Soldados e Formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e civis, respectivamente – foram executadas sob coordenação deste Departamento em virtude de diversas UJ, inclusive não nos subordinadas diretamente, executarem os valores por força da missão das organizações. O processo de execução orçamentária e financeira no COMAER ocorre de acordo com as orientações da STN e o previsto na Lei 4.320/64. Em decorrência da cronologia imposta por essa Lei, ocorreu um decréscimo natural entre os valores das despesas empenhadas, liquidadas e pagas. A inscrição de Restos a Pagar é resultante da descentralização tardia do Plano de Ação e de créditos remanejados no final do exercício. A meta prevista, no que se refere à responsabilidade do

DEPENS, foi atingida em quase 95%, percentual considerado excelente para o Departamento e para o COMAER.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	01HM					
Descrição	Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira.					
Objetivo	Elevar a capacidade operativa da Aeronáutica Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa.					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.910.000	19.910.000	19.837.797,58	12.784.311,66	1.015.734,13	7.053.485,92	11.768.577,54
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira.	Aluno capacitado	13.865	13.083		

Análise Crítica

Em 2012, o Departamento foi responsável por coordenar a iniciativa 01HM com cinco ações as quais foram distribuídas pelas organizações de ensino do COMAER. Os recursos de ações específicas foram destinados diretamente ao usuário final: a UJ que tinha como missão a aplicação apropriada das ações.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2055					
Descrição	Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia					
Iniciativa	01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira					
Unidade Responsável	120158 – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)					
Unidade Orçamentária	52111- Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.250.000,00	3.250.000,00	3.234.100,13	1.975.499,40	6.886,74	1.258.600,73	1.968.612,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada		
01	Cursos de Altos Estudos e Política e Estratégia	Aluno capacitado	335	179		

Identificação da Ação						
Código		2509				
Descrição		Ensino Preparatório para Formação de Oficiais				
Iniciativa		01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira				
Unidade Responsável		120025 – Escola Preparatória de Cadetes do Ar				
Unidade Orçamentária		52111 – Comando da Aeronáutica				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.010.000,00	1.010.000,00	1.009.887,12	724.118,42	0,00	285.768,70	724.118,42
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada		
01	Ensino Preparatório para Formação de Oficiais	Aluno capacitado	520	553		

Identificação da Ação						
Código		2B26				
Descrição		Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Sargentos e Civis				
Iniciativa		01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira				
Unidade Responsável		120064 – Escola de Especialistas de Aeronáutica				
Unidade Orçamentária		52111 – Comando da Aeronáutica				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000,00	6.000.000,00	5.984.326,72	4.130.925,08	963.180,93	1.853.401,64	3.167.744,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada		
01	Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Sargentos e Civis	Aluno capacitado	5410	6006		

Identificação da Ação	
Código	2B25
Descrição	Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Oficiais e Civis

Iniciativa	01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira					
Unidade Responsável	120024 – Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; 120054 – Universidade da Força Aérea; 120060 – Academia da Força Aérea; 120157 – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica; e 120159 – Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica.					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.100.000,00	8.100.000,00	8.061.963,62	4.936.543,57	11.350,88	3.125.420,05	4.925.192,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Oficiais e Civis	Aluno capacitado	2.580	2.792		

Análise Crítica

A ação 2509 – Ensino preparatório para formação de oficiais – foi executada em sua totalidade pela EPCAR; a ação 2055 – Cursos de altos estudos e de política e estratégia – por sua vez, pela UNIFA e UJ afins, como o Instituto de Logística de Aeronáutica, e a ação 2B26 – Formação, aperfeiçoamento e especialização de Sargentos e civis – pela EEAR e demais UJ que aperfeiçoaram Sargentos e civis assemelhados. As ações 2915 e 2B25 – Formação e especialização de Cabos e Soldados e Formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e civis, respectivamente – foram executadas sob coordenação deste Departamento em virtude de diversas UJ, inclusive não nos subordinadas diretamente, executarem os valores por força da missão das organizações. O processo de execução orçamentária e financeira no COMAER ocorre de acordo com as orientações da STN e o previsto na Lei 4.320/64. Em decorrência da cronologia imposta por essa Lei, ocorreu um decréscimo natural entre os valores das despesas empenhadas, liquidadas e pagas. A inscrição de Restos a Pagar é resultante da descentralização tardia do Plano de Ação e de créditos remanejados no final do exercício. A meta prevista, no que se refere à responsabilidade do DEPENS, foi atingida em quase 95%, percentual considerado excelente para o Departamento e para o COMAER.

Identificação da Ação	
Código	2915
Descrição	Formação e Especialização de Cabos e Soldados
Iniciativa	01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira
Unidade Responsável	120003 - VI COMANDO AEREO REGIONAL 120017 - II COMANDO AEREO REGIONAL 120028 - III COMANDO AEREO REGIONAL 120059 - IV COMANDO AEREO REGIONAL 120074 - V COMANDO AEREO REGIONAL 120083 - VII COMANDO AEREO REGIONAL 120086 - I COMANDO AEREO REGIONAL
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.550.000,00	1.550.000,00	1.547.519,99	1.017.225,19	34.315,58	530.294,80	982.909,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Formação e Especialização de Cabos e Soldados	Aluno capacitado	5.000	9.856		

Análise Crítica

Todas as Ações Orçamentárias sob responsabilidade da UJ tiveram as suas respectivas metas físicas (aluno capacitado) atingidas.

No caso da Ação 2915 (Formação e Especialização de Cabos e Soldados), a previsão inicial feita pelas Juntas de Seções Mobilizadoras foi subestimada em relação às necessidades de incorporação para o ano de 2012. Por isso, a meta realizada no exercício ficou bem acima. Ainda sobre esta meta, o quantitativo previsto para especialização de soldados (soldados de primeira classe) e para formação de cabos foi atingido dentro do previsto.

Dessa forma, todas as metas relacionadas nos quadros acima foram atingidas e possibilitaram manter o fluxo constante de recursos humanos de forma a alcançar os resultados de médio e longo prazo nas fileiras da Aeronáutica.

De maneira geral, tem sido observado por este Departamento que o início da execução orçamentária por meio de liberação de duodécimos prejudica o funcionamento das organizações. A delonga para a aprovação da LOA causa a liberação tardia do Plano de Ação para o COMAER. O fato desta demora não coincidir com o início do ano letivo comprometeu o cronograma das atividades de ensino realizadas. Apesar de os processos licitatórios já estarem prontos, a indisponibilidade dos créditos em quantidades suficientes comprometem o planejamentos das UJ subordinados.

Também foram relatadas pelas UJ subordinadas que a delonga por parte das Consultorias Jurídicas da União ao analisar mais de 350 Pregões realizados em 2012 para a emissão de pareceres jurídicos, que são essenciais aos processos licitatórios, afetou negativamente a execução orçamentária.

Para os tradicionais centros de formação e aperfeiçoamento de oficiais e civis, tais como a Academia da Força Aérea, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e o Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, assim como a tradicional Escola de Especialistas de Aeronáutica, na formação de graduados, as metas físicas foram cumpridas a contento em virtude de serem cursos com vagas determinadas em editais dos concursos ou de carreira.

A ocorrência de inscrição de valores em restos a pagar não ocasionou reflexos negativos na execução das Ações sob a responsabilidade desta UJ. De acordo com a pesquisa no SIAFI GERENCIAL a maior parte dos empenhos inscritos em restos a pagar foi decorrente de processos formalizados no último trimestre de 2012, não havendo tempo hábil para o recebimento de todo material ou a prestação do serviço.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Informações a serem preenchidas pela SEFA

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Informações a serem preenchidas pela SEFA

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica	52111	120002
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica	52911	121002

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A movimentação interna e externa de créditos, no âmbito do Comando da Aeronáutica, é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários dela própria.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	65.176.851,82	111.966.389,92	61.364.627,71	111.558.641,19
a) Convite	239.145,63	227.605,86	184.532,63	221.448,46
b) Tomada de Preços	783.878,78	825.374,94	731.796,94	825.374,94
c) Concorrência	1.034.505,36	51.077.984,28	548.404,70	51.077.984,28
d) Pregão	63.119.322,05	59.835.424,84	59.899.893,44	59.433.833,51
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	12.966.088,56	14.689.288,49	12.937.159,92	14.687.572,83
g) Dispensa	10.268.931,25	11.278.293,75	10.243.355,62	11.276.578,09

h) Inexigibilidade	2.697.157,31	3.410.994,74	2.693.804,30	3.410.994,74
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	3.790.688,99	3.949.462,31	3.772.169,37	3.949.462,31
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
04	7.360,00	-	7.360,00	-	-	-	7.360,00	-
14	101.036,47	126.630,21	101.036,47	126.630,21	-	-	95.573,15	126.630,21
15	3.276.093,67	3.822.832,10	3.276.093,67	3.822.832,10	-	-	3.263.778,51	3.822.832,10
30	26.821.828,51	28.695.555,22	22.195.641,54	22.295.414,62	4.626.186,97	6.400.140,60	21.528.739,07	22.179.231,45
31	-	20.186,32	-	20.186,32	-	-	-	20.186,32
32	253.652,09	379.201,92	200.955,39	308.120,39	52.696,70	71.081,53	194.266,83	306.342,79
33	288.579,50	74.000,00	197.358,35	45.331,67	91.221,15	28.668,33	197.358,35	45.331,67
35	1.460,00	6.540,00	-	3.924,00	1.460,00	2.616,00	-	3.924,00
36	19.630,00	55.201,00	19.630,00	55.201,00	-	-	19.630,00	55.201,00
39	54.229.506,58	58.824.079,53	42.118.486,59	43.126.039,73	12.111.019,99	15.698.039,80	40.354.716,43	43.080.047,90
47	14.828,47	20.216,63	14.828,47	8.588,63	-	11.628,00	14.828,47	8.588,63
49	1.000,00	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-
92	-	5.375,70	-	5.375,70	-	-	-	5.375,70
93	55.368,95	31.922,62	52.216,92	27.308,07	3.152,03	4.614,55	52.216,92	27.308,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
39	6.035.334,43	6.149.903,21	2.427.806,87	3.187.670,25	3.607.527,56	2.962.232,96	2.241.393,77	3.187.670,25
51	7.099.821,36	91.735.564,81	1.589.399,49	51.652.415,22	5.510.421,87	40.083.149,59	1.089.036,04	51.652.415,22
52	6.761.660,20	8.667.690,08	3.187.275,29	5.674.978,82	3.574.384,91	2.992.711,26	2.489.263,12	5.429.467,03
5 – Inversões Financeiras								
62	132.997,43	354.852,66	122.426,35	340.799,66	10.571,08	14.053,00	119.308,35	340.799,66
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.3 Análise crítica

No exercício de 2012 não houve alterações significativas na Programação Orçamentária da UJ, em relação ao exercício anterior, seja por força de novas atribuições, seja por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior que afetasse os despendidos dos principais elementos de despesa elencados no quadro acima em relação ao grupo de Outras Despesas Correntes. Entretanto, no que se refere à natureza de despesa 449051, houve decréscimo significativo em razão do projeto de construção de um novo Centro de Instrução da Aeronáutica ter sido interrompido por motivo administrativo. Tal interrupção foi refletida na inscrição de restos a pagar não processados.

O costumeiro contingenciamento de créditos orçamentários no exercício, em especial na Ação 2000 (Apoio Administrativo), forçou readequações da gestão orçamentária obrigando a otimizar missões que ensejaram despesas com pagamento de diárias e de locomoção, tendo em vista que grande parte do corpo técnico docente das UJ subordinadas é composta por militares de outras sedes que ministram aulas em nossas Organizações de Ensino. Contudo, este contingenciamento não impediu o alcance dos objetivos na atividade fim.

Como dado positivo, pode ser observado que as UJ subordinadas realizaram diversos Pregões para Registro de Preços, o que possibilitou a contratação de serviços/produtos a qualquer tempo dentro da vigência das Atas, visto que a intempestividade para a emissão dos pareceres por parte das Consultorias Jurídicas da União e o atraso na liberação do Plano de Ação do COMAER afetou negativamente a execução orçamentária. Tais adversidades influenciaram na quantidade de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não ocorreu no período.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES VALORES EM R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	409.464,39	4.401,75	404.211,84	850,80
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	34.778.618,65	350.470,18	32.946.410,95	1.481.737,52
2010	-	-	240.825,80	211.652,41

Fonte: SIAFI

5.2.1 Análise Crítica

A execução de Restos a Pagar de Processados ocorre mais rapidamente em virtude de tratar-se de serviços já executados ou materiais já entregues, pertinentes aos processos de ensino.

Essa categoria de RP depende apenas do início das atividades de programação financeira (liberação de limite de saque com vinculação de pagamento), as quais ocorrem no máximo até o final da primeira quinzena de março.

No que se refere aos Restos a Pagar Não Processados, a execução tende a ser mais lenta, em virtude da necessidade da entrega de material ou prestação de serviço. A maior parte do montante refere-se a contratos de natureza continuada e a materiais de estoque que não podem ser recebidos na totalidade em virtude da capacidade logística de armazenamento das UJ; tanto quanto ao limite físico de estoque como também quanto à validade dos produtos.

Os dois casos – RP Processados e Não Processados – impactam as UJ no sentido de aumentarem as atividades inerentes à execução processual, visto que as Organizações precisam executar os recursos do exercício – Plano de Ação – e os do ano que findou.

Nenhuma UJ permaneceu com saldo de RP Processado por mais de um exercício, visto que, conforme mencionado acima, esses valores são pagos no primeiro bimestre. No caso de RP Não Processados, foram somente de contratos de natureza continuada e se deveu à garantia em assegurar a adequada e total execução dos serviços.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária									
CNPJ:00.352.394/0001-10					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	654004	120024/0001	70.504.00 0,00	0,00	0,00	10.504.00 0,00	05/08/2009	05/09/2013	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
CNPJ:	00.352.294/0001-10					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	1	1		10.504.000,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	1	1	0,00	10.504.000,00	0,00

Fonte: SIAFI

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
CNPJ: 00.352.294/0001-10			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	70.504.000,00	10.504.000,00	0,00	14,90%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	1	70.504.000,00	10.504.000,00	0,00	14,90%

Fonte: SIAFI

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
CNPJ: 00.352.294/0001-10		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	10.504.000,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
CNPJ: 00.352.294/0001-10		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		0,00	0,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO	Quantidade	0	0

		Analisadas	Montante Repassado (R\$)	0,00	0,00
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)			26.369.306,97	0,00	
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante Repassado			31.251.384,68	0,00	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0,00
		Montante Repassado		10.504.000,00	0,00

Fonte: SIAFI

5.3.6 Análise Crítica

Os valores acima referem-se ao Convênio CIAAR-INFRAERO, relativo à construção do novo CIAAR; porém, em agosto de 2012, o COMAER transferiu sua execução para a CISCEA.

5.4 Suprimento de Fundos

Não ocorreu no período.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5.6 Gestão de Precatórios

Não se aplica.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<i>1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)</i>	6.031	6.308	2.369	2.886
1.1. Militares (1.1+1.2)	5.409	5.868	2.362	2.880
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão – Ativa	4.392	4.148	460	758
1.1.2. Reconvocados	0	3	0	3
1.1.3. Alunos do CFOE	65	33	35	32
1.1.4. Estagiário do CCCE	105	0	105	105
1.1.5. Estagiários do EAOF	202	0	202	202
1.1.6. Alunos do CPCAR	645	594	208	288
1.1.7 Alunos CFS, EAGS e BCT-ME*	0	1090	1352	1492
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	622	440	7	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	620	434	7	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	6	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<i>2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)</i>	2.411	2.094	1.095	800
2.1 Militares (1.1+1.2)	2.406	2.089	1.095	800
2.1.1. Serviço Militar Obrigatório	1428	1426	820	563
2.1.2. Quadro Complementar de Oficiais Temporários	365	326	73	65
2.1.3. Tarefa por Tempo certo	454	337	43	13
2.1.4. Estagiários do EAOT	159	0	159	159
2.2 Civis	5	5	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	8.442	8.402	3.464	3.686

Fonte: SIGPES / SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1)	2
1.1 Civis	0
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2)	5
2.1 Militares	1
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
2.2 Civis	4
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	4
3. Removidos (3.1)	0
3.1. Cíveis	0
3.1.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.1.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.1.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.1.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	16
4.1 Militares	5
4.1.1. Doença em Pessoa da Família	5
4.1.2. Capacitação	0
4.1. Cíveis	11
4.2.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2.2. Capacitação	10
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	9
5.1 Militares	6
5.1.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.1.2. Serviço Militar	0
5.1.3. Atividade Política	0
5.1.4. Interesses Particulares	6
5.1.5. Mandato Classista	0
5.2. Cíveis	3
5.2.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2.2. Serviço Militar	0
5.2.3. Atividade Política	2
5.2.4. Interesses Particulares	0
5.2.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	4
6.1. Militares	4
6.2 Cíveis	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	36

Fonte: SIGPES / SIAPE

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1+1.2)	31	31	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	31	31	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	26	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	4	4	0	0
2. Funções Gratificadas (2.1+2.2+2.3)	99	99	4	4
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	99	99	4	4
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	131	131	4	4

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	4659	991	977	296	62
1.1. Militares de Carreira	2988	917	850	127	5
1.2. Reconvocados	0	0	0	2	0
1.3. Servidores Cíveis de Carreira	6	55	127	167	57
1.4. Alunos do CFS, EAGS e BCT-ME	1071	19	0	0	0
1.5. Alunos do CPCAR	594	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	1147	141	33	142	11
2.1. Militares	1147	141	33	142	11
2.2. Cíveis	0	0	0	0	0
3. Provimento de Cargo em Comissão	0	3	19	23	7
3.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	5	1
3.3. Funções Gratificadas	0	3	19	18	6
4. Totais (1+2)	5806	1135	1029	461	80

Fonte: Subdivisão de Pessoal

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	4	31	776	3530	1993	228	94	58
1.1. Militares de Carreira	0	0	3	107	2561	1675	170	22	8
1.2. Reconvocados	0	0	0	0	0	0	2	0	0
1.3. Servidores Cíveis de Carreira	0	4	28	75	79	118	56	72	50
1.4. Alunos do CPCAR	0	0	0	594	0	0	0	0	0
1.4. Alunos do CFS, EAGS e BCT-ME	0	0	0	0	890	200	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	3	305	1381	297	135	23	0
2.1. Militares	0	0	3	305	1381	297	135	23	0
2.2. Cíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	8	10	8	9	15
3.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	1	0	0	0	0
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	5	1	0	0
3.3. Funções Gratificadas	0	0	0	2	7	5	7	9	15
4. Totais (1+2)	0	4	34	1083	4919	2300	371	126	73

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIGPES / SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores em cargos efetivos											
Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2012	297.768.132,70	17.502.000	7.334.731,70	30.842.362,04	25.341.757,95	2.538.243,21	13.887.439,57	11.723.848,55	5.837,69	389.459.855,41
	2011	261.391.363,13	18.064,48	5.651.598,85	65.865.926,55	37.176.790,92	2.067.444,27	19.378.573,75	322.064,68	12.747,48	354.164.174,72
	2010	174.487.626,53	16.832,94	3.079.081,14	69.307.120,58	27.764.683,49	913.697,31	10.015.734,35	260.839,45	3.213,28	374.504.889,78
Civis											
Exercícios	2012	12.097.805,78	0,00	6.265.068,67	2.506.992,61	1.551.133,66	835.683,90	798.707,70	14.001,74	0,00	24.069.394,06
	2011	9.845.207,52	0,00	8.970.941,81	892.952,79	1.379.477,27	781.973,07	269.907,86	0,00	0,00	22.140.460,12
	2010	15.555.523,64	0,00	10.121.329,45	3.451.667,31	2.158.612,37	767.693,16	318.660,30	78.451,35	0,00	32.451.182,77
Servidores com Contratos Temporários											
Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serv. Militar Obrigatório)											
Exercícios	2012	32.289.396,28	0,00	4.517.284,11	339.417,99	1.357.381,00	370.863,00	4.704.876,90	97.944,07	0,00	43.677.163,35
	2011	21.018.020,15	0,00	2.859.820,07	2.182.942,66	5.188,30	5.236,00	5.811.552,63	5.398,00	0,00	25.495.249,48
	2010	17.254.706,99	0,00	5.939.634,73	2.375.205,20	635.616,11	0,00	400.048,53	188,07	0,00	22.611.112,25
Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Militares											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Civis											
Exercício	2012	347.881,10	68.875,10	63.504,40	80.804,91	47.223,25	95.572,72	0,00	0,00	0,00	640.861,48

cios	2011	93.874,14	27.233,88	40.393,52	62.781,37	10.944,00	11.083,35	0,00	0,00	0,00	246.310,26
	2010	0,00	0,00	25.388,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.388,64
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Civis											
Exercícios	2012	1.402.121,97	108.530,61	316.897,66	620.105,55	148.189,72	129.761,87	534,00	2.748,61	0,00	17.641.756,66
	2011	915.714,15	155759,74	854.592,62	50499,2	93582,08	66750	0,00	0,00	0,00	2.136.898,39
	2010	900.876,34	263688,47	256.250,54	600995,26	106241,17	67426,71	6.904,50	0,00	0,00	2.110.976,04

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Essa informação é gerenciada pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Essa informação é gerenciada pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Essa informação é gerenciada pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O DEPENS realiza gestões de Recursos Humanos voltados para as atividades de Ensino, como Docentes e Discentes. Assim, há que se olhar sob esses dois prismas e sob os níveis superior e técnico. No que se refere à necessidade de técnicos vistos como instrutores, fatores como a reativação do Curso de Formação de Sargentos da especialidade Bombeiro de Aeronáutica (CFS-SBO) e a redução do efetivo de algumas especialidades, tais como BFT e BMT ratificam e ampliam as necessidades de pessoal, verificadas em 2011.

Atualmente, os picos de demanda de instrutores externos estão por conta das especialidades BFT (devido à saída de três instrutores no ano de 2012 e à expectativa de transferência de um militar, afastado das atividades por motivo de saúde), BMT (saída de dois instrutores que foram aprovados em concursos), SAD (cujo quantitativo anual de instruendos aumentou de 120 para 200 em menos de 4 anos), SDE (devido à migração do curso de desenho do EAGS para o CFS, atualmente já implantado na EEAR), SGS (devido à nova visão do COMAER tocante ao emprego da tropa de Infantaria), SBO (visando cumprir os requisitos de segurança aérea nacional e internacional, desvinculando esta especialidade da SGS e vinculando-a exclusivamente ao campo de Bombeiro), SCF (em virtude de não haver instrutores na EEAR com curso de capacitação e experiência prática para ministrar as disciplinas Sensoriamento Remoto e Cartografia Automatizada) e SIN (em virtude da necessidade atual de formar especialistas desta área para compor o efetivo das organizações do COMAER, que tem se modernizado em ritmo acelerado, tendo sido intensificado o uso de equipamentos eletrônicos e informatizados, que geram demanda urgente de técnicos de operação e manutenção. Os pertencentes ao efetivo da EEAR estão aquém do quantitativo necessário para uma pronta resposta as necessidades da demanda de serviços dessa especialidade, visando manter os setores da EEAR em plena operação, ficando assim, impossibilitados de uma contribuição maior na instrução).

Com relação à especialidade SMU, há que se observar que são 5 instrutores efetivos, porém se completa a necessidade, segundo cada instrumento, com militares do efetivo da Banda de Música da EEAR. Em 2012 foram 11 instrutores auxiliares compondo o quadro de instrutores da GSMU.

A EEAR conta com o apoio do DECEA na disponibilização de profissionais em atividade nos mais diversos órgãos de controle para complementar o quadro de instrutores. No ano de 2012 o DECEA disponibilizou setenta e nove graduados no primeiro semestre e cinquenta e três no segundo, como apoio nas instruções práticas e teóricas da GBCT.

Em que pese a superação das expectativas de capacitação prevista no PTA, a pouca disponibilidade de recursos financeiros para a reciclagem de pessoal, ferramenta essencial para que a missão dessa Organização seja cumprida, a EEAR, como maior complexo de ensino técnico da América Latina, formadora, em média, de 1200 profissionais a cada ano, ainda vê instrutores e professores serem capacitados profissionalmente por meios próprios, utilizando-se do autodesenvolvimento para elevação do nível de escolaridade e de realização de cursos de interesse pessoa.

Como solução alternativa, anualmente são solicitados Cursos/Estágios que visam proporcionar atualização com a aquisição de novos conhecimentos que possam ser transmitidos aos alunos desta Escola e divididos com os demais militares envolvidos na instrução.

Os militares responsáveis pela orientação dos discentes, supervisão dos Cursos e elaboração de materiais didáticos a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem são alvos que são prioritariamente contemplados, alocando-se os recursos anuais necessários à efetivação do Plano de Capacitação, sintetizado na ICA 37-353, Programa de Atividades Escolares da EEAR, que busca qualificar com excelência o efetivo de profissionais desta Escola voltado para formação de seus alunos.

O nível de escolaridade dos instrutores é fator muito importante para a formação dos alunos, visto que os conhecimentos adquiridos acrescentam ao docente capacitação e segurança ao lecionar. As tabelas (I e II) demonstram a quantidade de Suboficiais, Sargentos e Professores civis voltados exclusivamente para a atividade de ensino no âmbito da EEAR, com os respectivos graus de escolaridade.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu no período.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não ocorreu no período.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: ACADEMIA DA FORÇA AÉREA - AFA													
UG/Gestão: 120060/00001							CNPJ: 00.394.429/0002-91						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Contratos 003/AFA/2011; 005/AFA/2011; 006/AFA/2011	01.092.071/0001-24	01/05/11	29/06/13	-	-	-	-	1	1	P
Observação: São 72 funcionários nos seguintes cargos: 01 Encarregado, 01 Auxiliar de encarregado, 50 Auxiliares de Limpeza, 01 Jardineiro, 01 Motorista, 03 Ajudantes de motorista, 04 Tratoristas, 11 Auxiliares de jardinagem.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA													
UG/Gestão: 120024/00001							CNPJ: 00.394.429/0113-07						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	05/CIAAR/2010	04.712.320/0001-25	01/07/2010	30/04/2013	35	35	-	-	-	-	P
Observação:													

Unidade Contratante													
Nome: ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA - EEAR													
UG/Gestão: 120064/0001							CNPJ: 00.394.429/0053-31						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	005/EEAR/2010	02.666.114/0001-09	12/07/10	12/07/13	-	-	-	-	01	01	P
<p>Observação: Não foi exigido no edital convocatório/contrato o nível de escolaridade dos funcionários da contratada, exceto o de nível superior em Engenharia Agrônoma para um funcionário.</p> <p>São 53 funcionários nos seguintes cargos: 01 Encarregado, 26 Auxiliares de Limpeza, 07 Auxiliares de Limpeza Hospitalar, 14 Jardineiros, 01 Motorista, 01 Tratorista, 01 Limpador de Vidros, 01 Auxiliar de Serviços Gerais e 01 Encarregado de Áreas Verdes.</p>													

Unidade Contratante													
Nome: ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR													
UG/Gestão: 120025/0001							CNPJ: 00.394.429/0056-84						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	008/EPCAR/2010	10.479.861/0001-58	09/08/10	08/08/14	8	8	4	4	0	0	P
2010	L	O	011/EPCAR/2010	17.093.295/0001-90	09/12/10	08/12/14	15	15	5	5	0	0	P
<p>Observação: Não foi exigido no edital convocatório/contrato o nível de escolaridade dos funcionários da contratada.</p>													

Unidade Contratante													
Nome: FAZENDA DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA													
UG/Gestão: 120065/00001							CNPJ: 00.394.429/0097-52						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato ⁱ	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados ⁱⁱ						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	2/FAYS/2011	60.924.040/0001-51	01/06/11	31/07/13	0	5	0	3	0	0	A
Observação: O contrato teve por objeto a execução dos serviços de conservação e limpeza, de acordo com o Decreto 2.271/97, não exigindo nível de escolaridade para o desempenho das funções, apenas o resultado esperado da contratação: a UJ limpa e conservada. Existem funcionários com ensino fundamental incompleto.													

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA													
UG/Gestão: 120054/00001							CNPJ: 00394429/0058-46						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	06/2010	05.703.030/0001-88	16/04/10	14/04/13							P
Observação: O contrato contempla a limpeza da UNIFA e das seis Organizações apoiadas e não exige nível de escolaridade.													

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: FAZENDA DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA													
UG/Gestão: 120065/00001							CNPJ: 00.394.429/0097-52						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	03/FAYS/11	60.924.040/0001-51	01/06/11	01/07/13	0	10	0	13	0	3	A
<p>Observações: O contrato teve por objeto a execução dos serviços agroindustriais para manutenção das atividades inerentes ao funcionamento da UJ, de acordo com o Decreto 2.271/97, não exigindo nível de escolaridade para o desempenho das funções, apenas o resultado esperado da contratação, de maneira que a FAYS possa ocupar produtivamente a áreas sob sua responsabilidade com atividades agroindustriais, suprir as Organizações Militares da área do IV COMAR sediadas no estado de São Paulo, com gêneros de sua produção e/ou beneficiamento, abastecer o pessoal militar e civil da Guarnição, através de um serviço de Reembolsável e comercializar o excedente da produção. Atividades ligadas diretamente à missão da organização. Existem funcionários com educação básica, ensino fundamental, médio e superior incompleto.</p>													
<p>LEGENDA Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;e 14. Outras.</p>							<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>						

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA													
UG/Gestão: 120054/00001						CNPJ: 00394429/0058-46							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	02/2009	05.703.030/0001-88	17/03/09	13/03/13	-	-	-	-	-	-	P
Observações: O contrato em vigor não exige nível de escolaridade													

Fonte: SIASG

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

A UJ não possui estagiários em sua estrutura.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A gestão da frota é realizada por meio das Seções de Transportes de Superfície de cada UJ.

A Legislação que regulamenta a distribuição, utilização e o controle dos veículos são as Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) 75-1, de 22 Abr 2000 – Combustíveis e Lubrificantes; 75-2, de 15 Mar 2004 – Instrução para Alienação de Veículos de Transporte de Superfície; 75-6, de 8 Dez 2011 – Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície, 174-1, de 13 Nov 2007 – Controle Interno das Unidades gestoras, e a TCA 75-1, de 26 Jul 2011 – Tabela de Dotação de Veículos do Comando da Aeronáutica.

Este Departamento e as Organizações subordinadas utilizam frota própria para a execução da sua missão, não se utilizando de frota terceirizada.

O transporte terrestre aumentou de importância nos últimos anos para as Organizações subordinadas a este Departamento. No caso da AFA, da EEAR e da EPCAR, devido ao fato de estarem afastadas dos grandes centros onde se localizam as Organizações às quais estão subordinadas administrativamente ou operacionalmente e devido ao grande número de integrantes dos corpos docente e discente, aos quais prestam apoio de transporte para a participação em cursos, visitas, estágios e demais atividades culturais. Além do apoio em viagens para internações, consultas e acompanhamento médico em Hospitais da Aeronáutica, localizados nos grandes centros.

No CIAAR, o uso do transporte terrestre intensificou-se nos últimos anos devido ao apoio prestado nas ações necessárias à transferência daquela Organização, de Belo Horizonte para Lagoa Santa, prestando serviço aos efetivos nas duas localidades, durante o período de integração das atividades.

No caso da FAYS, a frota de veículos caracteriza-se pela grande diversificação, tendo em vista o uso dessas viaturas em atividades administrativas, fiscalizadoras, produtoras e de distribuição da produção. Com isso, a FAYS possui viaturas para transporte de pessoal, de cargas e possui tratores, sendo esses últimos a maioria.

Devido ao uso intenso e constante, em diversas finalidades, de viaturas com diferentes características, o custo de manutenção torna-se mais vantajoso em relação à locação de veículos. Além do aspecto econômico, a condição de viatura militar, para emprego no deslocamento de tropas, em situações de calamidade ou conflito, remete a precedência da aquisição em lugar da locação. Além do que poderia haver perda de flexibilidade e da pronta-resposta diante de solicitações de transporte imediatas.

Outro dado a ser levado em consideração é a aquisição de veículos que contradizem as normas especificadas pelo CODIGO BRASILEIRO DE TRANSITO - CBT (Ex.: caminhão militar código P-7; camioneta tipo S.10 OU RANGER, com toldo e bancos laterais), o que dificulta o emplacamento, pois o DETRAN emplaca os referidos veículos como carga, o que impossibilita o seu uso para o fim que se destina (transporte de pessoal na parte traseira).

A seguir, são apresentadas as frotas em serviço em cada UJ consolidada neste relatório.

As tabelas abaixo discriminam a quantidade de veículos, separados em três grupos distintos, segundo a classificação dada pela TCA 75-1/2011. A coluna “D” informa a média anual de quilômetros rodados, a coluna “E” a idade média da frota e a coluna “F” os custos associados à manutenção da frota (serviços de manutenção terceirizados + peças substituídas saídas do estoque + licenciamento).

CIAAR

TABELA 29. 1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DO CIAAR

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
P-1	Veículo Especial	Automóvel de 4 portas.	2	23.693	7	R\$ 865,07

P-2	Veículo de Serviço	Automóvel de 2 ou 4 portas.	4	46.062	5	R\$ 3.527,90
P-3	Utilitário (Caminhonete)	Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	6	106.242	3	R\$ 1.758,85
P-4	Jipe	Veículo de serviço de múltiplo uso, para transporte de 4 a 5 pessoas, com tração em 2 ou 4 rodas.	1	66	16	R\$ 184,38
P-5	Microônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 17 a 30 pessoas sentadas.	1	3.043	11	R\$ 3.898,51
P-6	Ônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade superior a 31 pessoas sentadas.	1	2.426	13	R\$ 2.756,38
P-7	Caminhão Militar	Veículo com cobertura tipo toldo e bancos laterais e/ou centrais escamoteáveis, para transporte de tropas.	1	192	2	R\$ 293,05
P-10	Motocicleta Trail	Veículo destinado às atividades de patrulhamento policial em áreas acidentadas ou de difícil acesso.	2	1.971	2	R\$ 401,46
P-14	Van	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 10 a 16 pessoas sentadas.	3	39.420	4	R\$ 1.354,17
P-15	Carro Patrulha	Veículo de porte médio, para serviço de patrulhamento policial.	2	18.577	3	R\$ 1.789,56
TOTAL			23	241.692	X	R\$ 16.829,33

TABELA 30. 2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DO CIAAR

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
C-1	Caminhão Leve	Veículo com carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga menor ou igual a 6 ton.	1	6.157	2	R\$ 173,98
C-4	Furgão Leve	Veículo fechado, com capacidade e carga menor ou igual a 2 ton.	2	4.464	5	R\$ 1.912,17
C-6	“Pick up” Cabine Simples	Veículo com caçamba, cabine simples e capacidade de carga menor ou igual 1,5 ton.	2	...	12	R\$ 312,86
TOTAL			5	10.621	X	R\$ 2.399,01

TABELA 31. 3º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESPECIALIZADO DO CIAAR

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
E-1	Ambulância de Remoção	Veículo com um ou mais leitos, para remoção de pacientes.	4	3.112	5	R\$ 493,12
E-2	Ambulância UTI	Veículo com um ou mais leitos, dotado de equipamentos de emergência tipo UTI.	4	5.205	5	R\$ 457,62
E-5	Carro Basculante	Veículo tipo caçamba, com carroceria basculante.	1	...	13	R\$ 105,28
E-11	Trator Industrial	Veículo destinado à tração de pequenas carretas, aeronaves e outros tipos de equipamentos de apoio ao solo (EAS).	2	...	24	R\$ 39,75
E-14	Micro Trator com aparador de Grama	Veículo de pequeno porte para serviços de corte de grama.	1	0	8	R\$ 8,00
TOTAL			12	8.317	X	R\$ 1103,77

É apresentado, na tabela a seguir, o plano de substituição da frota:

TABELA 32. VEÍCULOS DISPONIBILIZADOS PARA ALIENAÇÃO DO CIAAR

Código	Registro FAB	Motivo
C-6	01DC028	Renovação da frota de viatura de transporte de militares em atividades de campanha, em virtude de ter ultrapassado o seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando no aumento do custo de manutenção, aumento de consumo de combustível e maior tempo de indisponibilidade.
C-6	00DP047	Renovação da frota de viatura de transporte de militares em atividades de campanha, em virtude de ter ultrapassado o seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando no aumento do custo de manutenção, aumento de consumo de combustível e maior tempo de indisponibilidade.
E-2	00DE277	Renovação da frota de viatura de transporte de pacientes para o hospital em Lagoa Santa, em virtude de ter ultrapassado o seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando no aumento do custo de manutenção, aumento de consumo de combustível e maior tempo de indisponibilidade.
E-5	00DE262	Renovação da frota da viatura de grande porte, em virtude de ter atingido o limite do seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando aumento do custo de manutenção e maior tempo de indisponibilidade.
E-11	83DE289	Veículo com quase 30 anos de uso, atingindo o limite do seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6. A disponibilidade de peças no mercado é escassa, ocasionando maior tempo de indisponibilidade.
P-2	AG.REG FAB	Renovação da frota de viatura de transporte de pessoal, bastante utilizada nas missões de rotina internas e externas, em virtude de ter ultrapassado o seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando no aumento do custo de manutenção, aumento de consumo de combustível e maior tempo de indisponibilidade.
P-2	08BP108	Viatura se encontra com avarias na carroceria em virtude de capotamento, não sendo possível manutenção de para-brisas e portas devido a empenamento do chassi monobloco, também causando constantes problemas de alinhamento, balanceamento e cambagem da viatura.
P-3	08BP044	Viatura se encontra com avarias de direção, embreagem e panes elétricas, com elevado custo para manutenção corretiva.
P-5	02DP136	Renovação da frota de viaturas de médio porte, em virtude de estar atingindo em 2012 o limite do tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando no aumento do custo de manutenção, aumento do consumo de combustível, maior tempo de indisponibilidade, necessitando, por vezes, a locação de outra viatura similar para o cumprimento das missões.
P-6	00DP001	Renovação da frota da viatura de grande porte, em virtude de ter atingido o limite do seu tempo de vida útil, conforme previsto na ICA 75-6, ocasionando aumento do custo de manutenção e maior tempo de indisponibilidade, necessitando, por vezes, a locação de outra viatura similar para o cumprimento das missões.

TABELA 33. (G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DO CIAAR

Prioridade	Cód.	Tipo de Veículo	Solicitado	Previsto em (A)	Existe	Justificativa
1	P-6	Ônibus	3	3	1	Aumento da frota de veículos para transporte coletivo, com capacidade superior a 31 pessoas sentadas, em virtude do aumento do número de alunos nos cursos ministrados pelo CIAAR e de soldados após a unificação do Batalhão de Infantaria CIAAR/PAMALS, para transporte desses alunos em visitas de instrução ao PAMALS ou nas empresas e escolas da cidade de Belo Horizonte, nos deslocamentos de rotina de expediente no trecho CIAAR/PAMALS e PAMALS/CIAAR.
2	P-5	Micro-ônibus	2	2	1	Completamento da frota de viaturas de médio porte, conforme previsto na Tabela de Dotação de Viaturas do CIAAR, em virtude do aumento do número de missões ocasionadas pela inauguração do novo Batalhão de Infantaria localizado no PAMALS, transporte dos alunos nas visitas de instrução ao PAMALS ou nas empresas e escolas da cidade de Belo Horizonte.
3	P-3	Utilitário	1	2	5	Veículo de porte médio destinado ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para até nove pessoas, necessário nas atividades de rotina deste centro de instrução.
4	E-16	Caminhão Equip. c/ Elevador Hidráulico e Cesto Aéreo	1	1	0	Viatura não existente em nossa frota e prevista na TDV do CIAAR, sendo de grande utilidade para a execução de serviços de rotina deste Centro de Instrução, tais como: poda de galhos, manutenção de telhados, rede elétrica e fachada de prédios.
5	E-15	Caminhão Equip. c/ Guindaste Hidráulico	1	0	0	Viatura tipo Caminhão MUNCK, não existente em nossa frota, porém de grande utilidade nas atividades de deslocamento de cargas, ocasionadas nas atividades de campanha, montagem e desmontagem do Hospital de Campanha que regularmente atende às instruções dos alunos dos cursos CAMAR, CADAR, CAFAR, eventos como o Domingo Aéreo, descarga de materiais na área operacional e demais atividades de rotinas deste Centro de Instrução.
6	P-11	“Pick up” Cabine dupla	1	0	0	Veículo de porte médio destinado ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para cinco pessoas e capacidade mínima de carga de 1.000 Kg, necessário nas atividades de rotina deste centro de instrução e no apoio às atividades de campanha dos alunos e recrutas.
7	E-12	Trator de Rodas	2	2	0	Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim, necessário nas atividades de rotina do Setor de Serviços Gerais deste Centro de Instrução e nas futuras instalações do novo CIAAR com área verde mais extensa do que as atuais.
8	E-5	Carro-Bascalante	2	2	1	Completamento da frota de viaturas, utilizadas no serviço de coleta de entulhos na área interna desta organização militar, evitando a possibilidade de proliferação de insetos, animais peçonhentos e doenças, como a dengue, prejudiciais à saúde do nosso efetivo.
9	E-10	Empilhadeira	1	1	0	Veículo destinado à movimentação de carga, necessário nas atividades operacionais deste Centro de instrução e principalmente após a unificação do Setor de Operações CIAAR/PAMALS.
10	C-1	Caminhão Leve	1	2	1	Veículo de porte médio destinado ao transporte de carga, necessário nas atividades de rotina deste centro de instrução e no apoio às atividades de campanha dos alunos e recrutas.

11	E-25	Reboque Cão	1	0	0	Veículo destinado ao transporte de cães existentes nesta OM, tanto em missões de rondas diurnas e diurnas, quanto em missões externas.
12	C-9	Reboque Carga	1	0	0	Veículo necessário ao transporte de materiais em atividades de campanha e missões internas e externas de rotina desta OM.
13	E-21	Outros tipos	1	1	0	Veículo previsto na TDV do CIAAR, em função da alienação do CCI AC-3 83DB220, sendo necessário um outro veículo para apoio as edificações na parte de prevenção contra incêndio do CIAAR.
14	E-14	Micro Trator	1	2	1	Veículo previsto na TDV do CIAAR, sendo de grande utilidade para a manutenção das áreas verdes desta OM.

Na tabela a seguir é apresentada a solicitação de alteração na Tabela de Dotação de Veículos (TVD), prevista na legislação.

TABELA 34. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS (TVD) DO CIAAR

Prior.	Cód.	Tipo de Veículo	TDV atual	TDV desej.	Existe	Justificativa
1	P-3	Utilitário	2	5	5	Alta demanda de missões que necessitam de transporte para militares e alunos deste centro para diversos lugares em Belo Horizonte, Lagoa Santa e Confins.
2	P-14	Van	2	3	3	Alta demanda de missões que necessitam de transporte de militares e alunos deste centro para diversos lugares em Belo Horizonte, Lagoa Santa e Confins.
3	E-1	Ambulância de Remoção	1	4	4	Devido a união dos hospitais do CIAAR e do PAMA-LS, as ambulâncias passaram a ficar sob a guarda do CIAAR, havendo necessidade de adequação da quantidade de viaturas deste tipo.
4	E-2	Ambulância UTI	1	3	4	Devido a união dos hospitais do CIAAR e do PAMA-LS, as ambulâncias passaram a ficar sob a guarda do CIAAR, havendo necessidade de adequação da quantidade de viaturas deste tipo.
5	C-6	“Pick up” Cabine Simples	1	2	2	Veículo necessário nas atividades de rotina deste centro de instrução e no apoio às atividades de campanha dos alunos e recrutas.
6	E-15	Caminhão Equip. c/ Guindaste Hidráulico	0	1	0	Viatura tipo Caminhão MUNCK, não existente em nossa frota, porém de grande utilidade nas atividades de deslocamento de cargas, ocasionadas nas atividades de campanha, montagem e desmontagem do Hospital de Campanha que regularmente atende às instruções dos estagiários do CAMAR, CADAR, CAFAR e EAOEAR, eventos como o Domingo Aéreo, descarga de materiais na área operacional e demais atividades de rotinas deste Centro de Instrução.
7	P-11	“Pick up” Cabine dupla	0	1	0	Viatura não existente em nossa frota. De porte médio e destinado ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para cinco pessoas e capacidade mínima de carga de 1.000 Kg, sendo necessária às atividades de rotina deste Centro de Instrução e no apoio às atividades de campanha dos alunos e recrutas.
8	E-25	Reboque Cão	0	1	0	Veículo destinado ao transporte de cães existentes nesta OM, tanto em missões de rondas diurnas e diurnas, quanto em missões externas.
9	C-9	Reboque Carga	0	1	0	Veículo necessário ao transporte de materiais em atividades de campanha e missões internas e externas de rotina desta OM.

EEAR

TABELA 35. 1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DA EEAR

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
P-1	Veículo Especial	Automóvel de 4 portas.	3	4.501	10	R\$ 1.979,19
P-2	Veículo de Serviço	Automóvel de 2 ou 4 portas.	2	29.261	4	R\$ 1.669,00
P-3	Utilitário (Caminhonete)	Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	7	10.081	6	R\$ 10.404,81
P-6	Ônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade superior a 31 pessoas sentadas.	4	7.403	8	R\$ 15.005,76
P-7	Caminhão Militar	Veículo com cobertura tipo toldo e bancos laterais e/ou centrais escamoteáveis, para transporte de tropas.	1	3.508	1	R\$ 225,28
P-10	Motocicleta Trail	Veículo destinado às atividades de patrulhamento policial em áreas acidentadas ou de difícil acesso.	4	2.245	3	R\$ 1.473,68
P-11	“Pick up” Cabine Dupla	Veículo de porte médio destinado ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para 5 pessoas e capacidade de carga máxima de 1 ton.	4	28.488	9	R\$ 2.767,33
P-12	Carro de Operações	Veículo destinado ao transporte de tripulações e equipagens.	1	3.815	1	R\$ 816,35
P-13	Carro de Presos	Veículo de porte médio, com área própria para transporte de presos.	1	6.953	6	R\$ 3.688,39
P-14	Van	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 10 a 16 pessoas sentadas.	5	26.188	6	R\$ 23.505,44
P-15	Carro Patrulha	Veículo de porte médio, para serviço de patrulhamento policial.	3	17.988	2	R\$ 2.189,12
TOTAL			35	439.636	X	R\$ 63.724,35

TABELA 36. 2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DA EEAR

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
C-1	Caminhão Leve	Veículo com carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga menor ou igual a 6 ton.	1	4.391	8	R\$ 3.671,21
C-2	Caminhão Médio/Pesado	Veículo com carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga superior a 6 ton.	1	6.073	11	R\$ 1.388,88
C-4	Furgão Leve	Veículo fechado, com capacidade e carga menor ou igual a 2 ton.	1	14.287	5	R\$ 1.701,61
C-6	“Pick up” Cabine Simples	Veículo com caçamba, cabine simples e capacidade de carga menor ou igual 1,5 ton.	2	1.007	13	R\$ 3.851,43
TOTAL			5	26.765	X	R\$ 10.613,13

TABELA 37. 3º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA EEAR

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
E-1	Ambulância de Remoção	Veículo com um ou mais leitos, para remoção de pacientes.	2	13.377	4	R\$ 4.360,01
E-2	Ambulância UTI	Veículo com um ou mais leitos, dotado de equipamentos de emergência tipo UTI.	2	11.376	5	R\$ 1.849,21
E-5	Carro Basculante	Veículo tipo caçamba, com carroceria basculante.	1	0	35	R\$ 105,28
E-10	Empilhadeira	Veículo destinado à movimentação de carga.	2	...	16	R\$ 226,49
E-11	Trator Industrial	Veículo destinado à tração de pequenas carretas, aeronaves e outros tipos de equipamentos de apoio ao solo (EAS).	1	...	16	R\$ 0,00
E-12	Trator de Rodas	Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim.	1	0	15	R\$ 0,00
E-14	Micro Trator com Aparador de Grama	Veículo de pequeno porte para serviços de corte de grama.	2	0	11	R\$ 0,00
E-21	Outros tipos	Veículos que não se enquadram nos tipos definidos em outros itens.	1	1.744	3	R\$ 195,03
TOTAL			12	51.249	X	R\$ 6.736,02

É apresentado na tabela a seguir o plano de substituição da frota:

TABELA 38. PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA DA EEAR

Código	Registro FAB	Motivo
C-2	01 DC 064	Para atender a mensagem telegráfica 399/DP21/030912.
E-5	77 DE 258	Por estar deteriorado em função de seu grande tempo de utilização e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
E-10	89 CE 124	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
E-14	00 DE 136	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
E-14	02 DE 065	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
P-1	95 CP 083	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
P-3	02 CP 154	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
P-3	05 CP 026	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.
P-14	01 DP 006	Por estar com seu tempo de utilização vencido e sua recuperação contrariar o princípio da economicidade.

Veículos disponibilizados para alienação

TABELA 39. (G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DA EEAR

Prior.	Cód.	Tipo de Veículo	Solicitado	Previsto em (A)	Existe	Justificativa
1	P-6	Ônibus	2	6	3	Tal solicitação se faz necessária visando à grande demanda de transporte de alunos nas diversas atividades curriculares, onde podemos destacar MARESAER, OCA (Olimpíadas do Corpo de Alunos), ESM-Escola, quando os alunos têm que ser movimentados para atividades na DAA (Divisão de Apoio Aéreo), chegando, muitas vezes à trezentos passageiros.
2	P-6	Ônibus rodoviário	2	6	1	A EEAR conta com apenas um ônibus tipo rodoviário para transportar alunos desta OM para estágio de formação profissional, visitas de instrução em diversas localidades como: CBC em Ribeirão Pires/SP, PAMA/SP, PAME/RJ, PAMA/GL, IMBEL e HELIBRÁS em Itajubá/MG, etc., além da participação em eventos tipo MARESAER, muitas vezes realizados em outras localidades. A fim de melhor atender tais instruções programadas para a formação dos alunos, que totalizam aproximadamente 2.000 militares, solicita-se a possibilidade de fornecer um ônibus tipo rodoviário com o motor localizado na parte traseira do veículo, com ar condicionado e toailete.
3	P-2	Veículo de serviço	3	5	2	A EEAR necessita desse tipo de veículo para transportar alunos desta OM envolvidos em visitas de instrução em diversas localidades como: CBC em Ribeirão Pires/SP, PAMA/SP, PAME/RJ, PAMA/GL, IMBEL e HELIBRÁS em Itajubá/MG, etc., além de apoiar também os usuários do SAME/FUNSA em visitas médicas e internações em Unidades Militares e clínicas conveniadas.
4	E-10	Empilhadeira	2	2	2	Para ser utilizada no carregamento / descarregamento de cargas em aeronaves na Divisão de Apoio Aéreo, acondicionamento e movimentação de itens aeronáuticos da DAA (Divisão de Apoio Aéreo), material da Seção de Subsistência, material utilizado em acampamento, de fardamento, entre outros.
5	P-5	Micro-ônibus rodoviário	2	2	0	A EEAR necessita desse tipo de veículo para transportar alunos desta OM envolvidos em visitas de instrução em diversas localidades como: CBC em Ribeirão Pires/SP, PAMA/SP, PAME/RJ, PAMA/GL, IMBEL e HELIBRÁS em Itajubá/MG, etc. Solicita-se ainda que sejam do tipo Rodoviário, a fim de melhor atender tais instruções programadas para a formação dos alunos, que totalizam aproximadamente 2.000 militares.
6	P-1	Veículo especial	1	2	3	Apesar de possuir três veículos com essas características, um está em processo de descarga e o outro já está com seu tempo máximo de utilização ultrapassado em cinco anos (Santana 02CP085). Tal solicitação se faz necessária, pois a EEAR tem sediado diversos tipos de eventos, entre eles, recentemente, a 2ª Reunião de Diretores do Sistema de Material Aeronáutico e Bélico (REUDIR), quando compareceram sete oficiais-generais e quatro oficiais superiores, além de contar, por diversas vezes, por ocasião de Formaturas do CFS e EAGS, com a presença do Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica e outras autoridades.
7	C-2	Caminhão	2	1	1	Para ser utilizado no transporte de cargas, tais como itens aeronáuticos da DAA (Divisão de Apoio Aéreo), material da Seção de Subsistência utilizado em eventos, transporte de material utilizado em

		médio / pesado				acampamento, transporte de fardamento, entre outros.
--	--	----------------	--	--	--	--

8	P-16	Quadriciclo	2	0	0	Para serem utilizadas na Divisão de Apoio Aéreo em escoltas e rondas em todo o perímetro da pista e em localidades de difícil acesso.
9	E-1	Ambulância de remoção 4X4	1	3	2	A EEAR possui, atualmente, duas ambulâncias de remoção. A solicitação de uma ambulância de remoção visa completar nossa dotação conforme prevê a TDV, a fim de melhor atender às necessidades do setor de saúde desta Escola que está envolvida em diversas atividades programadas para a formação dos alunos (marchas, acampamentos, treinamento de tiro, etc.), cujo efetivo é de aproximadamente 2.000 militares, além de transportar pacientes de baixo risco em transferências Inter hospitais ou para realização, em pacientes internados, de exames complementares em clínicas credenciadas. Solicita-se que seja dotada com tração 4 x 4, a fim de atender às instruções que são realizadas em campo.
10	E-7	Carro guincho-socorro pesado	1	1	0	A EEAR carece desse tipo de veículo nos momentos em que necessita realizar serviços de apoio às viaturas desta OM quando em pane fora da sede, assim como aos veículos de outras OM em trânsito por esta região, visto que a EEAR está localizada num importante trecho entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Ressalta-se que a viatura solicitada visa atender ainda às normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
11	E-21	Outros tipos	1	1	1	Pick-up cabine dupla equipada com escada giratória para alcance mínimo de 12m, com duas caixas nas laterais para EPI/EPC/ferramentas, com dois refletores articulados e dois suportes para escadas. Este veículo se faz necessário para atender à Seção Elétrica dessa Escola, a fim de possibilitar as manutenções preventivas e corretivas de 20 km de rede elétrica de baixa tensão, 9 km de rede de média tensão, centenas de luminárias de iluminação pública e de sessenta e três transformadores de média tensão instalados em poste, em uma área densamente arborizada e que requer podas constantes e, ainda, prestar serviços de manutenção nas instalações elétricas de baixa tensão das Vilas Residenciais, quatrocentos e quinze PNR, no Aeródromo e em toda a área administrativa da EEAR, realizando em média oitocentas ordens de serviço por ano.

Na tabela a seguir é apresentada a solicitação de alteração na Tabela de Dotação de Veículos (TVD), prevista na legislação.

TABELA 40. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS (TVD) NA EEAR

Prior.	Cód.	Tipo de Veículo	TDV atual	TDV desej.	Existe	Justificativa
1	P-6	Ônibus + Ônibus rodoviário	6	8	4	Tal solicitação se faz necessária visando à grande demanda de transporte de alunos nas diversas atividades curriculares, onde podemos destacar MARESAER, OCA (Olimpíadas do Corpo de Alunos), ESM-Escola, quando os alunos têm que ser movimentados para atividades na DAA

						(Divisão de Apoio Aéreo), chegando, muitas vezes à trezentos passageiros.
2	E-10	Empilhadeira	2	3	2	Para ser utilizada no carregamento/descarregamento de cargas em aeronaves na Divisão de Apoio Aéreo, acondicionamento e movimentação de itens aeronáuticos da DAA (Divisão de Apoio Aéreo), material da Seção de Subsistência, material utilizado em acampamento, de fardamento, entre outros.
3	P-1	Veículo especial	2	3	3	Apesar de possuir três veículos com essas características, um está em processo de descarga e o outro já está com seu tempo máximo de utilização ultrapassado em cinco anos (Santana 02CP085). Tal solicitação se faz necessária, pois a EEAR tem sediado diversos tipos de eventos, entre eles, recentemente, a 2ª Reunião de Diretores do Sistema de Material Aeronáutico e Bélico (REUDIR), quando compareceram sete oficiais-generais e quatro oficiais superiores, além de contar, por diversas vezes, por ocasião de Formaturas do CFS e EAGS, com a presença do Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica e outras autoridades.
4	C-2	Caminhão médio / pesado	1	2	1	Para ser utilizado no transporte de cargas, tais como itens aeronáuticos da DAA (Divisão de Apoio Aéreo), material da Seção de Subsistência utilizado em eventos, transporte de material utilizado em acampamento, transporte de fardamento, entre outros.
5	P-16	Quadriciclo	0	2	0	Para serem utilizadas na Divisão de Apoio Aéreo em escoltas e rondas em todo o perímetro da pista e em localidades de difícil acesso.
6	E-21	Outros tipos	1	2	1	Pick-up cabine dupla equipada com escada giratória para alcance mínimo de 12m, com duas caixas nas laterais para EPI/EPC/ferramentas, com dois refletores articulados e dois suportes para escadas. Este veículo se faz necessário para atender à Seção Elétrica dessa Escola, a fim de possibilitar as manutenções preventivas e corretivas de 20 Km de rede elétrica de baixa tensão, 9 Km de rede de média tensão, centenas de luminárias de iluminação pública e de sessenta e três transformadores de média tensão instalados em poste, em uma área densamente arborizada e que requer podas constantes e, ainda, prestar serviços de manutenção nas instalações elétricas de baixa tensão das Vilas Residenciais, quatrocentos e quinze PNR, no Aeródromo e em toda a área administrativa da EEAR, realizando em média oitocentas ordens de serviço por ano.

EPCAR

TABELA 41. 1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DA EPCAR

CÓDIGO	TIPO	ESPECIFICAÇÃO	QNTD	KM MÉDIA ANUAL	ANOS	R\$
P-1	Veículo Especial	Automóvel de 4 portas.	2	7726,5	8	R\$ 1.695,16
P-2	Veículo de Serviço	Automóvel de 2 ou 4 portas.	3	16340	6	R\$ 864,85

P-3	Utilitário (camioneta)	Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	3	3735,33	4	R\$ 4.656,69
P-4	Jipe	Veículo de serviço de múltiplo uso, para transporte de 4 a 5 pessoas sentadas.	1	1524	15	R\$ 1.231,54
P-5	Micro-ônibus	Veículo de transporte coletivo, com capacidade de 17 a30 pessoas sentadas.	1	16342	4	R\$ 2.405,99
P-6	Ônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade superior a 31 pessoas.	3	8425,33	11	R\$ 11.883,14
P-8	Motocicleta Normal	Veículo destinado às atividades administrativas, provido de depósito para transporte de pequenos volumes.	1	535	4	R\$ 0,00
P-11	Pick-up cabine dupla	Veículo de porte médio destinado ao transporte de pessoal e carga com capacidade para 5 pessoas e capacidade de carga máxima de 1 ton.	1	2534	12	R\$ 609,45
P-14	Van	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 10 a16 pessoas sentadas.	2	23310,5	2,5	R\$ 2.793,13
P-15	Carro Patrulha	Veículo de porte médio, para serviço de patrulhamento.	4	8132	1,5	R\$ 604,49

TABELA 42. 2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DA EPCAR

CÓDIGO	TIPO	ESPECIFICAÇÃO	QNTD	Km	ANOS	R\$
C-1	Caminhão leve	Veículo com carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga menor ou igual a 6 ton.	2	5941,5	8	R\$ 1.955,77
C-4	Furgão leve	Veículo fechado, com capacidade de carga menor ou igual a 2 ton.	1	25954	4	R\$ 1.935,63
C-6	Pick-up cabine simples	Veículo com caçamba, cabine simples e capacidade de carga menor ou igual a 1,5 ton.	1	3686	10	R\$ 54,45

TABELA 43. 3º GRUPO: VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA EPCAR

CÓDIGO	TIPO	ESPECIFICAÇÃO	QNTD	Km	ANOS	R\$
E-1	Ambulância de remoção	Veículo com um ou mais leitos para remoção de pacientes.	1	1770	12	R\$ 770,00
E-2	Ambulância UTI	Veículo com um ou mais leitos, dotado de equipamentos de emergência tipo UTI.	2	5792,5	6	R\$ 1.461,10

E-5	Carro basculante	Veículo tipo caçamba com carroceria basculante.	2	2691	5,5	R\$ 3.316,00
E-12	Trator de rodas	Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim.	2	1881h	11	R\$ 1.555,51
E-21	Outros tipos	Veículos que não se enquadram nos tipos definidos e em outros itens.	7	820	8,5	R\$ 9.446,58

TABELA 44. (G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DA EPCAR

Prioridade	Cód.	Tipo de veículo	Solicitado	Previsto	Existe	Justificativa
1	P-6	Ônibus	3	6	3	Viagens de estudo e treinamentos do CPCAR.
2	P-11	Pick-up cabine dupla	1	2	2	Atender PABQ e Seção de Serviços Gerais.
3	C-6	Pick-up cabine simples	1	2	1	Manutenção de PNR e serviços gerais.
4	E-16	Caminhão com elevador hidráulico e cesto aéreo	1	1	0	Manutenção da rede elétrica e poda de árvores.
5	C-4	Furgão leve	2	3	1	Apoiar os serviços da PABQ e EPCAR.
6	P-5	Micro-ônibus	1	2	1	Viagens de estudo e treinamentos do CPCAR.
7	P-3	Utilitário	2	5	3	Missões intermunicipais de apoio.
8	P-4	Jipe	1	2	1	Apoiar instruções de campanha.
9	P-7	Caminhão militar	2	2	0	Apoiar instruções de campanha.
10	P-10	Motocicleta trail	0	4	0	Realizar patrulhas em áreas de difícil acesso.
11	E-14	Micro Trator com aparador de grama	2	2	0	Atender aos serviços da PABQ e da EPCAR.
12	E-12	Trator de rodas com roçadeira	3	2	1	De acordo com a TDV.

TABELA 45. VEÍCULOS DISONIBILIZADOS PARA ALIENAÇÃO DA EPCAR

Cód.	Registro FAB	Motivo
P-1	02CP147	Tempo de vida útil vencido, estado regular.
P-2	99CP092	Tempo de vida útil vencido, estado regular.
P-11	00DP026	Tempo de vida útil vencido, estado regular.
C-1	01DC058	Tempo de vida útil vencido, e atendendo às instruções de recolhimento da MSG N° 399/DP21/030912.
E-5	01DE396	Tempo de vida útil vencido, e atendendo às instruções de recolhimento da MSG N° 399/DP21/030912.
E-12	87DE057	Tempo de vida útil vencido e dificuldade reposição de peças para manutenção.
E-20	99FE069	Tempo de vida útil vencido.

UNIFA

Na UNIFA, a Seção de Transportes de Superfície (STS) tem por atribuições o planejamento, a coordenação, o controle e a execução das atividades de operação e manutenção dos meios para o transporte de superfície, em atendimento à Universidade da Força Aérea e Organizações Subordinadas e apoiadas: ECEMAR, EAOAR, CIEAR e CDA, bem como o abastecimento das viaturas do MUSAL, CENDOC, PAAF, IMAE (Instituto de Medicina Aeroespacial) e HAAF (Hospital de Aeronáutica dos Afonsos).

São os seguintes os dados da frota existente:

TABELA 46. GRUPO N° 1- TRANSPORTE DE PESSOAL DA UNIFA

CÓDIGO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	QTD
P-2	Automóvel de 2 ou 4 portas	Veículo pequeno de serviço.	7
P-3	Utilitário (caminhonete)	Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	5
P-5	Micro-ônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 17 a 30 pessoas sentadas.	3
P-6	Ônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 31 a 50 pessoas sentadas.	4
P-14	Van	Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 10 a 16 pessoas sentadas.	4
		TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO N°1	23

TABELA 47. GRUPO N° 2- TRANSPORTE DE CARGA DA UNIFA

CÓDIGO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	QTD
C-2	Caminhão Médio/Pesado	Veículo com carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga superior a 6 ton.	1
C-4	Furgão Leve	Veículo fechado, com capacidade de carga menor ou igual a 2 ton.	1
C-5	Caminhão Baú	Veículo com carroceria fechada (Baú), com capacidade de carga maior que 2 ton.	1
		TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO N° 2	3

TABELA 48. GRUPO Nº 3- TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA UNIFA

CÓDIGO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	QTD
E-1	Ambulância de Remoção	Veículo com um ou mais leitos, para remoção de pacientes.	1
E-2	Ambulância UTI	Veículo com um ou mais leitos, dotados de equipamentos de emergência tipo UTI.	1
E-5	Carro-basculante	Veículo tipo caçamba, com carroceria basculante.	1
E-12	Trator de rodas	Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim.	1
E-14	Micro-trator com aparador de gramas.	Veículo de pequeno porte para serviços de corte de gramas.	4
TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO Nº 3			8

TABELA 49. TOTALIZAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS DA UNIFA

GRUPO 1	23
GRUPO 2	3
GRUPO 3	8
TOTAL	34

TABELA 50. MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS DA UNIFA

GRUPO 1	13.632,3 KM
GRUPO 2	3.879 KM
GRUPO 3	2.605 KM

TABELA 51. IDADE MÉDIA DA FROTA DA UNIFA

GRUPO 1	5,7 ANOS
GRUPO 2	12 ANOS
GRUPO 3	7,75 ANOS

TABELA 52. CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DA UNIFA

Manutenção	Seguro DPVAT	COMB/LUB
223.340,54	5.615,98	310.348,00

FAYS

Devido à natureza desta OM, as viaturas são utilizadas principalmente em viagens, missões internas e no plantio e manutenção da lavoura.

Em números, durante o ano de 2012, a frota percorreu 455.403 Km em serviços internos e externos em viagens e 9701 horas em trabalhos na lavoura.

TABELA 53. 1º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAL DA FAYS

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
P-2-	Veículo de Serviço	Automóvel de 2 ou 4 portas.	5	84678	15	R\$ 10532,61
P-3	Utilitário (Caminhonete)	Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	3	133409	6	R\$ 19.683,09
P-4	JIPPE	Veículo de serviço de múltiplo uso para transporte de 4 a 5 pessoas, com tração em duas ou 4 rodas.	1	9794	12	R\$ 4685,26
P-6	Ônibus	Veículo para transporte coletivo, com capacidade superior a 31 pessoas sentadas.	1	20639	13	R\$ 6115,81
P-10	Motocicleta Trail	Veículo destinado às atividades de patrulhamento policial em áreas acidentadas ou de difícil acesso.	1	236	11	R\$ 0,00
P-11	“Pick up” Cabine Dupla	Veículo de porte médio destinado ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para 5 pessoas e capacidade de carga máxima de 1 ton.	1	4990	11	R\$ 607,87
TOTAL			12	253746	X	R\$ 41644,64

TABELA 54. 2º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS DA FAYS

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
C-2	Caminhão Médio/Pesado	Veículo com carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga superior a 6 ton.	2	8172	25	R\$ 7590,44
C-3	Semi-Reboque	Veículo rebocável, por cavalo mecânico, com plataforma para transporte de cargas menor ou igual a 45 ton.	2	...	35	R\$ 0,00
C-4	Furgão Leve	Veículo fechado, com capacidade e carga menor ou igual a 2 ton.	2	39671	8	R\$ 9045,80
C-5	Caminhão Baú	Veículo com carroceria fechada (baú), com capacidade de carga maior que 2 ton.	1	...	1	R\$ 0,00
C-6	“Pick up” Cabine Simples	Veículo com caçamba, cabine simples e capacidade de carga menor ou igual 1,5 ton.	1	15720	14	R\$ 2646,48
TOTAL			8	63563	X	R\$ 19286,72

TABELA 55. 3º GRUPO: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESPECIALIZADO DA FAYS

(C)				(D)	(E)	(F)
Código	Tipo	Especificação	Qntd.	[Km]	[anos]	[R\$]
E-1	Ambulância de Remoção	Veículo com um ou mais leitos, para remoção de pacientes.	1	7269	25	R\$ 2901,33
E-3	Carro Frigorífico	Veículo dotado de equipamento de refrigeração para transporte de matérias perecíveis.	4	127879	8	R\$ 43219,48
E-5	Carro Basculante	Veículo tipo caçamba, com carroceria basculante.	1	2017.	25	R\$ 5750,91

E-6	Carro coletor/compactador de lixo	Veículo para o transporte de lixo coletado e compactado, com caçamba basculável.	1	...	25	R\$0,00
E-12	Trator de Rodas	Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim.	17	9460h	27	R\$ 45400,39
E-13	Trator de Esteiras	Veículo com esteiras destinado à atividade de terraplenagem ou para reboque de equipamentos especiais.	1	241h	32	R\$ 2132,55
E-14	Micro Trator com Aparador de Grama	Veículo de pequeno porte para serviços de corte de grama.	1	...	12	R\$ 417,28
E-21	Outros tipos	Veículos que não se enquadram nos tipos definidos em outros itens.	3	...	23	R\$ 39239,10
CCI	Carro Contra-Incendio	Veículo AP 2, destinando a combate de incêndio.	1	929	27	R\$ 3855,31
TOTAL			29	138094	X	R\$ 142916,35
				9701h		

Nota: “...” significa que se desconhecem os dados por não possuir horímetro.

É apresentado na tabela a seguir o plano de substituição da frota:

TABELA 56. VEÍCULOS DA FAYS DISPONIBILIZADOS PARA ALIENAÇÃO

Código	Registro FAB	Motivo
P-11	01 DEP 109	Dificuldade de encontrar peças de reposição.
C-2	85 DC 277	Disponibilizado conf. Rádio 399/DP21/030912, viatura necessária para o transporte de suíno, sendo imprescindível por haver somente uma viatura na Unidade.
C-2	89 DC 243	Disponibilizado conf. Rádio 399/DP21/030912, viatura necessária para transporte de ração para animais, feno e demais missões da SIE.
E-3	01 DE 344	Disponibilizado conf. Rádio 399/DP21/030912, viatura necessária para distribuição de gêneros alimentícios as Unidades do IV COMAR e outras.
E-3	01 DE 461	Disponibilizado conf. Rádio 399/DP21/030912, viatura necessária para distribuição de gêneros alimentícios as Unidades do IV COMAR e outras.
E-5	87 DE 463	Dificuldade de encontrar peças de reposição, viatura com caçamba e carroceria muito danificada, sendo inviável a recuperação.
E-6	87 DC 446	Disponibilizado conf. Rádio 399/DP21/030912, viatura necessária para coleta de lixo na Guarnição de Pirassununga.
E-21	90 DE 041	Dificuldade de encontrar peças de reposição, manutenção antieconômica.

TABELA 57. (G-2) SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS DA FAYS

Prior.	Cód.	Tipo de Veículo	Solicitado	Previsto em (A)	Existe	Justificativa
1	E-5	Carro basculante	1	2	1	Movimentação de calcário, esterco e silagem nas três colheitas anuais de milho e necessidade de substituição do caminhão 87 DE 463 muito desgastado.
2	E-17	Retroescavadeira com pá carregadeira	1	1	0	Realização de serviços nas estradas internas da Guarnição, manutenção da rede esgoto, rede de efluentes, etc.
3	E-16	Caminhão equipado com elevador hidráulico e cesto aéreo	1	0	0	Para atender necessidade de manutenção na rede elétrica da FAYS, que é independente da AFA e constante poda de árvores na proximidade da rede de média tensão.
4	E-12	Trator de Rodas	1	18	16	Trator cabinado para atividades agropecuárias em virtude da maioria da frota estar obsoleta.
5	P-11	“Pick up”cabine dupla	1	1	1	Veículo para fiscalização de serviços nas lavouras em substituição da Bandeirante 01 DP 019.
6	E-4	Carro tanque	1	1	0	Para abastecer os tanques a roça e passar defensivos agrícola na plantação, substituindo caminhão bombeiro existente que é utilizado indevidamente para estas atividades.
7	E-3	Carro Frigorífico	1	4	4	Para substituição dos caminhões frigoríficos ano 2001, nos atendimentos às unidades do IV COMAR e outras com gêneros alimentícios.
8	C-1	Caminhão Leve	2	4	0	Transporte de ração para suinocultura e bovinocultura.
9	P-56	Ônibus 46 lugares	1	2	1	Para substituição do ônibus 99 DP 054 no atendimento das missões de transporte de efetivo.
10	P-5	Micro – ônibus	1	1	0	Para auxiliara nas missões de transporte de efetivo, possibilitando a manutenção do único ônibus existente, sem paralisação de suas atividades.
11	E-8	Carro Guincho- socorro leve	1	1	0	Para guinchar e socorrer viaturas na lavoura.
12	E-14	Microtrator	2	3	1	Para manutenção da área verde da FAYS que inclui jardinagem e área e roçada de acostamento.
13	E-13	Trator de Esteiras	1	1	1	Para substituição da máquina de esteira existente 80 DE 295, muito antiga e deteriorada.
14	P-2	Veículo de Serviço	1	2	4	Para substituição dos veículos 94 CP 217 e 95 CP 075 em missões da Unidade.
15	P-4	Jeep	1	2	1	Veículo para fiscalização de serviços nas áreas de preservação ambiental.

Na tabela a seguir é apresentada a solicitação de alteração na Tabela de Dotação de Veículos (TVD), prevista na legislação.

TABELA 58. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS (TVD) DA FAYS

Prior.	Cód.	Tipo de Veículo	TDV atual	TDV desej.	Existe	Justificativa
1	E-16	Caminhão equipado com elevador hidráulico e cesto aéreo	0	1	0	Para atender necessidade de manutenção na rede elétrica da FAYS, que é independente da AFA e constante pode de árvores na proximidade da rede de média tensão.
2	E-12	Trator de Rodas	18	18	16	Trator cabinado para atividades agropecuárias em virtude da maioria da frota estar obsoleta.
3	P-11	“Pick up”cabine dupla	1	2	1	Veículo para fiscalização de serviços nas lavouras em substituição da Bandeirante 01 DP 019, e transporte de militares e civis para área agrícola e serviços.
4	E-03	Carro Frigorífico	4	5	4	Para substituição dos caminhões frigoríficos ano 2001, nos atendimentos às unidades do IV COMAR e outras com gêneros alimentícios.
5	E-14	Micro trator com aparador de grama	3	5	1	Para manutenção da área verde da FAYS que inclui jardinagem e área e roçada de acostamento.
6	P-02	Veículo de serviço	2	5	4	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM e para a substituição dos veículos 94 CP 217 e 95 CP 075 em missões da Unidade.
7	P-03	Utilitários	2	4	3	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM e necessidade da existência de mais uma viatura para atender as comitivas visitantes.
8	P-10	Motocicleta Trail	0	1	1	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM.
9	C-02	Caminhão médio/pesado	1	2	2	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM.
10	C-03	Semi reboque	1	2	2	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM.
11	C-04	Furgão leve	1	2	2	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM.
12	E-21	Outros tipos	2	3	3	Atualização da quantidade de veículos existentes na OM.

AFA

A Academia gerencia 107 viaturas entre leves, médias e pesadas, que rodam anualmente cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) quilômetros para atender às diversas missões dentro e fora da UJ. O atual controle de quilômetros rodados não disponibiliza a quilometragem separada por grupo de veículos.

Os veículos estão distribuídos nas seguintes atividades:

a) Esquadilha da Fumaça – EDA	04 viaturas (veículos)
b) Companhia Contra incêndio	11 viaturas (05 Caminhões e 06 veículos)
c) Divisão de Manutenção de Aeronaves	21 viaturas (20 tratores e 01 varredeira)
d) Manutenção de Áreas verdes	09 viaturas (07 tratores e 02 caminhões)
e) Divisão de Saúde	05 viaturas (ambulâncias)
f) Seção de Transportes	57 viaturas_(ônibus, caminhões, vans e veículos)

TOTAL 107 viaturas

Por sua vez, os custos de funcionamento da frota são os seguintes:

Operação

a) Combustíveis (Diesel e gasolina)	Adquiridos pela DIRENG
b) Lubrificantes	R\$ 12.000,00
c) Pneus	R\$ 60.300,00
d) DPVAT	Repassado pela DIRENG

TOTAL R\$ 72.300,00

Manutenção

a) Serviços terceirizados/Peças	R\$ 248.000,00
b) Peças/estoque	R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 253.000,00

TOTAL GERAL R\$ 325.300,00

TABELA 59. IDADE MÉDIA DA FROTA DA AFA

ITEM	GRUPO	DESCRIÇÃO DE VIATURA (ICA 75-6)	IDADE
1	C-1	Caminhão leve-Veículo de carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga menor ou igual a 6 ton.	10
2	C-2	Caminhão médio/pesado-Veículo de carroceria de madeira, aberto, com capacidade superior a 6 ton.	12
3	C-4	Furgão leve-Veículo fechado, com capacidade menor ou igual a 2 ton.	12
4	C-6	pick up cabine simples-Veículo com caçamba, cabine simples e capacidade de carga menor ou igual a 1,5 ton.	15
5	E-1	Ambulância de remoção-Veículo com um ou mais leitos, para remoção de pacientes.	4
6	E-2	Ambulância UTI-Veículo com um ou mais leitos, dotado de equipamentos de emergência tipo UTI	6
7	E-5	Carro-basculante-Veículo tipo caçamba, com carroceria basculante.	4
8	E-6	Carro coletor/compactador de lixo-Veículo para o transporte de lixo coletado e compactado, com caçamba basculável	0
9	E-10	Empilhadeira - Veículo destinado à movimentação de carga.	21
10	E-11	Trator industrial-Veículo destinado a tração de pequenas carretas, aeronaves e outros tipos de equipamentos de apoio ao solo (EAS)	24
11	E-12	Trator de rodas-Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim.	10
12	E-14	Micro-trator com aparador de grama-Veículo de pequeno porte para serviços de corte grama.	5
13	E-16	Caminhão equipado com elevador hidráulico e cesto aéreo-veículo destinado a poda de galhos e manutenção de telhados, rede elétrica e fachada de prédios.	11
14	E-17	Retroescavadeira com pá carregadeira-Equipamento destinado ao trabalho de escavação e movimentação de carga.	3
15	P-1	Automóvel de 4 portas-Veículo especial.	6
16	P-2	Automóvel de 2 ou 4 portas-Veículo pequeno de serviço.	7
17	P-3	Utilitário (Caminhonete)-Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas.	5
18	P-4	Jipe-Veículo de serviço, de múltiplo uso, para transporte de 4 a 5 pessoas, com tração em 2 ou 4 rodas.	14
19	P-5	Microônibus-Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 17 a 30 pessoas sentadas.	4
20	P-6	Ônibus-Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 31 a 50 pessoas sentadas.	14
21	P-7	Caminhão Militar-Veículo com cobertura tipo toldo e bancos laterais e/ou centrais escamoteáveis, para transporte de tropas.	3
22	P-9	Motocicleta policial-Veículo com equipamentos especiais destinados às atividades de patrulhamentos e escolta.	10
23	P-10	Motocicleta trail-Veículo destinados às atividades de patrulhamento policial em áreas acidentadas ou de difícil acesso da OM.	1
24	P-11	"Pick up" cabine dupla-Veículo de porte médio destinados ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para 5 pessoas e capacidade mínima de carga de 1.000kg.	4
25	P-12	Carro de operações-Veículo destinado ao transporte de tripulações e equipagens.	3
26	P-13	Carro de presos-Veículo de porte médio, com área própria para transporte de presos.	3
27	P-14	Van-Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 10 a 16 pessoas sentadas.	7
28	P-15	Carro patrulha-Veículo de porte médio, para serviços de patrulhamento policial.	2
		IDADE (ANOS)	7,86

TABELA 60. QUANTIDADE DE VEÍCULOS DA AFA

ITEM	GRUPO	DESCRIÇÃO DE VIATURA (ICA 75-6)	QTD
1	C-1	Caminhão leve-Veículo de carroceria de madeira, aberto, com capacidade de carga menor ou igual a 6 ton.	2
2	C-2	Caminhão médio/pesado-Veículo de carroceria de madeira, aberto, com capacidade superior a 6 ton.	7
3	C-4	Furgão leve-Veículo fechado, com capacidade menor ou igual a 2 ton.	1
4	C-6	"pick up" cabine simples-Veículo com caçamba, cabine simples e capacidade de carga menor ou igual a 1,5 ton.	1
5	E-1	Ambulância de remoção-Veículo com um ou mais leitos, para remoção de pacientes.	3
6	E-2	Ambulância UTI-Veículo com um ou mais leitos, dotado de equipamentos de emergência tipo UTI.	2
7	E-5	Carro-basculante-Veículo tipo caçamba, com carroceria basculante.	2
8	E-6	Carro coletor/compactador de lixo-Veículo para o transporte de lixo coletado e compactado, com caçamba basculável.	1
9	E-10	Empilhadeira - Veículo destinado à movimentação de carga.	3
10	E-11	Trator industrial-Veículo destinado a tração de pequenas carretas, aeronaves e outros tipos de equipamentos de apoio ao solo (EAS)	21
11	E-12	Trator de rodas-Veículo destinado ao reboque de implementos agrícolas e corte de capim.	4
12	E-14	Micro-trator com aparador de grama-Veículo de pequeno porte para serviços de corte grama.	1
13	E-16	Caminhão equipado com elevador hidráulico e cesto aéreo-veículo destinado a poda de galhos e manutenção de telhados, rede elétrica e fachada de prédios.	1
14	E-17	Retroescavadeira com pá carregadeira-Equipamento destinado ao trabalho de escavação e movimentação de carga.	1
15	P-1	Automóvel de 4 portas-Veículo especial	3
16	P-2	Automóvel de 2 ou 4 portas-Veículo pequeno de serviço	6
17	P-3	Utilitário (Caminhonete)-Veículo de porte médio com capacidade de até 9 pessoas	9
18	P-4	Jipe-Veículo de serviço, de múltiplo uso, para transporte de 4 a 5 pessoas, com tração em 2 ou 4 rodas.	1
19	P-5	Microônibus-Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 17 a 30 pessoas sentadas.	1
20	P-6	Ônibus-Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 31 a 50 pessoas sentadas.	8
21	P-7	Caminhão Militar-Veículo com cobertura tipo toldo e bancos laterais e/ou centrais escamoteáveis, para transporte de tropas.	2
22	P-9	Motocicleta policial-Veículo com equipamentos especiais destinados às atividades de patrulhamentos e escolta.	6
23	P-10	OM.	2
24	P-11	"Pick up" cabine dupla-Veículo de porte médio destinados ao transporte de pessoal e de carga com capacidade para 5 pessoas e capacidade mínima de carga de 1.000kg.	10
25	P-12	Carro de operações-Veículo destinado ao transporte de tripulações e equipagens.	3

26	P-13	Carro de presos-Veículo de porte médio, com área própria para transporte de presos.	1
27	P-14	Van-Veículo para transporte coletivo, com capacidade de 10 a 16 pessoas sentadas.	2
28	P-15	Carro patrulha-Veículo de porte médio, para serviços de patrulhamento policial.	3
TOTAL			107

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Rio de Janeiro	1	1
	Município - 6001 Rio de Janeiro	1	1
	UF Minas Gerais	180	180
	Município 1: Barbacena	25	25
	Município 2: Santos Dumont	2	2
	Município 3: Belo Horizonte	153	153
	UF São Paulo	639	639
	Município – Pirassununga/SP	136	135
	Município - Guaratinguetá	503	503
Subtotal Brasil		820	819
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		820	819

Fonte: SPIUNET

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não há imóveis locados de terceiros

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reformas (R\$)	Com Manutenção (R\$)
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.570.608,00	29/07/2011	377.488,06	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 1.570.608,00	29/07/2011	498.699,83	16.974,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.570.608,00	29/07/2011	377.488,06	14.093,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.570.608,00	29/07/2011	377.488,06	10.382,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 1.570.608,00	29/07/2011	377.488,06	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	17.889,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	4.200,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	1.800,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	8.829,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	2.322,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	7.195,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 785.304,00	29/07/2011	188.865,24	4.094,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 1.321.495,00	29/07/2011	236.709,26	4.446,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.321.495,00	29/07/2011	236.709,26	3.145,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.321.495,00	29/07/2011	236.709,26	3.145,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.321.495,00	29/07/2011	236.709,26	1.613,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 1.321.495,00	29/07/2011	236.709,26	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 239.074,81	29/07/2011	644.564,06	20.659,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	R\$ 1.974.578,57	29/07/2011	1.974.578,57	41.836,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	R\$ 1.974.578,57	29/07/2011	1.974.578,57	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	4.381,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	2.254,85	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	3.028,72	

120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	1.622,40	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	1.567,68	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	4.234,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	2.035,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.053,96	10.299,36	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	137.363,00	921,60	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	137.363,00	4.283,80	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	4.009,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	623,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	1.780,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	3.910,02	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	10.416,72	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	2.205,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	2	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	738,40	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	3.829,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	146.876,76	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	Cr\$ 401.625,00	29/07/2011	117.053,96	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	2.312,85	

120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	2.098,34	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	2.081,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	6.994,30	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	993,24	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	725,50	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	144.444,02	7.887,28	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	3.793,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	6.003,27	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	4	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	2.170,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	1.773,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	2.250,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	604,80	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	7.382,50	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	0,00	
120024	4123.00217.500-0	15	3	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	4.294,68	
120024	4123.00217.500-0	15	2	NCr\$ 632.450,00	29/07/2011	117.922,79	3.062,00	
120025	4111.00041.500-0	3	3	Cr\$ 213.664.812,35	30/12/2010	151.115.030,74	1.515.324,31	367.405,84
120025	4111.00046.500-7	3	3	Cr\$ 8.309.465,00	30/12/2010	993.497,48	-	7.515,40
120025	4111.00037.500-8	3	3	Cr\$ 86.010,27	30/12/2010	923.781,70	0,00	-
120025	4111.00038.500-3	3	3	Cr\$ 1.160.000,00	30/12/2010	4.018.710,04		116.955,62
120025	4111.00042.500-5	3	3	Cr\$ 89.110,76	30/12/2010	1.065.436,29	-	32.906,63
120025	4111.00050.500-9	3	3	Cr\$ 2.797.500,00	30/12/2010	504.144,34	-	5.781,50
120025	4111.00043.500-0	3	3	Cr\$ 9.004.296,50	30/12/2010	1.227.548,11	0,00	172.034,03
120025	4111.00058.500-2	3	3	55:000\$000	30/12/2010	14.115.013,97	0,00	228.152,09
120025	4111.00040.500-4	3	3	Cr\$ 242.945,00	30/12/2010	19.687.833,33	-	-
120025	5213.00006.500-7	3	3	Cr\$ 20.000,00	30/12/2010	3.898.054,42	-	-
120054	6001.02776.500-9	Em regularização (Aguardando o Termo de Entrega pela SPU)	3	Não registrado	08/11/2011	3.036.704.324,21	A UJ detém apenas a responsabilidade patrimonial do imóvel (área denominada Campo dos Afonsos), que é composta	

							por diversas organizações do COMAER.	
120054	6001.00097.500-2	Em regularização (Aguardando o Termo de Entrega pela SPU)	3	Não registrado	08/11/2011	743.421.334,81	7.872.852,01	
120060	6887 0011.500-1	13	3	-	09/12/2010	26.857.721,64	8.166.057,93	398.376,99
120060	6887 0012.500-7	13	3	-	09/12/2010	97.331,16	-	-
120060	6887 0014.500-8	13	3	-	09/12/2010	178.530.314,60	-	-
120060	-	11	3	-	09/12/2010	260.033,24	-	-
120064	6469.00002.500-9	13	3	-	15/10/2012	881.296.154,83	1.662.202,44-	1.080.993,97
120064	6469.00003.500-4	13	-	-	15/10/2012	38.361.588,29	46.049,60-	-
120064	6469.00004.500-0	13	-	-	15/10/2012	6.775.233,55	-	-
120064	S/N	12	-	-	15/10/2012	17.864.005,06	-	-
120064	S/N	12	-	-	15/10/2012	8.969.142,31	-	-
120064	S/N	18	-	-	15/10/2012	8.969.142,31	-	-
120065	SP.029-001-67511-D-001	15	7	CZ\$ 6.287,08	20/12/2010	2.383.486,14	358.431,42	2.982,79
120065	SP.029-001-67511-E-001	15	1	CZ\$ 17.300,00	20/12/2010	1.782.303,81	42.341,03	10.071,97
120065	SP.029-001-67511-E-002	15	2	CZ\$ 4.957,41	20/12/2010	1.111.517,94	0,00	5.002,42
120065	SP.029-001-67511-E-003	15	7	CZ\$ 2.756,36	20/12/2010	344.251,03	86.522,60	12.718,00
120065	SP.029-001-67511-E-004	15	4	CZ\$ 598,45	20/12/2010	143.654,17	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-005	15	2	CZ\$ 1.007,18	20/12/2010	170.369,87	0,00	3.603,54
120065	SP.029-001-67511-E-006	15	7	CZ\$ 3.656,46	20/12/2010	724.901,03	0,00	558,58
120065	SP.029-001-67511-E-007	15	4	CZ\$ 1.771,68	20/12/2010	428.342,32	0,00	10.659,62
120065	SP.029-001-67511-E-008	15	1	CZ\$ 57,86	20/12/2010	7.587,13	0,00	2.713,51
120065	SP.029-001-67511-E-009	15	2	CZ\$ 378,47	20/12/2010	93.734,06	0,00	57,61

DEPENS - Relatório de Gestão 2012

135/155

120065	SP.029-001-67511-E-012	15	7	CZ\$ 102,83	20/12/2010	13.609,74	41.458,92	
120065	SP.029-001-67511-E-014	15	3	CZ\$ 715,56	20/12/2010	67.339,87	0,00	2.664,64
120065	SP.029-001-67511-E-015	15	7	CZ\$ 730,36	20/12/2010	171.425,53	22.102,62	
120065	SP.029-001-67511-E-016	15	7	CZ\$ 881,28	20/12/2010	282.862,89	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-017	15	1	CZ\$ 52,66	20/12/2010	8.885,82	0,00	129,78
120065	SP.029-001-67511-E-018	15	7	CZ\$ 737,28	20/12/2010	110.685,48	0,00	31,83
120065	SP.029-001-67511-E-019	15	5	CZ\$ 243,97	20/12/2010	46.996,14	24.451,76	380,65
120065	SP.029-001-67511-E-020	15	5	CZ\$ 422,26	20/12/2010	62.064,07	0,00	81,42
120065	SP.029-001-67511-E-022	15	3	CZ\$ 3.007,63	20/12/2010	912.161,55	0,00	2.695,30
120065	SP.029-001-67511-E-023	15	3	CZ\$ 380,66	20/12/2010	23.748,70	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-026	15	7	CZ\$ 781,17	20/12/2010	51.340,32	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-028	15	3	CZ\$ 786,43	20/12/2010	945.899,84	3.055,05	681,56
120065	SP.029-001-67511-E-033	15	7	CZ\$ 163,67	20/12/2010	6.911,20	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-034	15	6	CZ\$ 3.777,68	20/12/2010	3.953,05	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-038	15	4	CZ\$ 126,02	20/12/2010	58.327,46	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-044	15	4	CZ\$ 136,12	20/12/2010	35.938,22	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-045	15	4	CZ\$ 16,10	20/12/2010	617.903,54	0,00	1.735,18
120065	SP.029-001-67511-E-046	15	3	CZ\$ 51,41	20/12/2010	438.811,42	0,00	280,72
120065	SP.029-001-67511-E-047	15	3	CZ\$ 71,94	20/12/2010	33.639,56	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-048	15	5	CZ\$ 14,99	20/12/2010	878.233,40	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-049	15	2	CZ\$ 120.00,00	20/12/2010	121.224,42	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-050	15	6	CZ\$ 342.576,29	20/12/2010	40.206,21	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-052	15	7	CR\$ 200.000,00	20/12/2010	25.695,48	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-053	15	7	CR\$ 658.067,35	20/12/2010	9.835,16	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-055	15	3	CR\$ 511.680,00	20/12/2010	1.871.704,05	13.667,00	3.011,00

120065	SP.029-001-67511-E-056	15	3	CR\$ 171.500,00	20/12/2010	478.609,25	13.667,00	3.011,00
120065	SP.029-001-67511-E-057	15	3	CR\$ 240.000,00	20/12/2010	769.193,44	13.667,00	3.011,00
120065	SP.029-001-67511-E-058	15	5	CR\$ 126.010,00	20/12/2010	778.256,48	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-059	15	5	CR\$ 4.220.097,60	20/12/2010	778.256,48	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-060	15	7	CR\$ 1.079.111,70	20/12/2010	89.573,29	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-062	15	5	CR\$ 1.734.286,70	20/12/2010	790.762,45	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-063	15	5	R\$ 148.591,40	20/12/2010	439.572,38	0,00	56,19
120065	SP.029-001-67511-E-064	15	7	R\$ 148.591,40	20/12/2010	64.727,28	0,00	841,13
120065	SP.029-001-67511-E-065	15	7	R\$ 12.568,10	20/12/2010	64.727,28	13.498,75	418,27
120065	SP.029-001-67511-E-066	15	7	R\$ 19.345,60	20/12/2010	15.533,74	0,00	507,20
120065	SP.029-001-67511-E-067	15	1	R\$ 148.591,40	20/12/2010	15.533,74	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-068	15	7	R\$ 32.098,25	20/12/2010	18.670,36	0,00	595,74
120065	SP.029-001-67511-E-069	15	7	R\$ 19.787,39	20/12/2010	17.027,37	0,00	536,57
120065	SP.029-001-67511-E-070	15	7	R\$ 19.787,39	20/12/2010	11.202,21	0,00	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-071	15	1	R\$ 7.353,42	20/12/2010	11.351,58	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-072	15	7	R\$ 7.353,42	20/12/2010	11.052,85	0,00	909,20
120065	SP.029-001-67511-E-073	15	7	R\$ 7.703,58	20/12/2010	18.072,91	0,00	436,44
120065	SP.029-001-67511-E-074	15	7	R\$ 7.820,30	20/12/2010	10.455,40	0,00	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-075	15	7	R\$ 4.960,64	20/12/2010	10.455,40	0,00	445,40
120065	SP.029-001-67511-E-076	15	7	R\$ 5.019,00	20/12/2010	5.078,34	0,00	456,74
120065	SP.029-001-67511-E-077	15	7	R\$ 5.427,52	20/12/2010	13.741,38	12.261,25	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-078	15	7	R\$ 5.427,52	20/12/2010	13.741,38	0,00	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-079	15	7	R\$ 5.194,08	20/12/2010	13.741,38	0,00	406,00
120065	SP.029-001-67511-E-080	15	1	R\$ 5.194,08	20/12/2010	22.703,16	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-083	15	1	R\$ 2.801,30	20/12/2010	16.728,64	0,00	226,17

DEPENS - Relatório de Gestão 2012

137/155

120065	SP.029-001-67511-E-084	15	7	R\$ 6.419,65	20/12/2010	15.832,46	0,00	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-086	15	7	R\$ 6.419,65	20/12/2010	15.683,10	0,00	434,34
120065	SP.029-001-67511-E-087	15	7	R\$ 6.419,65	20/12/2010	16.728,64	0,00	604,81
120065	SP.029-001-67511-E-088	15	7	R\$ 10.913,41	20/12/2010	13.442,66	0,00	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-089	15	1	R\$ 7.411,78	20/12/2010	13.592,02	0,00	669,41
120065	SP.029-001-67511-E-090	15	7	R\$ 7.411,78	20/12/2010	13.592,02	0,00	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-091	15	7	R\$ 3.268,18	20/12/2010	22.703,16	0,00	1.214,18
120065	SP.029-001-67511-E-092	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	13.592,02	12.706,75	0,00
120065	SP.029-001-67511-E-093	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	13.592,02	0,00	1.027,75
120065	SP.029-001-67511-E-094	15	1	R\$ 7.003,26	20/12/2010	13.592,02	0,00	38,02
120065	SP.029-001-67511-E-095	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	13.592,02	0,00	442,36
120065	SP.029-001-67511-E-096	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	13.592,02	12.508,75	1.044,44
120065	SP.029-001-67511-E-097	15	7	R\$ 10.913,41	20/12/2010	13.592,02	12.632,50	454,25
120065	SP.029-001-67511-E-098	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	13.592,02	13.003,75	406,00
120065	SP.029-001-67511-E-099	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	56.312,33	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-101	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	15.683,10	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-103	15	1	R\$ 7.003,26	20/12/2010	35.978,73	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-104	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	45.877,18	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-105	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	108.581,74	0,00	522,57
120065	SP.029-001-67511-E-106	15	7	R\$ 7.003,26	20/12/2010	108.581,74	0,00	425,63
120065	SP.029-002-67511-E-107	15	7	R\$ 15.093,08	20/12/2010	51.213,74	0,00	244,73
120065	SP.029-001-67511-E-108	15	7	R\$ 13.853,15	20/12/2010	96.438,06	0,00	450,60
120065	SP.029-001-67511-E-109	15	7	R\$ 6.711,45	20/12/2010	89.258,24	12.508,75	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-110	15	7	R\$ 17.121,34	20/12/2010	111.759,27	0,00	435,64
120065	SP.029-002-67511-E-111	15	2	R\$ 12.841,00	20/12/2010	5.305.003,24	0,00	432,42

120065	SP.029-001-67511-E-112	15	1	R\$ 14.986,12	20/12/2010	786.349,62		43.489,83
120065	SP.029-001-67511-E-113	15	1	R\$ 27.273,66	20/12/2010	98.355,69	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-114	15	1	R\$ 27.273,66	20/12/2010	669.360,32	0,00	2.664,64
120065	SP.029-002-67511-E-115	15	7	R\$ 10.491,67	20/12/2010	68.919,57	0,00	432,42
120065	SP.029-001-67511-E-116	15	7	R\$ 23.678,19	20/12/2010	68.919,57	0,00	443,41
120065	SP.029-001-67511-E-117	15	7	R\$ 3.964,05	20/12/2010	68.919,57	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-118	15	7	R\$ 3.584,98	20/12/2010	68.919,57	0,00	523,76
120065	SP.029-002-67511-E-119	15	7	R\$ 151.873,90	20/12/2010	68.919,57	13.003,75	406,78
120065	SP.029-001-67511-E-120	15	7	R\$ 128.124,41	20/12/2010	68.919,57	12.880,00	449,75
120065	SP.029-001-67511-E-121	15	7	R\$ 38.166,49	20/12/2010	68.919,57	0,00	1.483,19
120065	SP.029-001-67511-E-122	15	7	R\$ 438.415,47	20/12/2010	66.398,12	0,00	1.483,19
120065	SP.029-002-67511-E-123	15	7	CZ\$ 469,40	20/12/2010	66.398,12	0,00	1.483,19
120065	SP.029-001-67511-E-124	15	7	CZ\$ 469,40	20/12/2010	66.398,12	12.756,25	406,01
120065	SP.029-001-67511-E-125	15	7	CZ\$ 469,40	20/12/2010	66.398,12	0,00	635,48
120065	SP.029-001-67511-E-126	15	3	CZ\$ 469,40	20/12/2010	992.265,69	0,00	
120065	SP.029-001-67511-E-127	15	2	CZ\$ 469,40	20/12/2010	29.366,92	0,00	
120065	SP.029-002-67511-E-128	15	2	CZ\$ 469,40	20/12/2010	376.522,74		262,01
120065	SP.029-002-67511-E-129	15	4	CZ\$ 469,40	20/12/2010	3.073.857,40	0,00	8.103,74
120065	SP.029-002-67511-E-130	15	2	CZ\$ 452,23	20/12/2010	2.063.672,10	0,00	445,51
120065	SP.029-001-67511-R-1001	15	3	CZ\$ 452,23	20/12/2010	119.300,42	0,00	98,20
120065	SP.029-001-67511-R-1002	15	3	CZ\$ 452,23	20/12/2010	152.572,90	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-1003	15	3	CZ\$ 452,23	20/12/2010	236.590,78	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-1004	15	3	R\$ 62.536,20	20/12/2010	236.590,78		4.329,40
120065	SP.029-001-67511-R-1005	15	3	R\$ 3.115,82	20/12/2010	148.459,09	0,00	645,10
120065	SP.029-001-67511-R-1006	15	3	R\$ 119.990,00	20/12/2010	164.734,58	0,00	

DEPENS - Relatório de Gestão 2012**139/155**

120065	SP.029-001-67511-R-1007	15	3	R\$ 536.707,92	20/12/2010	164.734,58	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-2001	15	3	R\$ 299.911,74	20/12/2010	183.731,51	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-2002	15	3	CZ\$ 2.401,64	20/12/2010	183.731,51	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-2003	15	3	CZ\$ 2.060,66	20/12/2010	183.731,51	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-2004	15	3	CZ\$ 1.059,40	20/12/2010	183.731,51	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-2005	15	3	CZ\$ 1.059,40	20/12/2010	183.731,51	0,00	
120065	SP.029-001-67511-R-2006	15	3	CZ\$ 1.511,62	20/12/2010	183.731,51	0,00	
Total							10.900.622,18	1.859.321,06

Fonte: SPIUNET

Análise Crítica

A administração de bens imóveis demanda um trabalho dinâmico, capaz de garantir que cada imóvel cumpra sua destinação, a fim de fazer valer o interesse público, sendo necessário, para tanto, o monitoramento constante referente à sua conservação, ocupação e valorização.

Os diversos processos são gerenciados de forma a atender os requisitos legais, mas também imprimir eficiência operacional às informações gerenciais demandadas.

Muito contribuiu para o alcance desses objetivos o acompanhamento constante da legislação patrimonial vigente e suas atualizações. Também foi de suma importância a busca frequente de atualização do pessoal técnico, através de cursos, seminários e outras atividades ligadas à gestão pública, em especial, do patrimônio imóvel.

De grande valia também, para o alcance dos objetivos requeridos por uma administração eficaz, foi a tempestiva alimentação dos sistemas de controle informatizados do patrimônio imóvel – no âmbito da União, o SPIUNET e o SIAFI; e no âmbito da COMAER, o SIGPIMA (Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imóvel da Aeronáutica).

Quanto à gestão de immobilizados, podemos citar o fato do CIAAR ser o responsável patrimonial e administrativo de dois terrenos que compreendem 153 construções, entre edifícios, depósitos, residências e outras edificações afetas à atividade militar.

O terreno de RIP 4123 00217.500-0 tem uma área de 1.827.584,00, estando em situação patrimonial REGULARIZADA. Neste imóvel, concentram-se todas as edificações sob responsabilidade do CIAAR. São 65 construções que cumprem plenamente sua destinação administrativa, bem como bens imóveis de uso especial e duas vilas residenciais – que totalizam 85 residências de diversos tipos e valores, todas regularmente ocupadas.

O segundo terreno abrange parte da pista (“cabeceira” 13) do Aeroporto da Pampulha, e tem 266.779,85 m². Tal área está em situação patrimonial NÃO LEGALIZADA. Foram formalizados expedientes administrativos para o órgão central de patrimônio do COMAER (Ofício nº 1/SPAT/15653, de 29.6.12) e para a SPU/MG (Ofício nº 3/SPAT/20860, de 12.8.12) com a finalidade de dar início aos trabalhos de legalização do citado imóvel.

Cita-se ainda o fato da existência de alguns Bens Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da EPCAR (RIP 4111.00041.500-0) que não foram formalizados os Termos de Entrega pela SPU-MG, em virtude de ainda tramitar, naquela Secretaria, os processos de regularização e unificação das áreas que compõem a EPCAR.

Quanto à área ocupada pela UNIFA, aguarda-se a regularização da área do Campo dos Afonsos, cujo processo (Ministério da Fazenda nº 0768.047711/81-88) está tramitando na SPU-RJ, com o acompanhamento do Serviço Regional de Patrimônio (SERPAT 3) do III COMAR.

Vale ressaltar que o terreno, limítrofe com a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sofreu avanço por parte desta, com a construção de diversas benfeitorias (bairros de cavalos), constatadas no levantamento topográfico realizado pela DIRENG, conforme planta topográfica Nº 25-3/T/RJ-001/0482 – SDPA – DIRENG, DE 17 DE MARÇO DE 1989. A Organização realiza ações junto ao SERPAT 3, no intuito de solicitar as medidas necessárias junto ao SPU-RJ, cujo processo, protocolado sob o nº 04967.000565/2005-42, circula para saneamento das pendências de ocupação de área com a PM/RJ.

Em Pirassununga, a Academia da Força Área possui a pendência do Processo de Regularização do Tombo SP 029-004 que encontra-se em poder da Procuradoria da União, Seccional de Piracicaba - SP. Aguarda-se que a Procuradoria localize nos autos da ação nº 327/83 o laudo pericial de 30 de maio de 1983 com todos os seus anexos, que a FEPASA encaminhe ao IV COMAR o memorial descritivo contendo a locação do eixo da linha férrea e que o SERENG-4 informe os novos passos do Plano de Ação do Relatório Técnico Nº 001/SERENG-4/2001 ao SERPAT-4. Tais procedimentos possibilitarão a real medição da área e o correto registro da mesma no Cartório de Registro de Imóveis de Pirassununga.

Finalizando, citam-se fatos referentes aos seguintes Tombos: SP.021-000 - o imóvel encontra-se regularizado e o SERPAT-4 atua nas pendências informadas pelo Cartório de Registro de Imóveis de Guaratinguetá; referente ao SP.022-003 - a Prefeitura de Guaratinguetá efetuou a

desapropriação da área e por informação da AJUR/EEAR o processo está na justiça federal para definição do valor da indenização a ser paga aos proprietários, porém a área desapropriada pertence à União; referente ao SP.022-004 - a Justiça já determinou que o imóvel pertence à União, porém o processo continua na justiça para determinação do valor da indenização a ser paga pela União aos expropriados; e referente ao SP.022-005 - houve uma desapropriação por meio do Decreto Municipal nº 1.997, de 20 de dezembro de 1.982 (considerando área como de Utilidade Pública), onde até o presente momento, não há nenhum ato administrativo que comprove ou autorize a doação à União.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.

	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).

	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>Questão 4 – O PDTI encontra-se em processo de aprovação e publicação.</p> <p>Questão 5 – O mapeamento dos principais processos de negócio encontra-se em curso.</p> <p>Questão 6 – O órgão central do Sistema de TI do COMAER publicou as seguintes normas referentes à gestão de incidentes e segurança de informação às quais a instituição obedece: PCA 7-15 – Plano de Segurança Cibernética para o Comando da Aeronáutica e NSCA 7-13 – Segurança de Sistemas de TI no Comando da Aeronáutica.</p> <p>Questão 8 - Os Serviços ao Cidadão foram estabelecidos pelo Ministério da Defesa com a criação do SIC-MD (Sistema de Informações ao Cidadão – Ministério da Defesa) nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.</p>	

8.2 Análise Crítica

O DEPENS não tem medido esforços para prover as Organizações Subordinadas, mormente as Escolas, de capacitação técnica à altura do desenvolvimento tecnológico atual, equipando as Unidades e fornecendo meios para o cumprimento de sua missão específica.

Preocupado com isso, no ano de 2012 foram distribuídos laboratórios de informática proveniente de parcerias com o Ministério da Educação e o Ministério das Comunicações.

Procurando prover um acompanhamento eficiente da gestão de seu parque tecnológico normatizou e cumpriu sua política de renovação de seu parque tecnológico, baseando sua substituição de um terço ao ano com previsão para 2013 de melhoramentos em suas estruturas de link (switchs, cabeamentos e fibra óptica).

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
	Este procedimento é feito pelo Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
	Este procedimento é feito pelo Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Economia de Recursos com serviços públicos.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim ()		Não (X)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras,	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: Respondido por um grupo de pessoas, de diferentes setores, integrantes do Grupo de Trabalho constituído para elaboração do Relatório de Gestão.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A administração sustentável tem sido uma das metas do DEPENS e das suas OM subordinadas, tomando como medida, para alcançá-la, a criação de Comissões para análise de opções viáveis com vistas a mudanças de comportamentos e hábitos do efetivo como multiplicadores de Educação Ambiental.

Periodicamente, são realizadas campanhas de conscientização da importância da reciclagem, quando são tratadas a forma de armazenagem, datas de recolhimento e importância da reciclagem dos resíduos para o meio ambiente, bem como informações de procedimentos visando diminuir o consumo de água e energia elétrica.

Seguindo esse propósito, a EEAR dispõe de uma Comissão de Estudos para a Racionalização do Consumo de Energia Elétrica. Atualmente, dentre outras medidas, a Comissão controla o uso dos aparelhos de ar condicionado da Escola seguindo critérios baseados na necessidade real de uso por cada setor, bem como sugere a adoção de equipamentos e materiais que impliquem em menor consumo de energia.

Dentro de seu programa de coletas recicláveis, a EEAR realiza coletas de resíduos recicláveis duas vezes por semana, por meio de Cooperativas, as quais se responsabilizam pelo recolhimento, separação e destinação do Lixo Reciclável. Desde 2005, aproximadamente, 83 mil mudas de árvores nativas, frutíferas e de Eucalipto foram plantadas na Escola.

Como parte dessa iniciativa, foi elaborado o projeto de Vila Residencial Sustentável com o objetivo de implantar, na Vila Residencial Coronel Bento Ribeiro, este novo conceito de gestão. Nessa vila foi executado o projeto piloto de reforma de um PNR, no qual foram aplicadas práticas construtivas, materiais e equipamentos que promovem o desenvolvimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, ou seja, as três grandes dimensões do desenvolvimento sustentável.

Ainda nesse contexto, no que diz respeito ao consumo e aquisição de papel, adotou medidas como o Programa de Conscientização do Consumo de Papel que engloba entre outras: impressão das apostilas dos alunos frente e verso; reutilização de papéis como rascunho por todos os setores; envio e recebimento de documentos e avisos via meios eletrônicos e compartilhamento em rede.

Dentro dessa mesma linha de ação o CIAAR adotou as seguintes medidas:

- a) substituição de apostilas impressas para alunos/estagiário por arquivos em mídia no formato PDF - O Corpo de Alunos forma em média 480 alunos/estagiários por ano. Durante a formação, são ministradas aulas de variados temas, como, por exemplo: Regulamentos do Comando da Aeronáutica (RCA), Comunicação Oral e Escrita, entre outras disciplinas. A média do número de páginas de apostila por aluno/estagiário é superior a 3.500 cópias. Por meio desse procedimento, foi obtida uma redução superior a 1.680.000 impressões por ano (3.360 resmas).
- b) substituição da aquisição de bloco de notas adquiridos no comércio por bloco de notas feito com rascunho – No pregão de aquisição de materiais de expediente realizado neste exercício já não consta o item bloco de notas para aquisição, sendo utilizados blocos feitos de folhas

de rascunho. (Também sugerido pelo Guia de Boas Práticas Ambientais 2011 – Secretaria do Meio Ambiente).

- c) utilização de e-mail para comunicação interna – Assuntos que não exigem trâmite de documentos estão sendo tratados via e-mail, reduzindo, desta forma, o número de impressões.
- d) adoção de sistemas que facilitam a economia de papel - Foram adquiridas, durante este exercício, 04 impressoras que possuem tecnologia de imprimir frente e verso. Elas foram instaladas nos setores que possuem maior demanda de impressão de documentos, como por exemplo, Seção de Licitações e Subdivisão de Avaliação. (Também sugerido pelo Guia de Boas Práticas Ambientais 2011 – Secretaria do Meio Ambiente - e pelo Programa de Eficiência do Gasto).

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Programa Consolidador DEPENS		2009		Diminuição de 2011 para 2012		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resma)	40.986	44.929	36.618	377.697,41	397.648,77	394.401,18
Água (m³)	1.679.376	1.395.830	1.266.162	1.038.487,37	770.815,36	919.116,77
Energia Elétrica (kwh)	11.760.675	12.201.896	11.804.905	6.951.209,73	6.948.980,15	6.644.677,01
Total				8.367.394,51	8.117.444,28	7.958.194,96

10 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA					9488
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 004.286/2012-0	1620			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
COMAER/MD					48/41066
Descrição da Deliberação					
9.1) Determinar a oitiva do COMAER e da construtora Schahin Engenharia S.A., para que apresentassem esclarecimentos; 9.2) determinar ao COMAER que adotasse medidas para solucionar as falhas construtiva (9.2.1 - Inventário das falhas de qualidade e reconstrução/correção das mesmas; 9.2.2 – Apresentação de Laudo Técnico sobre defeitos construtivos; 9.2.3 – Não recebimento de parcelas da obra; 9.2.4 – Instauração de procedimento administrativo fins apurar responsabilidade quanto às falhas construtivas; e 9.2.5 – Representação ao CREA-MG sobre atuação dos responsáveis técnicos da obra); e 9.3) determinar à 3ª Secretaria de Controle Externo que apurasse existência de eventuais irregularidades na execução do Termo de Parceria firmado entre o COMAER e a Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo – CTCEA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CISCEA/SUAUD/CIAAR					10498/8605/9488
Síntese da Providência Adotada					
Item 9.1 - A cargo da CISCEA e da SUAD; Item 9.2 - 9.2.1 – Elaborados Relatórios 002/CI CIAAR/2012 e 009/CI CIAAR/2012; 9.2.2 – Vaz de Mello foi contratada pela Construtora Schahin para emitir laudo; 9.2.3 – CIAAR não realizou nenhum pagamento em 2012; em agosto/2012, contrato foi transferido para gestão da CISCEA por ordem do COMAER; e 9.2.4 – Realizada Sindicância 12-R/SIJ/2012; e 9.2.5 Emitido Ofício 126/CI CIAAR ao CREA-MG; e Item 9.3 – A cargo da 3ª Secretaria de Controle Externo (TCU).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O contrato foi transferido para gestão da CISCEA por ordem do COMAER.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O contrato foi transferido para gestão da CISCEA por ordem do COMAER.					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no exercício.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá criar grupo de trabalho, composto por equipe multidisciplinar, a fim de elaborar os relatórios de gestão relativos aos próximos anos, inclusive o de 2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Normatização (DE-6).			955
Síntese da Providência Adotada			
Instituído Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar com o objetivo de elaborar o Relatório de Gestão do DEPENS relativo ao ano de 2012 por intermédio da Portaria DEPENS Nº 224-T/DE-6, de 17 de julho de 2012. O GT recebeu a incumbência de realizar o seu trabalho a partir da consolidação dos dados de gestão oriundos das Organizações de Ensino Subordinadas nos moldes preconizados pelo Tribunal de Contas da União, sob orientação do CENCIAR.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A elaboração do Relatório de Gestão do DEPENS com a participação dos integrantes do referido GT permitiu que as informações de dados de gestão disponíveis nas Divisões do DEPENS e nas diversas Escolas Subordinadas fossem acertadas e melhor integradas para consolidação final.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foi positivo envolver a todos os setores num pensamento único de avaliação da própria gestão e avaliação das Organizações Subordinadas. Negativo o fato de que é fácil pensar e convencer que esse propósito é necessário para a elaboração de um documento que retrate efetivamente uma gestão, mas difícil operacionalizar como será essa integração porque a gestão, de certa forma, acontece mais por demanda das necessidades do que por uma estratégia de ação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá tomar conhecimento de todas as Instruções, Decisões Normativas e Portarias emitidas pelo TCU referentes ao tema Relatório de Gestão e ainda de todas as orientações oriundas do Órgão de Controle Interno do Comando da Aeronáutica, como principal subsídio à elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Todas as Divisões do DEPENS.	955
Síntese da Providência Adotada	
A DE-6 ficou responsável por acessar toda a documentação disponível no site do TCU, estudá-la em seus mínimos detalhes e disponibilizá-la em rede para todos os integrantes do GT, e, em reunião esclarecer as mudanças em relação ao ano anterior, bem como o propósito que esse documento tem.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A criação de um GT interdisciplinar com a finalidade de elaborar o Relatório de Gestão do DEPENS, referido acima, permitiu que os integrantes de todos os setores tivessem conhecimento da documentação pertinente, de forma inequívoca.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Foi positivo essa sistemática adotada para se iniciarem os trabalhos. Foi negativo o fato da documentação que embasa o referido Relatório ser extensa e necessitar que o próprio setor responsável por estudá-la se socorresse de outros setores especialistas sem que as dúvidas fossem sanadas plenamente. De certa forma há o convencimento de se fazer o que foi orientado, mas nem sempre é possível ter essa certeza plenamente pelo fato de não haver especialista na elaboração desse tipo de documento.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá providenciar a organização e arquivamento de toda a documentação relacionada às contas anuais de 2011 em forma de processo, de modo a manter os documentos devidamente autuados, indexados e anexados em ordem cronológica dos acontecimentos, a fim de permitir a consulta por parte dos órgãos de controle interno e externo, mantendo-a em arquivo por cinco anos, a contar do julgamento das contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Normatização.			955
Síntese da Providência Adotada			
Dedicada maior atenção para a importância do tema e cumprida todas as fases das orientações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Fácil recuperação de toda a documentação sobre o assunto, a qualquer tempo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adoção das medidas surtiram melhoria nos processos internos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

DEPENS		955
Descrição da Recomendação		
O DEPENS deverá promover estudos com o objetivo de mapear os insumos mais significativos, as atividades envolvidas e, principalmente, os seus principais produtos, conceitos fundamentais para elaboração de indicadores, estabelecimento de pontos de controle e a conseqüente mensuração de desempenho institucional.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Divisão de Normatização.		955
Síntese da Providência Adotada		
Foi realizado curso de Gestão de Projetos e Processos por um representante de cada Divisão. Foram mapeados alguns macroprocessos finalísticos com fim didático. Foi levantado a necessidade de mapeamento dos principais processos do DEPENS e, futuramente, será implantado um escritório de projetos e processos.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Conhecimento sobre a metodologia de gestão de processos. Reconhecimento de que essa metodologia é plenamente aplicável e necessária para a melhoria dos processos do DEPENS e conseqüentemente de sua gestão.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Foi positivo a identificação dos macroprocessos do DEPENS. Está sendo difícil o convencimento de que é preciso migrar para essa nova forma de abordagem das atividades do DEPENS.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá registrar, nos próximos Relatórios de Gestão, os objetivos e as metas esperadas para o SISTENS nos anos a que se referirem, bem como os indicadores de desempenho a serem empregados no monitoramento das ações estratégicas a serem desenvolvidas para a consecução da missão institucional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Normatização.			955
Síntese da Providência Adotada			
No presente Relatório estão sendo estabelecidos objetivos e metas decorrentes do PEMAER, com projeção até 2015. Os indicadores para o SISTENS foram definidos e publicados em documento oficial, a NSCA 37-3 de 2013, Indicadores Gerenciais para o Sistema de Ensino do COMAER, aprovada pela Portaria DEPENS Nº 55 /DE-6, de 13 fevereiro de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A referida NSCA sobre indicadores Gerenciais para o Sistema de Ensino do DEPENS foi utilizada como referência para a mensuração dos resultados constantes no presente Relatório de Gestão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Positivo por se ter uma referência de planejamento e de meta a ser cumprida.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica	955

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá realizar levantamento de todos os imóveis que estão fora do patrimônio da União, tomando as medidas necessárias para sua legalização e regularização junto aos órgãos competentes.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio.			955
Síntese da Providência Adotada			
Com o intuito de melhor realizar o levantamento dos imóveis que estão fora do patrimônio da União foi realizado Curso de Patrimônio à Distância no Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA) por militares do DEPENS e das Escolas Subordinadas de forma a colocar esses militares com noção do assunto como responsáveis pelo setor em cada organização, num esforço para melhor controlar e acompanhar a situação interna do Patrimônio em cara região, bem como sua interface com outras entidades externas. Hoje se tem todo esse levantamento realizado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Esse esforço, no entanto, apenas serviu para se ter a noção exata da problemática envolvida nesse controle, implicando o setor Jurídico da Organização, a Prefeitura local e o próprio Governo Federal. As legalizações e regularizações tem demandado muito tempo por parte órgãos responsáveis por essas atividades - as Prefeituras e os Cartórios de Registro de Imóveis municipais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo pode-se mencionar a intensificação do acompanhamento dos processos decorrente do aumento de conhecimento obtido nos cursos. A dimensão e o alcance da problemática é mais antiga do que se sabe e, envolve muitos interesses, entre eles o interesse político da Região que foge da alçada da Organização local bem como da própria Aeronáutica para sua conclusão em curto e médio prazo.			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá promover estudos com o objetivo de mapear os insumos mais significativos, as atividades envolvidas e, principalmente, os seus principais produtos, conceitos fundamentais para elaboração de indicadores, estabelecimento de pontos de controle e a consequente mensuração de desempenho institucional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Normatização.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A orientação foi cumprida em parte. Ainda resta cumprir o mapeamento dos processos internos do DEPENS, o que se pretende realizar com pessoal qualificado e à parte dos afazeres rotineiros do DEPENS. Para isso será necessário contabilizar e prever Recursos Humanos com Assessoria Especializada para esse fim. Essa meta será cumprida com a criação e implantação do Escritório de Projetos e Processos no DEPENS.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de pessoal capacitado em Gestão de Projetos e Processos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ensino da Aeronáutica.			955
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	67800/PC-13/12	IV	Relatório de Auditoria de Gestão
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPENS			955
Descrição da Recomendação			
O DEPENS deverá realizar levantamento de todos os imóveis que estão fora do patrimônio da União, tomando as medidas necessárias para sua legalização e regularização junto aos órgãos competentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Normatização.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As legalizações e regularizações demandam muito tempo por parte dos órgãos responsáveis por essas atividades. Existem processos na Justiça Federal aguardando definição do valor da indenização aos proprietários que sofreram desapropriações. Também existem processos aguardando decisão da Superintendência do Patrimônio da União do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para resolver pendências topográficas.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Enfim, ressalta-se a delonga nas ações por parte dos órgão externos ao COMAER no que se refere às legalizações e regularizações.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	174	123	361
	Entregaram a DBR	174	123	361
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Seção de Pessoal das UJ consolidadas.

10.3.1.1 Análise Crítica

As Declarações de Bens e Rendas, após terem dado entrada no Setor de Pessoal, são conferidas e têm seu recebimento publicado em Boletim Interno, cujas páginas são encaminhadas à SEFA, sendo, tais declarações, posteriormente, remetidas à Seção de Inteligência para arquivo em cofre, por um prazo de, no mínimo, cinco anos, cujo acesso é permitido somente às pessoas autorizadas, conforme previsto em legislação.

Não existe sistema informatizado para controlar as apresentações dessas declarações.

Não é feita análise das DBR, com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, em virtude de não ter pessoal capacitado para realizar esta tarefa.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Conforme declarações em anexo.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações relacionadas nos subitens do item 11 serão fornecidas pela SEFA.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

É importante esclarecer que o Relatório de Gestão, em sua versão atual, passou por importantes e profundas mudanças desde a sua concepção inicial. Embora seja um instrumento que idealmente apresente não só as medidas dos resultados da gestão considerada como também avalie esses resultados, percebe-se que alguns aspectos carecem de análise mais aprofundada no que se refere ao estabelecimento de ações corretivas mais consistentes, assim como de metas mais definidas norteando as atividades no período.

Os indicadores elencados necessitam de um período de avaliação e sedimentação para o aperfeiçoamento da metodologia de verificação das metas estabelecidas e do seu cumprimento. Essa visão deverá nortear a revisão de Legislação e Procedimentos a partir de 2013.

Na busca do aprofundamento e da validade da informação, o DEPENS espera que com o decorrer da experiência de relatar o Ensino na Aeronáutica com visão integradora, possa cada vez mais afirmar-se no estabelecimento de um conhecimento estruturado mais aprofundado acerca de si mesmo para poder vislumbrar melhor o seu futuro.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Pirassununga, 15 de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em azul de Carlos Augusto Amaral Oliveira.

Brig Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA
Cmt da AFA



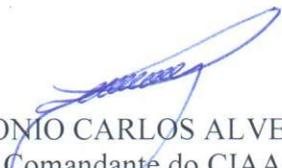
**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA**

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Belo Horizonte, 01 de março de 2013.

no mp


BRIG. AR ANTONIO CARLOS ALVES COUTINHO
Comandante do CIAAR

Mário Augusto de Araújo Luzzi Júnior - Cel Av
Agente Diretor Delegado
P/Bol. Int. nº 175/2012



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG – e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria – SICONV -, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Brasília, 31 de dezembro de 2012.


Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
Diretor-Geral de Ensino



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Guaratinguetá, 31 de janeiro de 2013.


Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS
Comandante da EEAR

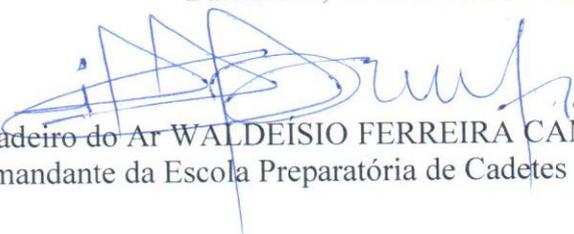


MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Barbacena, 20 de fevereiro de 2012.


Brigadeiro do Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar

ANEXO G



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
FAZENDA DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Pirassununga, 21 de fevereiro de 2013.

Carlos Fernandes Coelho
CARLOS FERNANDES COELHO Cel Int
Dirigente Máximo da Unidade Gestora



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2013

ROVERSON W. F. FIGUEIREDO

Brig Ar ROVERSON WILLIAM MILKER FIGUEIREDO
Comandante Interino da UNIFA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA - UJ 1205**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, no tocante à/ao:

a) diferença entre o Resultado do Período, no Balanço Patrimonial, e o Resultado Patrimonial (Superávit/Déficit) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, no valor de R\$ 19.842.538,77, referente à conta contábil 2.4.6.2.0.00.00 (Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores), motivada por lançamentos de Depreciação (conta contábil – 1.4.2.9.0.00.00) que figuraram diretamente no Patrimônio Líquido; e

b) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 6.136.789,62, existente no Balanço Patrimonial, referente à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), motivada por lançamentos envolvendo as UG/Gestões 120024/00001, 120025/00001, 120054/00001, 120060/00001 e 120064/00001.

Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/0-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA - UJ 1205**

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;

- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do

reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

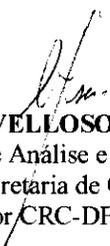
- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/O-8